

ÓRGÃO CENTRAL  
DO  
PARTIDO COMUNISTA  
PORTUGUÊS  
  
Director  
António Dias Lourenço

# Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

20 de Março de 1975  
Ano 45—Série VII—N.º 49  
  
Preço: 4\$00  
Angola e Moçambique: 9\$50

CENTROS

Propriedade do Partido Comunista Português \* Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 \* Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L. \* Distribuição - Distribuidora «O SECULO»

## 100 000 PESSOAS NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS DO PCP NO CÍRCULO DE LISBOA NO MAIOR COMÍCIO PARTIDÁRIO JAMAIS REALIZADO EM PORTUGAL



Assim se vê a força do PC — foi o «slogan» que surgiu espontaneamente na tarde chuvosa de domingo, durante o comício promovido pelo nosso Partido, o qual levou ao Estádio 1.º de Maio cerca de cem mil pessoas. Assim se viu a força da

maior manifestação partidária até hoje realizada no nosso País. A chuva forte que caiu durante toda a manhã de domingo, prolongando-se pela tarde fora, não constituiu razão suficiente para desmobilizar os milhares de militantes e simpatizantes

comunistas que, de todas as zonas de Lisboa e dos arredores, convergiram ao local onde se procedeu à apresentação dos candidatos comunistas pelo círculo da capital. Na tarde parda de domingo, Lisboa ganhara o movimento febril

dos dias de semana. Todos os transportes públicos, todo o movimento ia dar ao Estádio 1.º de Maio. Cerca das duas horas da tarde começaram já a entrar no recinto, decorado com os símbolos do nosso Partido, os primeiros grupos de militantes. E até

por volta das 16 horas o caudal da multidão engrossou sempre. Depressa o terreno lamacento do Estádio se encontrava coberto pela multidão. Intermitente, a chuva caía. E, de cada vez, um manto negro dos chapéus-de-chuva a abrirem-se cobria a multidão.

Dezenas de cartazes à mistura com centenas de bandeiras vermelhas indicavam a presença das delegações do nosso Partido na região de Lisboa assim como das células comunistas nas diferentes empresas. Impossível se tornava fazer uma lista completa. Entre muitas outras viam-se delegações da Sanimar, J.F. dos Santos, Tudor, UTIC, Cabos Ávila, Sacor, Sonap, Datsun, Cerâmica de S. Paulo, Mompur, Hotel Ritz, Sociedade Central de Cervejas, Companhia dos Diamantes, Mague, Sorefame, Gulben-

kian, Ecril, Livraria Bertrand, Citröen, Standard Electric, Vicar, Lever, Arburicultora, Icesa, jornais «O Seculo» e «Diário de Notícias», a célula da RTP, exigindo uma televisão ao serviço do povo, delegações de rádio, dos artistas de teatro, dos professores, das CRGE, dos CTT, da Caixa do Comércio, do Hospital de Santa Marta, do Palácio de S. Bento com um cartaz onde se pedia o aparelho de Estado ao serviço do Povo, do Ministério do Trabalho, da Misericórdia de Lisboa e tantas outras que se fi-

zaram representar. Também da zona suburbana várias delegações afluíram ao Estádio. Entre outras estavam presentes Alenquer, Carregado, Abrigada, Brandoa, Loures, Santa Iria da Azóia, Catujal, Sacavém, S. João da Talha, Careque, etc. A força do Partido Comunista Português, a força dos seus militantes e simpatizantes ficou mais uma vez demonstrada. As sondagens do nosso Partido são feitas com a presença fi-

CONT. NA PÁG. 6

## NACIONALIZAÇÃO DA BANCA E SEGUROS — DOBRE DE FINADOS DOS MONOPOLISTAS

«Se Espíritos Santos e Meios vão para a prisão sob a acusação de terem cometido grandes fraudes, este facto mostra melhor que muitos outros que está chegando a hora da liquidação dos grandes privilégios, a hora em que o Povo Português será o senhor dos destinos de Portugal». Quem dedicou toda a sua vida a abreviar a chegada dessa hora como sucede com tantos militantes do nosso Partido, como sucede com o nosso camarada Alvaro Cunhal, a quem pertencem essas palavras; quem sempre lutou consequentemente contra os monopólios e os latifúndios, sabia que, sem a nacionalização da banca e dos seguros se procedia, nesta fase

do nosso combate, como alguém que embalasse calmamente uma criança com as chamadas ao pé do berço.

Suprimindo essa imagem de tragédia, podemos reafirmar que só agora a luta contra os grandes exploradores

da nossa terra entra verdadeiramente num período decisivo. A nacionalização da banca e dos seguros é disso uma firme garantia. Deixarão de se atacar objectivos secundários, desperdiçando energias e capacidades, para se enfrentar o inimigo com a decisão e a firmeza exigidas pelo avanço da revolução.

A nacionalização da banca e dos seguros são «medidas históricas que abrem caminho a transformações democráticas essenciais na economia portuguesa em benefício do Povo e do País». Estas palavras proferidas como as anteriores, pelo camarada Alvaro Cunhal, no comício do



CONT. NA PÁG. 9

**Avante!**  
PÁGINA 2

**A derrota da reacção no 11 de Março e o reforço do processo revolucionário**

## O POVO ESTÁ COM O MFA O MFA ESTÁ COM O POVO

O golpe contra-revolucionário de 11 de Março saldou-se por uma clamorosa derrota das forças reacçãoárias e conservadoras e uma grande vitória das forças da democracia e do progresso social. Tal facto mereceu das Forças Armadas a adequada resposta à nova situação: a imediata institucionalização do MFA, através da criação do Conselho da Revolução. Desde o 25 de Abril ciente que o fim do MFA seria o princípio do fim da democracia portuguesa, e por isso também desde sempre defensor da institucionalização do MFA, o nosso Partido não podia ter deixado de saudar calorosamente essa medida. As posições, já entretanto assumidas pelo Conselho da Revolução, conjuntamente com o avanço e reforço do movimento popular, demonstram que há boas condições para a construção em Portugal de uma sociedade democrática caminhando para o socialismo.

**Manifestações populares**  
Jamais o repúdio pelas forças contra-revolucionárias assumiu tal

vibração como nas manifestações populares ocorridas por todo o País, em cidades, vilas e aldeias, a 11 de Março e nos dias que se seguiram.

Onze meses de situação democrática alargaram a consciencialização política das massas trabalhadoras e fortaleceram a sua capacidade de intervenção no processo revolucionário. Daí a espantosa movimentação popular que agitou o País, nos últimos dias, a qual constituiu, como já aqui acentuámos, a melhor resposta à reacção. O povo veio para a rua disposto a defender a democracia numa extraordinária demonstração de vigilância revolucionária. A barreira montada pelo povo em estreita aliança com o MFA perante a tentativa

CONT. NA PÁG. 4

# A derrota da reacção no 11 de Março e o reforço do processo revolucionário

O rescaldo da abortada intentona reaccionária de 11 de Março iniciou-se com energias medidas de carácter militar e político da parte dos órgãos dirigentes do MFA. Os portugueses ciosos da liberdade e da independência da sua Pátria outra coisa não esperavam dos heróicos militares que de forma inequívoca têm afirmado a sua fidelidade ao povo de que são filhos.

O apuramento das responsabilidades na intentona reaccionária e das suas ramificações é uma necessidade imperiosa do processo revolucionário. É notório que os conspiradores spinolistas que vieram à rua e deram a cara, não são os únicos envolvidos na criminosa intentona de 11 de Março. Outros ficaram na sombra e aguardam, talvez, condições mais favoráveis para novas arremetidas.

Pôr a nu as raízes da conspiração, desmontar o seu mecanismo e desmantelar os seus ninhos, é uma tarefa imprescindível dos defensores da revolução democrática portuguesa.

O golpe spinolista foi preparado de longa data. Em fins de Janeiro, com a violenta irrupção do anticomunismo, a reacção interna e externa iniciou a preparação do clima propício à eclosão da conspiração armada.

As campanhas anticomunistas sempre visaram mais longe. A história destes difíceis dias veio comprovar, de novo, que não era apenas o partido do proletariado que se pretendia alvejar — o que se visava com o anticomunismo era todo o processo revolucionário, era o objectivo de minar e destruir os sectores mais consequentes das forças motoras da revolução: o movimento popular de massas e o MFA.

A partir de Janeiro os reaccionários de todos os matizes carregaram no acelerador. A violência verbal foi subindo de tom e começou a dar lugar à violência física. A versatilidade das suas formas foi notável: intensificação das campanhas na imprensa reaccionária nacional e internacional; intensificação da sabotagem económica da parte dos grandes grupos monopolistas e financeiros; violências e golpes de mão em sindicatos e escolas; boicotes muito bem preparados contra comícios e congressos de partidos da direita para estrangeiro ver e para alimentar no País e fora dele a ideia de que o regime actual era incapaz de garantir a liberdade de acção desses partidos; manifestações antigovernamentais nas ruas e em artigos de uma certa imprensa democrática (como a «República», por exemplo), para não falar nos pasquins da ultra-esquerda; agudização artificial dos conflitos sociais inflamando oportunisticamente a chaga dos baixos salários e da exploração capitalista, etc.

E outras e outras formas — toda uma antologia da contra-revolução.

Nos dias que antecederam a eclosão do golpe, os ataques contra o MFA, contra a sua institucionalização, contra os seus dirigentes mais destacados não tinham freios. Só os politicamente cegos não viam aí o aproximar-se da borrasca contra-revolucionária. O espectro de uma «pinochetazo» ia tomando corpo. Até na «matança da Páscoa», com que se procurou iludir os soldados e alguns oficiais aliciados para o golpe, fazia lembrar o Chile...

Os acontecimentos de Setúbal constituíram o preâmbulo do que iria seguir-se. Estaria preparado para esse dia o início da aventura armada? É uma interrogação lícita sabendo-se o que se sabe hoje. A maneira como tudo aquilo foi cozinhado, o aparato repressivo prévio a roçar pela ostentação provocatória das forças policiais, a orquestração anticomunista do comício e após ele dos seus promotores (porque diriam estes depois dos acontecimentos «voltaremos em força a Setúbal?»), as amea-

ças abertas de violência contra os comunistas que outro significado podem ter senão o de abertura das hostilidades contra o processo democrático e revolucionário em curso?

Se o golpe tivesse triunfado o nosso país estaria neste momento mergulhado em sangue. Ou, se os valentes militares do RAL 1 tivessem cessado a sua resistência e as forças do COPCON, em estreita colaboração com as massas populares não tivessem estancado em poucas horas a intentona reaccionária, os portugueses estariam hoje envolvidos numa cruenta guerra civil.

A tal guerra civil que a reacção punha nas intenções dos comunistas mas que, de facto, estava a ser cuidadosamente chocada e preparada em Massamá e em certas capitais da banda de cá e da banda de lá do Atlântico.

O apuramento e o castigo dos responsáveis devem fazer-se sem contempções. Decerto algumas surpresas virão, venham ou não à luz do dia.

A reacção mais uma vez jogou forte e perdeu. É preciso que sofra agora as consequências. Não podem permitir-se novas acções contra-revolucionárias por complacências com os conspiradores. A gama política da conspiração é muito vasta. O inimigo principal está na direita. Tudo o que pesa socialmente na existência da grande burguesia, dos monopólios e da opressão imperialista por esse mundo fora, joga na carta da reacção em Portugal. Mas não só.

Grupos ultra-esquerdistas, pseudo-revolucionários, que desde o 25 de Abril têm actuado como pontas-de-lança da reacção, continuam as virulências anticomunistas de antes do 11 de Março. Ferozes ataques contra os comunistas e democratas mais consequentes e contra o MFA são lançados todos os dias por estes arautos das forças da reacção.

Os boatos mais alarmistas são atirados aos quatro ventos não só em panfletos e pasquins como através de certos órgãos de Informação onde vozes inimigas do processo democrático português continuam a ter audiência e facilidades. Grita-se histericamente «Morte aos comunistas!», escreve-se com a maior desfaçatez que os militares do MFA são reaccionários, apela-se abertamente à subversão contra a ordem democrática estabelecida.

Alguns órgãos da Imprensa que antes do 11 de Março desempenharam um papel importante na preparação psicológica da intentona — como o «Expresso», órgão oficial do PPD com um corpo redactorial enxameado de ultra-esquerdistas — procuram mesmo insinuar que foi o PCP que «inventou» a conspiração!

É claro que as manobras de diversão não devem perturbar a objectividade das medidas repressivas e preventivas contra os conspiradores.

«A violência inútil e as pressas não resolvem nada» — disse Álvaro Cunhal no grandioso comício de domingo no Estádio 1.º de Maio.

Não somos partidários da revindita indiscriminada nem do nivelamento das responsabilidades dos conspiradores do 11 de Março. Os que preconizam o fuzilamento dos conspiradores estão a fazer-se eco dos irresponsáveis pseudo-revolucionários e a prestar um mau serviço à revolução portuguesa. Alguns, possivelmente, com a melhor das intenções. Mas seria um caminho errado.

O nosso povo exige um castigo exemplar e justo. Que a rede da conspiração seja totalmente posta a nu e desmantelada, que as responsabilidades dos conspiradores sejam definidas e graduadas mas que não se caia na repressão sangrenta e cega.

A derrota da intentona spinolista exige a consolidação

imediate das instituições políticas democráticas e a irradiação das forças principais que incubam a contra-revolução.

No plano político, a institucionalização do MFA e a anunciada remodelação ministerial são medidas que podem garantir no imediato a normal evolução do processo revolucionário. A participação responsável do MFA nas instituições políticas do país por um perigo tão largo quanto necessário é uma condição vital para a defesa das conquistas democráticas do nosso povo.

A criação do Conselho da Revolução como órgão supremo da componente militar do processo constitui um passo necessário na institucionalização do MFA.

Por outro lado a remodelação ministerial e a constituição de um novo Governo Provisório mais de acordo com os objectivos da revolução democrática e com a correlação de forças políticas e sociais no país é também uma exigência imprescindível da consolidação da vitória de 11 de Março.

A coligação governamental de antes da intentona não pode assegurar a realização das medidas revolucionárias que hoje se colocam às forças genuinamente democráticas, ao povo, ao MFA.

Partidos como o MDP/CDE que tem constituído um dos suportes mais sólidos do processo de democratização nacional e que esteve representado no primeiro Governo Provisório não podem ser mantidos no ostracismo a que o têm remetido partidos da coligação. A sua participação no novo Governo é indispensável.

Por outro lado não se pode aceitar que um partido como o PPD participe no elenco governamental sem uma modificação nos seus métodos e disposições.

Ouvir, como o dr. Magalhães Mota, ouviu num comício do seu partido nos Açores gritos de «Morte aos comunistas!» sem uma atitude de reprovação ou discordância; publicar desmentidos, que são um aval às violências cometidas contra os comunistas e um incentivo a novas provocações como as que se têm dado em terras da Beira, em Oliveira de Azeméis e agora na Póvoa de Varzim; insinuar que o PCP pretende instaurar uma ditadura e acusar-nos das provocações de Setúbal, cuja verdadeira origem tem de ser trazida ao conhecimento do povo português, são práticas inaceitáveis entre forças que se coligaram para dar realização concreta ao Programa do MFA.

O PCP tem-se esforçado sempre por realizar uma política unitária com todas as forças democráticas, em primeiro lugar com as forças de esquerda, mas não aceitamos súbitas manifestações unitárias como forma de desviar atenções de formidáveis pecados antiunitários. Não se pode fazer uma política de direita no Governo e vir gritar parangonas muito revolucionárias fora dele. A duplicidade é inimiga da unidade e não pode amoldar-se às exigências de defesa do processo revolucionário.

A unidade das forças verdadeiramente democráticas não pode ser sofismada com falsas afirmações unitárias, desmentidas pela prática. O PCP trabalhará incansavelmente pela unidade entre todas as forças interessadas na edificação de um verdadeiro estado democrático que abra o caminho para o socialismo mas não pode transigir com actos e palavras que conduzem à divisão entre os democratas e servem a reacção.

Por estes princípios nos bateremos na constituição de um novo Governo Provisório onde devemos estar por direito próprio, o direito que assiste ao Partido do proletariado português de participar activamente na construção de um Portugal livre, democrático e socialista.



# CANDIDATOS COMUNISTAS EM COMÍCIOS NO ALENTEJO, ALGARVE E RIBATEJO



Beja despovoou-se para assistir ao comício, que encheu a transbordar o Largo das Piscinas

Além do grandioso comício do Estádio 1.º de Maio e de dezenas de sessões de esclarecimento em todo o País, o PCP promoveu no domingo quatro grandes comícios para apresentação dos seus candidatos à Constituinte pelos círculos de Beja, Faro, Évora e Santarém. Foram quatro jornadas de extraordinária vibração popular, quatro jornadas em que os trabalhadores do Alentejo, do Algarve e do Ribatejo manifestaram entusiasmadamente o seu apoio ao nosso Partido e aos candidatos comunistas, deputados do povo. Nessas quatro poderosas concentrações de massa, as notas dominantes foram a confiança dos trabalhadores no PCP, como vanguarda revolucionária da classe operária, a exigência da punição de todos os responsáveis pela intenção do 11 de Março e o clamor uníssono das multidões contra os monopólios e o latifúndio, e pelo reforço da aliança do movimento popular com o MFA. A nacionalização da Banca e das companhias de seguros, assim como a prisão dos traidores envolvidos na intenção do dia 11, foram prolongadamente aplaudidas pelos trabalhadores.

## Mais de 20 000 pessoas em Beja

Beja despovoou-se para assistir ao comício. Mais de 20 000 pessoas concentraram-se no Largo das Piscinas, isto é, mais gente do que o total



Aspecto significativo da multidão no grandioso comício de Beja

de habitantes da cidade, pois desde o princípio da tarde dezenas de camións, vindos de todos os concelhos e freguesias do distrito, começaram a chegar à capital do Baixo Alentejo.

Numa convincente demonstração do prestígio do nosso Partido, compareceram como convidados o governador civil, o presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal, representantes das unidades militares de Beja, da GNR, da PSP, das juntas de freguesia, dos sindicatos e da Liga dos Pequenos Agricultores. Presentes também representantes das comissões concelhias do PCP, da UEC e da União das Juventudes Comunistas.

O comício foi presidido pelo camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central do PCP, tendo os candidatos sido apresentados pela camarada Isabel Correia.

O camarada Manuel Godinho Tagaroso, operário rural e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, falou especialmente da luta dos trabalhadores agrícolas e da exploração de que foram e continuam a ser vítimas por parte dos grandes agrários, destacando o papel do Partido como vanguarda revolucionária. Recordou grandes lutas do passado, especialmente a batalha pela conquista da jornada de oito horas, campanha dirigida pelo PCP e que, apesar das condições serem extremamente desfavoráveis, ficou assinalada por grandes vitórias dos comunistas e dos trabalhadores sobre o fascismo.

Seguidamente, falou o camarada José Manuel da Costa Carreira Marques, redactor

de «O Camponês» e activista da Liga dos Pequenos Agricultores. Depois de analisar o papel do nosso Partido na defesa dos interesses dos pequenos agricultores e as justas e urgentes reivindicações dos trabalhadores da terra alentejanos, recordou que foi sempre o PCP quem soube transformá-las em bandeira de combate — a tal ponto que é reconhecido pelas massas do Alentejo como o Partido da Reforma Agrária. Salientou ainda que para novos avanços revolucionários são urgentes medidas radicais do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Estado da Agricultura, que terão de ser reestruturadas de alto a baixo, para que o latifúndio seja destruído e se concretize o Programa do MFA. Só a criação de um autêntico Ministério da Agricultura — disse — permitirá uma política agrária popular e revolucionária, que entregue a terra a quem a trabalha.

O camarada Miguel Urbano Rodrigues analisou aspectos ligados à organização da intenção do 11 de Março, revelando factos que demonstram a íntima aliança existente entre a reacção interna e externa. Os traidores que se ergueram em armas contra a nação — afirmou — queriam impedir o avanço da Revolução Portuguesa com um banho de sangue. Queriam impedir que as massas populares e o MFA, cada vez mais unidos, liquidassem os monopólios, que a Banca e os Seguros fossem nacionalizados, que

peso estava na Praça das Piscinas. Só a reacção ficara nas suas casas e palacetos. E também os poucos militantes e simpatizantes de partidos da coligação, Beja — e com ela o Baixo Alentejo — demonstrou no dia 16 que é vermelha e comunista, que está com o PCP.

Quando o camarada Francisco Miguel se levantou para falar, quando foi apresentado aos milhares de trabalhadores que conheciam bem a sua vida de lutador comunista, foi recebido com uma quente, com uma interminável ovacão. Aplaudiam 43 anos de uma vida dedicada ao seu partido, aplaudiam o militante que passara 21 anos nas prisões fascistas. Francisco Miguel falou inicialmente das eleições para a Constituinte. Mas não o fez no estilo habitual nos comícios de outros partidos, dentro da perspectiva eleitoral e de caça ao voto dos candidatos burgueses. Esboçou o quadro da Revolução Portuguesa no momento de uma arrancada decisiva, marcada ainda pelo sangue de soldados patriotas atingidos pela reacção, e situou nesse quadro o processo eleitoral encarando-o como uma fase importante na batalha geral do povo português para fazer avançar a Revolução Democrática e Nacional, degraú no caminho do socialismo e do comunismo. As eleições para a Constituinte — disse — revestem-se de um significado diferente por serem livres, embora não tão totalmente como os comunis-

actualização dos salários, nomeadamente do salário mínimo nacional.

No nosso país — disse mais adiante — começam a ser dados passos que subtraem à propriedade capitalista privada importantes sectores económicos. Antecipem-se a banca que deixou de ser propriedade privada dos monopólios e passou a ser propriedade pública. Ontem foram as companhias de seguros. Nacionalizando a banca e os seguros, o Estado acabou com a propriedade privada, não apenas nos bancos e companhias de seguros, mas em dezenas e dezenas, senão em várias centenas de empresas, na indústria, no comércio e na agricultura, que eram propriedade privada dos bancos e das companhias de seguros. A propriedade privada reduz-se, a propriedade pública amplia-se.

E acrescentou: O Plano Económico prevê a tomada pelo Estado da parte maioritária, podendo ir até à nacionalização em ramos económicos de grande importância: as minas, a siderurgia, a electricidade, os petróleos e outros mais. Em todos eles a propriedade privada será restringida ou abolida, a propriedade pública ampliar-se-á (...). Não se está ainda a construir o socialismo no nosso país, mas tomam-se medidas que franqueiam as portas para ele. Estão reunidas condições muito favoráveis. Todas as forças democráticas mais influentes, consequentes e dinâmicas pronunciaram-se pelo socialismo. A classe operária, as massas trabalhadoras e vastos sectores populares estão ganhos para o socialismo, querem o socialismo, inequivocamente.

A concluir, Carlos Brito lembrou que o PCP tudo fará para que o avanço para o socialismo se realize, não apenas de forma pluripartidária, mas também com as mais amplas liberdades para todos aqueles que se dispuserem a acatar a vontade do povo e a respeitá-la, e depois de citar as tarefas prioritárias apontadas pelo VII Congresso do nosso Partido, afirmou: É preciso que as forças democráticas — mais consequentes e acima de todas — o Partido Comunista Português, apareçam nas urnas apoiadas maciçamente pelo voto popular. É preciso que a classe operária, as massas trabalhadoras e o povo em geral votem maciçamente PCP.

## Em Santarém

Em Santarém, o comício realizou-se no Pavilhão da Agricultura. Minutos antes, o vasto recinto já se encontrava completamente ocupado pelo povo. Presentes, além dos candidatos, elementos da DOROR e das comissões distritais e concelhias do PCP.

Falou em primeiro lugar a camarada Luísa Mesquita, que fez a apresentação dos candidatos: os camaradas Pedro Soares, membro do Comité Central, António Malaquias Abalada, Hilário Teixeira, Custódio da Silva Ferreira, António Ganhão, José Fidalgo Marques Pereira, António Canelas, João Camilo Pereira Rosa, Valdemar Henriques, António Pereira de Moraes, Felisberto Martins, Gonçalo Cabaco e Afonso Campante, e os suplentes António Calatrão e Maria Feliciano.

O camarada Carlos Pinhão, da DOROR, disse algumas palavras sobre cada um dos candidatos, salientando que todos eles, de uma maneira ou de outra, em postos de combate diferentes, participaram na luta contra o fascismo, destacando os 42 anos de militância de Pedro Soares, dos quais doze foram vividos na prisão e seis e meio no campo de concentração do Tarrafal.

Falaram depois os camaradas Hilário Teixeira, António Malaquias Abalada, José Fidalgo, Valdemar Henriques e Pedro Soares. Foi guardado um minuto de silêncio pelo soldado Luís, morto durante o ataque ao RAL 1, e aprovada uma moção de apoio ao Conselho da Revolução pela nacionalização da Banca e das companhias de seguros. De começou ao fim, o comício decorreu em atmosfera de entusiasmo, com constantes vivas ao PCP e à aliança do povo com o MFA.

## Em Évora

O comício de Évora constituiu também uma grande jornada comunista. Cerca de 5000 pessoas encheram a transbordar as instalações do Pavilhão da Junta Nacional dos Produtores Pecuários. Além dos candidatos, estiveram presentes na tribuna elementos da DOROR e de todas as comissões concelhias do PCP no distrito. A camarada Natália Costa fez a apresentação dos candidatos: camaradas Dinis Miranda, membro do Comité Central, Manuel Gusmão, João Machado, António Murteira e Arlur de Jesus, e os suplentes Natália Costa, Adalécio Rodrigo e José Manuel Julião. Todos os candidatos, nas

suas intervenções, saudaram a derrota da reacção no 11 de Março como uma grande vitória popular, que permitirá novos avanços do processo democrático e revolucionário. Os problemas agrários de Évora, particularmente a luta contra os monopólios e os latifundiários, e outras questões ligadas à reforma agrária — já em marcha por força da mobilização patriótica dos trabalhadores contra o desem-

prego e a sabotagem económica — foram largamente tratados, assim como a necessidade do reforço da unidade e da vigilância populares. Os vivos ao nosso Partido e à aliança das massas com o MFA eram constantes, num clima de extraordinário entusiasmo. Os candidatos comunistas, deputados do povo, contam com o apoio fraternal e caloroso dos trabalhadores de Évora.



## HOJE

- FARO — Sessão de escl. para corticeiros, às 21.
- MEXILHOEIRA GRANDE — Sessão de escl., às 21.
- SALIR — Sessão de escl., às 21.
- PONCHES — Sessão de escl., às 21.
- SANTO ALEIXO — Sessão de escl., às 20 e 30.
- LEIRIA — Comício, às 21.
- BEJA — Comício no Ginásio do Liceu, às 21.
- MARVÃO — Sessão de escl., às 16 e 30.
- URRA (Caia) — Sessão de escl., às 20 e 30.
- FRANCE (Chaves) — Sessão de escl. na Escola Primária, às 21.
- VILHARELHO DA RAIA (Chaves) — Sessão de escl. na Escola, às 21.
- MAIA — Sessão de escl. na Escola de Tolgosa, às 21 e 30.
- CANDELO — Sessão de escl. na Assoc. Recreativa, às 21 e 30.
- PORTO — Sessão de escl. para os trabalhadores bancários, às 21 e 30.
- Sessão de escl. no Bairro de S. Vic. de Paulo, às 21 e 30.
- Sessão de escl. no Bairro de Fernão de Magalhães, às 21 e 30.
- Sessão de escl. no Bairro Rainha D. Leonor, às 21 e 30.
- Sessão de escl. no Bairro do Revilão, às 21 e 30.
- Sessão de escl. no Bloco Habitacional do Largo da Maternidade Júlio Dinis, às 21 e 30.
- VILA DO CONDE — Sessão de escl. em Fagoves, às 21 e 30.
- Sessão de escl. em Vilar do Pinheiro, às 21 e 30.
- PÓVOA DE VARZIM — Sessão de escl. para trabalhadores da construção civil, às 21 e 30.
- Para trabalhadores das constr. navais, às 21 e 30.
- BURGANS (Santo Tirso) — Sessão de escl., às 21 e 30.
- SOBREIRA (Paredes) — Sessão de escl., às 21 e 30.
- GROCA (Penafiel) — Sessão de escl.
- VALONGO — Sessão de esclarecimento.
- MATOSINHOS — Sessão de escl. para trabalhadores da Sacor, às 18.
- AREZ (Marco de Canavezes) — Sessão de escl., às 21 e 30.
- MACIEIRAS (Felgueira) — Sessão de escl., às 21.
- GATÃO (Amarante) — Sessão de escl., às 21.
- POMBEIRO DA BEIRA (Arganil) — Sessão de escl., às 21.
- EGA (Condeixa-a-Nova) — Sessão de escl., às 21.
- VALE DE AÇOR (Miranda do Corvo) — Sessão de escl., às 21.
- TENTUGAL (Montemor-o-Velho) — Sessão de escl., às 21.
- NOGUEIRA DO CRAVO (Oliveira do Hospital) — Sessão de escl., às 21.
- SASES (Penacova) — Sessão de escl., às 21.
- GRANJA DO ULMMEIRO (Soure) — Sessão de escl., às 21.
- COVAS (Tábua) — Sessão de escl., às 21.
- COIMBRA — Sessão de escl. no salão das Piscinas Municipais, às 21 e 30.
- ÉVORA — Sessão de escl. para bancários e empreg. comércio, às 21.
- REGUENGOS DE MONSARAZ — Sessão de escl. no Cinema, às 21.
- S. ROMÃO — Sessão de escl. na Casa do Povo, às 21.
- S. CRISTÓVÃO — Sessão de escl. na Sociedade, às 21.
- AVEOLA — Sessão de escl. no Casão, às 21.
- FERRERA DE CAPELINS — Sessão de escl., às 21.
- S. SUSANA — No C. de Trabalho do Partido, às 21 horas.

## AMANHÃ

- ÉVORA — Sessão de escl. no Bairro Catarina Eufémia, às 21.
- Sessão de escl. para trabalhadores da Melca, às 18.
- Sessão de escl. para trabalhadores da constr. civil, às 21 e 30.
- ARRAJÓLOS — Sessão de escl., às 21.
- LANEIRA — Sessão de escl., às 21 e 30.
- MARRAZES (Leiria) — Comício, às 21 e 30.
- GOJA (Arganil) — Sessão de escl., às 21.
- TOCHA (Cantanhede) — Sessão de escl., às 21.
- ZAMBUJAL (Condeixa) — Sessão de escl., às 21.
- LAMAS (Miranda do Corvo) — Sessão de escl., às 21.
- MEAS DO CAMPO (Montemor-o-Velho) — Sessão de escl., às 21.
- SEIXO DA BEIRA (Oliveira do Hospital) — Sessão de escl., às 21.
- FIGUEIRA DE LORVÃO (Penacova) — Sessão de escl., às 21.
- SERRO VENTOSO (Soure) — Sessão de escl., às 21.
- MIDGÉS (Tábua) — Sessão de escl., às 21.
- COIMBRA — Comício no Pavilhão da Palmeira, às 21.
- MIRANDELA — Comício no Cine Teatro, às 21.
- CASAS NOVAS (Chaves) — Sessão de escl. na escola, às 21.
- LEBOCAI (Chaves) — Sessão de escl. na Escola, às 21.
- AGUIAR (Évora) — Sessão de escl. no Barracão, às 21.
- FONTE DO IMPERADOR (Évora) — Sessão de escl., às 21.
- PARDAIS — Sessão de escl., às 21.
- SANTANA (Évora) — Sessão de escl., às 21.
- BENEDITA (Alcobaça) — Sessão de escl., às 21.
- ALBERGARIA DOS DOZE — Sessão de escl., às 21.
- LAGOS — Sessão de escl., às 21.
- PATACAO — Sessão de escl., às 21 e 30.
- TUNES — Sessão de escl., às 21 e 30.
- FERRACUDO — Sessão de escl., às 21 e 30.
- CASASIS — Sessão de escl., às 20.
- FALACHO — Sessão de escl., às 21.
- OLHAO — No Bairro Marechal Carmona, às 21.
- POÇO NOVO — Sessão de escl., às 21.
- CUNHEIRA — Sessão de escl., às 20 e 30.
- AMIEIRA DO TEJO — Sessão de escl., às 16 e 30.
- SANTO ANTÓNIO DAS AREIAS — Sessão de escl., às 16 e 30.
- REGUENGO — Sessão de escl., às 20 e 30.

## SABADO

- PORTIMAO — Comício, às 16.
- SILVES — Comício, às 18.
- VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — Comício, às 21 e 30.
- AREIAS — Sessão de escl., às 17.
- FOZ DO RIBEIRO — Sessão de escl., às 17.
- PENINA — Sessão de escl., às 17.
- LIVRAMENTO — Sessão de escl., às 17.
- VILA DO BISPO — Sessão de escl., às 21.
- ALFAMBRES — Sessão de escl., às 16.
- BENSAFRIM — Sessão de escl., às 16.
- FUSETA — Sessão de escl., às 17.
- ALMADENA — Sessão de escl., às 21.
- ALTE — Sessão de escl., às 21 e 30.
- FERREIROS — Sessão de escl., às 21 e 30.
- MONCARAPACHO — Sessão de escl., às 21 e 30.
- FEITEIRA — Sessão de escl., às 21 e 30.
- MARRAZES — Sessão de escl., às 21.
- S. JORGE (Marinha Grande) — Sessão de escl., às 21.
- ATOUGUJA DA BALEIA — Sessão de escl., às 21.
- VIANA DO ALENTEJO — Sessão de escl., às 17 e 30.
- DEGEBE (Évora) — Sessão de escl. na Sociedade, às 21.
- CABEÇÃO — Sessão de escl., às 21.
- ÉVORA — Sessão de escl. para comerciantes na F. N. A. T., às 21.
- MORA — Sessão de escl., às 21.
- PIAS — Sessão de escl., às 21.
- TEIRENA — Sessão de escl. na Sociedade, às 21.

## SESSÕES E COMÍCIOS

- S. DOMINGOS DA ANA LOUCA — As 21.
- SANTO ANTÓNIO DOS BALDIOS — Sessão de escl., às 21.
- SANTO ESTEVES (Chaves) — Na Escola Primária, às 21.
- ARGANIL — Comício, às 21.
- CANTANHEDE — Sessão de escl., às 21.
- RIO DE VIDE (Miranda do Corvo) — Sessão de escl., às 21.
- LICEIA (Montemor-o-Velho) — Sessão de escl., às 21.
- TRAVANCA DE LAGOS (Oliveira do Hospital) — Sessão de escl., às 21.
- CHEIRA (Penacova) — Sessão de escl., às 21.
- CASAL DE SANTO AMARO (Penacova) — Sessão de escl., às 21.
- CASAIS (Poiães) — Sessão de escl., às 21.
- VILA NOVA DE ANÇOS (Soure) — Sessão de escl., às 21.
- CANDOSA (Tábua) — Sessão de escl., às 21.
- CARPINTEIRO (Coimbra) — Sessão de escl., às 21.
- ARRABAL — Comício, às 21 e 30.

## DOMINGO

- ANCERIZ (Arganil) — Sessão de escl., às 21.
- PORTUNHOS (Cantanhede) — Sessão de escl., às 21.
- MURTEDE (Cantanhede) — Sessão de escl., às 21.
- SEBAL GRANDE (Condeixa) — Sessão de escl., às 15 e 30.
- ARRIFANA (Condeixa) — Sessão de escl., às 21 e 30.
- GUDINHELA (Miranda do Corvo) — Sessão de escl., às 21.
- CATÓES (Montemor-o-Velho) — Sessão de escl., às 21.
- FORMOSELHA (Montemor-o-Velho) — Sessão de escl., às 21.
- LAGARES (Oliveira do Hospital) — Sessão de escl., às 21.
- PENACOVA — Comício.
- MOURA MORTA (Poiães) — Sessão de escl., às 21.
- CASA VELHA (Soure) — Sessão de escl., às 15.
- ALFARELOS (Soure) — Sessão de escl., às 21.
- TÁBUA — Comício.
- GANDRA DOS OLIVAS (Leiria) — Sessão de escl., às 21 e 30.
- ANSIAO — Sessão de escl., às 21.
- PICASSINOS (Marinha Grande) — Sessão de escl., às 21.
- NAZARÉ — Sessão de escl., às 21.
- LOULÉ — Comício, às 16.
- MONCHIQUE — Comício, às 18.
- ALBUFEIRA — Comício, às 21.
- MARIA VINAGRE (Aljezur) — Sessão de escl., às 16.
- LUZ (Lagos) — Sessão de escl., às 16.
- FONTE DA MATOSA — Sessão de escl., às 16.
- CANHESTROS — Sessão de escl., às 17.
- MESSINES DE CENA — Sessão de escl., às 17.
- MANTA ROTA — Sessão de escl., às 17.
- SANTA RITA — Sessão de escl., às 21.
- PORTELOS — Sessão de escl., às 21 e 30.
- MESSINES DE BAIXO — Sessão de escl., às 21 e 30.
- AREZ — Sessão de escl., às 20 e 30.
- MONFORTE — Sessão de escl., às 20 e 30.
- BORBA — Sessão de escl. no Ginásio, às 21.
- ESTREMOZ — Sessão de escl., às 21.
- MINA DO BOGALHO — Sessão de escl., às 21.
- CORTICADAS DE LAVRE — Sessão de escl., às 16.
- S. PEDRO DO CORVAL — Sessão de escl., às 16 e 30.
- MÓTRINHOS — Sessão de escl., às 21.
- VERA CRUZ — Sessão de escl., às 16 e 30.
- MONTE DO TRIGO — Sessão de escl., às 21.

## SEGUNDA-FEIRA

- S. JULIÃO (Portalegre) — Sessão de escl., às 20 e 30.
- PORTA DA ESPADA (Portalegre) — Sessão de escl., às 20 e 30.
- ASSOMAR — Sessão de escl., às 20 e 30.
- CASA BRANCA — Sessão de escl., às 20 e 30.
- REGUENGOS DO SETAL (Marinha Grande) — Sessão de escl., às 21.
- COLMEIAS — Sessão de escl., às 21.
- PRAIA DA VIEIRA — Sessão de escl., às 21.
- BARRIL DALVA (Arganil) — Sessão de escl., às 21.
- COIMBRA — Encontro de comerciantes, às 21 e 30.
- EIRAS (Coimbra) — Sessão na «Mederâmica», às 18 e 30.
- BENDAFÉ (Condeixa) — Sessão de escl., às 21.
- SEIXO (Mira) — Sessão de escl., às 21.
- VILA NOVA (Miranda do Corvo) — Sessão de escl., às 21.
- REVELES (Montemor-o-Velho) — Sessão de escl., às 21.
- ERVEDAL DA BEIRA (Oliveira do Hospital) — Sessão de escl., às 21.
- SÃO PAIO DE FARINHA PODRE (Penacova) — Sessão de escl., às 21.
- ALENCARDE DE CIMA (Soure) — Sessão de escl., às 21.
- AMEAL (Coimbra) — Sessão de escl., às 20 e 30.
- S. JOÃO DO CAMPO (Coimbra) — Sessão de escl., às 20 e 30.
- ALMEDINA (Coimbra) — Sessão de escl. no Cinema Sousa Bassos, às 21 e 30.
- SABUGUEIRO (Évora) — Sessão de escl. na Sociedade, às 21.
- CABRELA — Sessão de escl. na Casa do Povo, às 21.
- VILA VIÇOSA — Sessão de escl., às 21.
- ARCOS — Sessão de escl. na Casa do Povo, às 21.
- LAVRE — Sessão de escl., às 21.
- PIROLINS — Sessão de escl., às 21.
- ÉVORA — Sessão de escl. para os metalúrgicos na Sociedade Oper. Joaquim António de Aguiar.
- Para os trabalhadores dos CTT, no CAT, às 18.

## TERÇA-FEIRA

- VIEIROS (Évora) — Sessão de escl. na Sociedade, às 21.
- MOURAO — Sessão de escl., às 21.
- MONTEITO — Sessão de escl., às 21.
- SILVEIROS — Sessão de escl., às 21.
- FAROS DO CORTIÇO — Sessão de escl., às 21.
- BARRO BRANCO (Évora) — Sessão de escl., às 21.
- S. BARTOLOMEU DO OUTEIRO — Sessão de escl., às 21.
- ÉVORA — Para os operários da Siemens, às 18.
- Para os operários da Câmara Municipal, às 21.
- S. MIGUEL DE MACEDO — Sessão de escl., às 21.
- VALVERDE — Sessão de escl., às 21.
- MONTE REAL — Comício, às 21 e 30.
- VILA NOVA (Portalegre) — Sessão de escl., às 20 e 30.
- NISA — Sessão de escl., às 20 e 30.
- SANTO AMARO (Portalegre) — Sessão de escl., às 20 e 30.
- MONTARGIL — Sessão de escl., às 20 e 30.
- CAMPO MAIOR — Sessão de escl., às 20 e 30.
- SALAVESSA — Sessão de escl., às 20 e 30.

## QUARTA-FEIRA

- ELVAS — Sessão de escl., às 20 e 30.
- BENAVILA — Sessão de escl., às 16 e 30.
- SALAVESSA — Sessão de escl., às 16 e 30.
- GALVEIAS — Sessão de escl., às 20 e 30.
- DEBOADOS (Portalegre) — Sessão de escl. BOMBARRAL — Sessão de escl., às 21.
- MACEIRA-LIZ — Sessão de escl., às 21.
- LOURICAL — Sessão de escl., às 21.
- ÉVORA — Sessão de escl. para os operários da Sefubalense.
- BROTAS (Évora) — Sessão de escl., às 21.
- EVORAMONTE — Sessão de escl., às 21.
- CAMPINHO — Sessão de escl., às 21.
- IGREJINHA (Évora) — Sessão de escl., às 21.
- AMIEIRA — Sessão de escl., às 21.

**PARTIDO PROLETARIO DE NOVO TIPO**

V. ILENINE

# Institucionalização do MFA

# PASSO DECISIVO PARA O AVANÇO DA REVOLUÇÃO

CONT. DA PÁG. 1

reaccionária continua a afirmar-se em cada uma destas grandiosas manifestações. O povo português, por toda a parte, tem demonstrado inequívoca e firmemente a sua disposição em não deixar recuar a história aos tempos de opressão e exploração pelos quais a reacção se portegia, naturalmente, nostálgica porque nelas se encerravam os seus privilégios e domínio.

Assim e na continuidade das manifestações que já noticiámos, outras se registaram nas quais a aflicção das massas atingiu índices impressionantes. Na margem sul do Tejo, zona onde é particularmente densa a concentração da classe operária, o povo de Setúbal, Seixal e Almada evidenciou, nas ruas, o seu regozijo pelo fracasso da reacção, a sua vontade de manter-se vigilante e unido com as forças democráticas em aliança com o MFA. Em Almada, foram entusiasticamente acolhidas as palavras do tenente da Armada, David da Silva: «...As forças progressistas portuguesas acabam de obter uma retumbante vitória sobre o fascismo. As massas populares e o MFA acabam de dar ao mundo, mais uma demonstração da extraordinária vitalidade da sua íntima união. O MFA acaba também de obter uma significativa vitória sobre si mesmo, vencendo hesitações, clarificando tradições que travavam o seu próprio avanço. As classes trabalhadoras sabem bem quem as tentou apunhalar pelas costas. As máscaras que os reaccionários usavam e que ontem se viram obrigados a tirar, não as enganaram nunca.»

Convocados pelo nosso Partido com adesão dos outros partidos democráticos foram campo de manifestação popular de exigência de severa punição pelos implicados no golpe de 11 de Março e desmantelamento de partidos reaccionários, de alegria pela vitória alcançada e de firme reafirmação da aliança Povo/MFA, cidades e vilas como Braga, Viana do Castelo, Tomar, Santarém, Torres Novas, Torres Vedras, Alpiarça, Montemor-o-Novo, Ribas de Ave, Aveiro, Ilhavo, Peniche, Orlão e Vila Real de Santo António e outras. Em muitos casos, as empresas encerraram, assim como os serviços públicos e municipalizados, comércio e escolas.

Também o povo das Ilhas Adjacentes não deixou de manifestar a sua veemente indignação pela intenção reaccionária de 11 de Março. Dia 11, em Angra do Heroísmo, mais de 2000 pessoas responderam à convocação de sindicatos, do nosso Partido, do MES, do PS e do MDP. Do mesmo modo, cerca de 1500 pessoas se manifestaram em Santa Cruz da Graciosa convocadas pela comissão concelhia do nosso Partido com a adesão de outras organizações progressistas. No dia 13, em Ponta Delgada, mais de 1000 pessoas, convocadas por trabalhadores comunistas e estudantes, deram largas ao seu entusiasmo pela derrota da reacção, exigindo o desmantelamento de organizações reaccionárias como o MAPA, enviando nesse sentido uma mensagem ao Conselho Superior da Revolução. No dia 11, na Madeira, realizou-se uma grande manifestação na cidade do Funchal, convocada pelo nosso Partido, pelo MDP e pelo PS, a qual pela vasta participação popular marcou uma nova etapa no processo de consciencialização do povo madeirense. Também em Porto Santo, no dia 13, centenas de pessoas aderiram a uma manifestação convocada pelo nosso Partido e pelo PS.

Pelo significado particular de que se reveste, não podemos deixar de destacar as manifestações populares que rodearam o soldado Joaquim Luís, do RAL 1, morto quando do ataque da reacção a esta unidade. Nos dias 13 e 14, milhares e milhares de pessoas prestaram a sua última homenagem a este jovem, assassinado pela traição ao caminho de libertação do povo português. Sentida homenagem de um povo que seferrou na sua juventude trabalhadora a perda de milhares de vidas durante a aventura de opressão colonial e que, onze meses após a queda da ditadura fascista, assiste ainda

às investidas cobardes e criminosas da reacção sob as quais morreu o soldado Joaquim Carvalho Luís. O Comité Local de Lisboa do nosso partido, em comunicado difundido à população convidou todos os trabalhadores da região de Lisboa a fazerem 5 minutos de paralisação de trabalho a partir das 10 horas do dia 14, hora de saída do funeral. No trajecto de Lisboa a Amarante, a homenagem constante das camadas trabalhadoras dolorosamente sentida mas estimulando à participação popular no avanço democrático para que não mais filhos do povo calam às mãos da reacção, para que o processo revolucionário se fortaleça.

## Conselho da Revolução: Interpretar, servir e aceitar uma vontade colectiva

Paralelamente às primeiras manifestações populares e correspondendo à profunda aspiração de avanço do processo democrático expressa pelo povo português, em todo o País, como um meio indispensável ao desmantelamento da reacção, importantes decisões foram tomadas na madrugada do dia 12 para 13, numa assembleia do MFA, efectuada no Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional, presidida pelo general Costa Gomes e com a participação de oficiais, sargentos e algumas praças.

Nessa reunião, cujas conclusões poderemos considerar históricas, procedeu-se a uma análise dos acontecimentos do dia 11 de Março, tendo sido elaboradas listas de implicados a prender, de oficiais demitidos — os que se refugiaram em Espanha e dos comandos a modificar de imediato. Foi igualmente decidida a nomeação de uma comissão de inquérito à intenção reaccionária; resolvida a dissolução dos conselhos de armas em que haja oficiais implicados e decidida a intensificação de acção cívica do MFA. Aos Primeiro-Ministro foi concedido todo o apoio para proceder a uma remodelação ministerial, que permita ao Governo uma aplicação mais firme do Programa do MFA. A assembleia louvou a acção heróica do RAL 1 na defesa da democracia e saudou todo o povo trabalhador português, expressando a convicção de que a revolução portuguesa, o povo e o MFA caminharão unidos e firmes para o desenvolvimento e progresso social e económico do País.

A destacar neste conjunto de resoluções, a institucionalização imediata do MFA com base num Conselho Superior da Revolução, que será o órgão executivo do MFA, ao qual competirá a direcção da Revolução e a criação de uma assembleia do MFA perante a qual responderá o Conselho da Revolução. Este Conselho tomou as funções do Conselho de Estado, absorvendo, igualmente, a Junta de Salvação Nacional e da Comissão Coordenadora do MFA. Do Conselho da Revolução fazem parte os seguintes elementos:

Ex-membros da Junta de Salvação Nacional: general Francisco da Costa Gomes, vice-almirante José Baptista Pinheiro Azavedo, general Carlos Soares Fialho, general Narciso Mendes Dias, vice-almirante António Rosa Coutinho, general Nuno Fisher Lopes

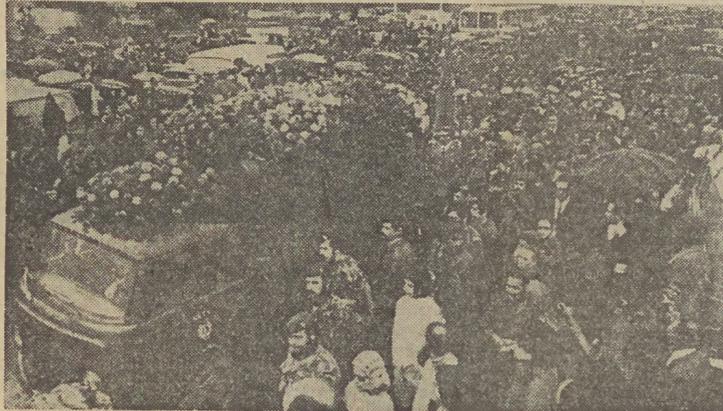
Pires, general Aníbal Pinto Freire; o Primeiro-Ministro brigadeiro Vasco Gonçalves; o adjunto do COPCON, brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho; ex-membros da Comissão Coordenadora do Programa do MFA: tenente-coronel Manuel Charais, capitão Vasco Lourenço, capitão-tenente Duarte Pinto Soares, capitão-tenente Carlos de Almada Contreras, pri-

Tem havido órgãos de decisão em excesso e o Conselho da Revolução vem substituir três, designadamente: A Junta de Salvação Nacional; O Conselho de Estado; O Conselho dos Vinte.

Também a dinâmica de decisão dos órgãos centrais evidenciou um ritmo inferior às necessidades de um processo revolucionário; inclusivamente

dições de cumprir os deveres de tomar atitudes mais firmes, atingir mais rapidamente os objectivos programáticos do MFA e de criar o ambiente de segurança, confiança e tranquilidade necessários à reconstrução nacional.

Como membros do Conselho da Revolução, a nossa missão tem algo de grandioso, mas será esmagadora



Um aspecto do funeral do soldado morto pela criminoso intentona fascista

meiro-tenente eng. José Manuel Judas, maior piloto-aviador José Canto e Castro e major José Pereira Pinto; elementos designados pelo MFA: major Pedro Zeparat Correia, tenente António Alves Marques Júnior, capitão Rodrigo Sousa Castro, capitão-tenente Luís Ferreira de Macedo, capitão-de-fragata Manuel Martins Guerreiro, primeiro-tenente Ramiro Pedroso Correia, maior-eng. José Manuel da Costa Neves e capitão-eng. Vítor Manuel da Graça Cunha. A constituição do Conselho da Revolução abrange, pois, 25 membros, sendo 9 oficiais designados pelo Movimento (5 do Exército, 2 da Armada e 2 da Força Aérea).

A simbólica entrada em funções do Conselho da Revolução foi objecto de uma cerimónia no passado dia 17, na qual o general Costa Gomes conferiu posse aos elementos designados pelo MFA, tendo o Presidente da República proferido um importante discurso, no qual se evidencia o firme propósito de fortalecer o processo revolucionário português:

Consumidos já alguns dias e algumas noites de trabalho decisivo, aproveitaremos uma ligeira pausa para esta cerimónia simples, da posse do Conselho da Revolução.

Mais uma vez prestarei contas ao País, agora para explicitar as razões profundas que tornaram imediatamente indispensáveis a institucionalização do MFA, especialmente, no que respeita a este órgão cimeiro de que vão depender os destinos de Portugal.

Como é público, estes actos políticos estavam previstos mas, em relação a eles, os acontecimentos de 11 de Março foram o catalizador que veio acelerar um processo indispensável.

Em sacrifícios e responsabilidades históricas. Não olharemos às exigências do corpo fatigado, mas seremos subordinados à consciência de quem não quer impor a sua vontade e convicção ao País, mas pretende interpretar, servir e aceitar uma vontade colectiva livremente expressa.

Assim o País e as forças autenticamente democráticas nos aceitarão como o «motor da Revolução», que, por caminhos de sacrifício, conduzirá Portugal ao desenvolvimento, à paz e à justiça social.

Assim mereceremos o crédito e a colaboração de um Governo de Transição coligado, e a confiança dos partidos autenticamente dispostos a servir a felicidade e a vontade do povo que os vivifica.

Que a História nos venha a julgar dignos do povo a que pertencemos.

Preservar as conquistas democráticas da acção de sabotadores

Na sequência dos acontecimentos do 11 de Março, grupos, aos quais a missão da democracia não logra esconder um rosto favorável às manobras da reacção, tentaram através do boato e da calúnia provocar um estado de tensão entre as massas populares, procurando dividir o povo das Forças Armadas e criar um clima de insegurança e anarquia nas ruas. A Comissão Política do Comité Central do nosso Partido em comunicado distribuído à população, no dia 13, alerta para estas manobras que constituem um prolongamento das tácticas utilizadas pelas forças reaccionárias, ao mesmo tempo que apela para a manutenção da vigilância popular.

1. Tal como afirmámos no nosso comunicado de anteontem, no dia 11 de Março a reacção sofreu uma grande derrota na tentativa de subverter, através duma criminoso acção armada, o regime democrático instituído em 25 de Abril. Mais uma vez as forças interessadas em repor no poder o fascismo derrotado jogaram forte e perderam. Muitos dos conspiradores foram presos, os seus objectivos postos a nu. É preciso que sejam severamente castigados. A aliança Povo-MFA saiu reforçada e as forças progressistas foram reforçadas as suas influências e autoridade.

2. Seria, contudo, um erro pensar que a reacção, mais uma vez derrotada, desarmou em definitivo e não tentará novos golpes contra as conquistas democráticas do nosso povo. A vigilância popular deve manter-se e a todos os maneios suspeitos e subversivos detectados deve ser dada a resposta adequada. Os reaccionários procuram manter no país um estado de tensão artificial através duma onda de boatos e da intensificação de actos atentatórios da tranquilidade pública. Grupos esquerdistas pseudo-revolucionários estão levando à prática assaltos e ocupações a residências e incitam ao agravamento de conflitos e a acções irresponsáveis com o único objectivo de manter um clima de agitação propício às iniciativas contra-revolucionárias e em absoluto contrárias aos interesses das classes trabalhadoras.

3. O nosso povo quer construir em paz um estado verdadeiramente democrático, mas não pode deixar à solta e sem resposta aquelas que querem criar no país esse clima de tensões favoráveis aos intentos da reacção interna e internacional. As acções irresponsáveis dos inimigos do processo democrático devem encontrar pela frente a vigilância, a repressão e a resistência firmes das massas populares em estreita colaboração com o MFA. Os movimentos e actos suspeitos devem ser prontamente levados ao conhecimento das autoridades militares do MFA ou rapidamente anulados — se tal se tornar necessário — pela própria iniciativa das massas.

4. O dia 11 de Março deve ser consolidado e as conquistas democráticas preservadas da acção dos sabotadores, sejam eles direitistas ou pseudo-revolucionários.

5. O dia 11 de Março comprova que, se as forças populares e democráticas e o MFA se mantiverem unidos, o processo revolucionário é irreversível. O PCP reafirma a sua inabalável confiança na unidade das massas populares e na sua aliança com o MFA, factores determinantes e decisivos para a vitória da democracia em Portugal.

Entretanto, a 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas fez difundir um comunicado, no qual esclarece a população acerca da falsidade da campanha de boatos alarmistas postos a circular pela reacção em todo o País, na qual se integram elementos do MRPP, pedindo à população que ajude a neutralizar os seus elementos e a combater os seus boatos reaccionários.

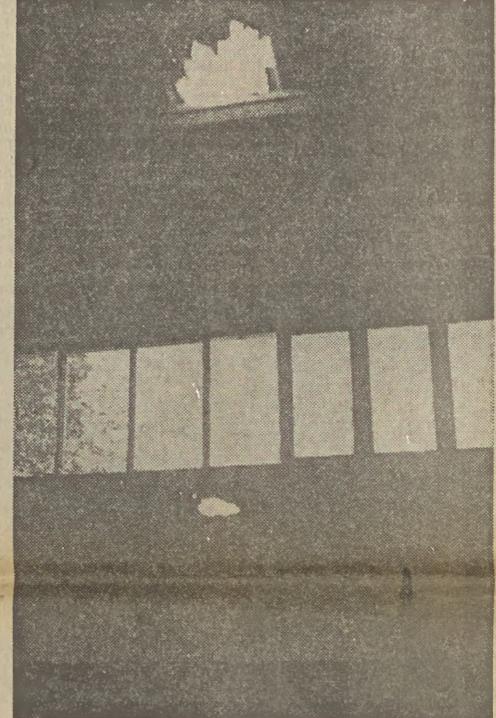
## Implicados presos

São os seguintes os indivíduos presos por implicação no golpe contra-revolucionário:

Domingos-Samorano Pina, Tomás de Aquino Rodrigues Ciríaco, José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, Jorge Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, José Maria Borges Coutinho Espírito Santo Silva, José de Jesus Madeira, Quirino dos Santos Mealha, Manuel Tainha Marescos Duarte, Orlando Mário Milhazes, Luís Frederico Arouca Marques dos Santos, Luís Filipe Cardoso Passanha Guedes, Luís de Afonso Passanha Guedes, Nuno Maria da Câmara de Zea Bermudes, Gerald Jean Alberto Salles Lane, João Diogo Alarcão da Carvalho Branco, Gonçalo Bettencourt Correia e Ávila, José Carlos Vilardes Sommer Champalimud, José Maria da Costa Vilar Gomes, António Maria Rodrigues Simões de Almeida, António Infante Ribeiro da Cunha, Arlindo Rodrigues da Silva, Edmundo Martins Sana Pinheiro, Álvaro Luís Santos Vilar Moreira, Joaquim Simões Ferreira, major; João Carlos da Silva Arantes e Oliveira, major; Rui Tavares Monteiro, general; Paulo Manuel Marmarço da Costa Santos, cap. mar-e-guerra; António Martins Rodrigues, major; Rafael Ferreira Durão, coronel; Manuel Pereira Espadinha Milreu, coronel; Joaquim Ivóneo Rodrigues de Vasconcelos, major; César António Duarte Neto Portugal, major; Augusto Paulo Modra dos Santos, coronel; Henrique de Moraes da Silva Caldas, capitão; Armando Almeida Martins, cap. para-quadista; Sebastião José Ribeiro Martins, cap. para-quadista; Afonso Eduardo de Melo Lopes Mateus, cap. para-quadista; Henrique Fernando Manuel Monteiro de Cardoso, cap. para-quadista; Valério da Silva, cap. para-quadista; António Joaquim Ramos, cap. para-quadista; José Maria da Silva Gonçalves, cap. para-quadista; Rui Manuel Martins Reis, cap. para-quadista; António da Silva Osório Soares Carneiro, tenente-coronel; Levi da Silva Correia, tenente-coronel; Sérgio Duíval Antico de Almeida, alferes-mil. pil.; José de Almeida Coelho, capitão; Durval Serrano de Almeida, coronel; Antero Manuel Rebelo, tenente; Luís Vieira Xavier da Brito, estudante; Luís Duarte Quaresma d'Oliveira e Santos, tenente; Mário Rui Correia Gomes, aluno da Academia Militar; António Arnaldo Rocha Brito Lopes Mateus, aspirante; Antó-

nio Luís Roquette Ricciardi, primeiro-tenente na reserva; Teófilo José de Carvalho Ribeiro Pereira, major; Joaquim Manuel Trigo Mira Mensurado, maj. para-quadista; José Mártiriano Moreno Gonçalves, tenente-coronel; Joaquim António Nobre Jacinto, tenente; Carlos Manuel Leite Moreira, 2.º sarg. mil. pil.; Manuel Bação da Costa Leites, cap. para-quadista; Américo José Guimarães Fernandes Henriques, capitão; José Augusto Martins, capitão; Armando Carlos Alves, tenente; Jorge Manuel Costa da Oliveira, alf. mil. pil.; Francisco António Sebastião Ribeiro da Spínola, Fernando Flores Ribeiro da Spínola; Bernardino José da Costa Gonçalves Moreira, João Luís Teixeira Rego Pinto de Sousa, José Garcia Nunes Mexia, Joaquim Manuel M. Grave, Alfredo Manuel Fraguilho de Paulo Soares, Guilherme Correia Gibo, Eurico José da Costa Vilar Gomes, Francisco Rosa Lourenço, Carlos José Machado Alves Morgado, coronel; António José Maria Gonçalves, Ricardo Fernando Pereira Duarte, coronel; Heitor dos Santos Patrício, cap.

frag; Manuel Maria Castro Centeno, 2.º tenente; José Pedro Corte Real, 2.º tenente; Pedro Henrique Ribas Meneses, Luís Arouca, José Gouveia Barros, ten. mil. GNR; Fernando Xavier de Brito, ten-cor. cav.; João Almeida Bruno, ten-cor. cav.; António Ferreira Damião, general; Luís Casanova Ferreira, maj. de Infantaria; Luís Fonseca Passanha Guedes, João António Rosa Groupa, maj. de cavalaria; José Miguel Vasconcelos, maj. de cavalaria; Rui dos Santos Ferreira Fernandes, maj. de cavalaria; José Carvalho Ribeiro, maj. de Infantaria; Carlos Loureiro Palmetes, ten-cor. Nuno Bivar, maj. de cavalaria; Manuel Monge, maj. de cavalaria; Manuel Rodrigues, António Sampaio e Sousa, Fernando José da Câmara Lourenço, cap. da GNR e José Manuel Martins, Albino Araújo Correia e José Alberto Cortes Rosado Coutinho, todos tenentes da GNR; e os oficiais da Força Aérea, José Neto Bessa da Amorim Rosa, José Luís Gomes Viana, António Rogério Magalhães da Mota e Luís Aires da Câmara de Nogueira.



Os resultados do bombardeamento são visíveis nesta instalação do RAL - 1

## COIMBRA SAIU EM PESO PARA A RUA E SAUDOU A VITÓRIA DO 11 DE MARÇO

Pouco passava da 1 hora quando se soube em Coimbra que estava em marcha uma ofensiva reaccionária. Imediatamente avisados por militantes do nosso partido, operários, empregados e estudantes dirigiram-se para os locais de trabalho. Por toda a parte se ouvia a mesma palavra de ordem: parar todas as actividades! Vir para a rua, para a frente dos quartéis, manifestar o apoio do povo ao MFA!

Uma sombra negra pairava sobre a cidade. Ainda não eram duas horas da tarde quando a primeira nota da resposta popular se fez ouvir: desfilarão em filas compactas com os setes fardos de trabalho, ocupando de lado a lado a rua da Sofia, na Baixa da cidade, operários e empregados da Auto-Industrial faziam ouvir bem alto as suas vozes: «O Povo está com o MFA.» Era o rosto da classe operária: homens e

mulheres cerrando os punhos contra a ameaça fascista. A frente, bandeiras nacionais e a bandeira rubra do Partido Comunista Português.

Poucos minutos depois, Coimbra estava na rua. Dezenas de milhares de pessoas, em todas crescendo a íntima certeza de que por todo o País a imagem viva dessa aliança era a mesma. Outras forças progressistas se mobilizavam. O comunicado da Comissão Distrital do nosso partido já circulava de mão em mão. Em frente do Quartel-General crescia o brado popular.

Prontamente e antes de qualquer destacamento militar, o povo ocupou os aeródromos de Cernache e da Lousã. E isso impediu que um avião com a matrícula tapada (tripulado por quem? a serviço de quem?) aterrasse em Cernache. Já os cruzamentos próximos da cidade estavam controlados por poderosas barragens de trabalhadores e, uma a uma, as escolas e as lojas de comércio tinham fechado as portas. Frente ao CICA, frente ao RAL 2, erguiam-se milhares de punhos e bradava-se: «A vitória é difícil mas é nossa! «Abaixo a reacção! «O povo está com o MFA! «Soldado amigo, o povo está contigo!». Viam-se bandeiras do PCP por todo o lado. As 19 horas, na Fnat-Livre, o nosso partido participava num comício unitário.

No dia 12, com a situação consolidada, dezenas de milhares de pessoas participaram numa grande manifestação popular convocada pelo nosso partido, pelo MDP/CDE, PS e União dos Sindicatos de Coimbra. Ficou bem patente a exigência de um castigo exemplar para os traidores do avanço da sanção, da reforma agrária e da luta contra os monopólios. Do seio da multidão brotaram várias vezes o grito: «O MDP pró lugar do PPD.»

## OS PARA-QUEDISTAS FIEIS AO MFA NADA TÊM A VER COM OS TRAIADORES

Elementos ultra-esquerdistas, pseudo-revolucionários, estão organizando provocações, ataques e até agressões físicas contra os soldados do Batalhão de Caçadores Para-quadistas que apanham isolados, a pretexto de comprometimento com a intenção fascista de 11 de Março.

— Os mesmos que antes atacavam e injuriavam o MFA;

— Os mesmos que, após a derrota dos conspiradores fascistas em 11 de Março, lançaram boatos dos mais alarmistas, tentando semear a confusão e o pânico entre o povo e que continuam a apodar de reaccionário o MFA — que de uma forma tão enérgica e contundente esmagou a conspiração no plano militar em estreita coesão com as massas populares e as forças realmente democráticas;

— Os mesmos que metódicamente organizaram a destruição de documentos tal e qual comprometedores e possivelmente preciosos para o desmantelamento total da

rede conspiratória, na resistência do chefe da conspiração, Spínola, e nas sedes de partidos reaccionários nela comprometidos;

Aparecem agora como camponeses de uma revindita falsa: manifestam popular contra o BCP, o que na prática é ainda um serviço à reacção que os anima e fomenta.

Os soldados, sargentos e oficiais do BCP que foram ludibriados pelos conspiradores spinolistas e que, em última análise, se recusaram a virar as armas contra o povo, são mercedores da amizade de todos os defensores da revolução democrática portuguesa e — como justamente disse o brigadeiro Otelo de Carvalho, comandante-adjunto do COPCON — não podem ser confundidos com os oficiais faciosos.

Quem esteve em contacto com os soldados do BCP desembarcados no Aeroporto da Porteira e se deu conta do seu descontentamento contra os oficiais que os enganaram, quem os ouviu verberar os maneios dos conspiradores e afirmar a sua fidelidade ao povo e ao MFA — como o direc-

## SPÍNOLA CONTINUA A CONSPIRAR

António de Spínola, ex-presidente da República e ex-general do Exército Português, já está no Brasil. A fuga iniciada em Tancos, com escala em Espanha, terminou em São Paulo, O chefe de intentona fascista do 11 de Março encontra-se agora no ambiente que lhe agrada: uma «suíte» de luxo de um dos hotéis mais caros da América Latina (2400 escudos de diária). A família e os ex-oficiais traidores que o acompanham estão também instalados no mesmo hotel em apartamentos de luxo. O grupo dispõe de um andar inteiro. Por coincidência, esse hotel — um arranha-céus de 26 andares — pertence ao jornal «O Estado de S. Paulo», o órgão de Informação ao mais reaccionário do continente americano, considerado o terceiro diário economicamente mais poderoso do mundo. Por coincidência também, Spínola tem antigas relações com o «Estado de S. Paulo» ao qual concedeu uma entrevista importante quando era ainda governador da Guiné-Bissau. E ainda por uma coincidência, o fascista Carlos Lacerda, ex-governador da Guanabara e actualmente principal instigador da campanha de ódio contra Portugal — nas colunas de «O Estado de S. Paulo» — deslocou-se num jacto especial do Rio a S. Paulo, a fim de receber Spínola à sua chegada.

As agências noticiosas americanas definiram a longa fuga de Spínola e da sua corte de traidores como uma verdadeira «odesseia», comparando-o ao herói grego. «Um paralelo digno da United Press e da Associated Press. Na realidade, nenhum país, nem a Espanha franquista, desejava ter como hóspedes Spínola & Cia. Somente o Brasil — onde já vivem como milionários Caetano e Tomás — se prontificou a dar asilo à caravana de criminosos chefiada por Spínola. A única alternativa possível era o Chile de Pinochet.

Como era de esperar, logo que respirou aras brasileiras, Spínola mudou de linguagem. Recuperou o sorriso e a fala. Na base espanhola de Talavera la Real tinha afirmado que nunca voltaria a Portugal e que nada tinha a declarar. Em São Paulo destruiu a língua. Deu o dito por não dito. Pode dizer — disse a um repórter da agência franquista EFE — que me fez a pergunta

e que eu desmenti essas declarações. É falso que eu tenha dito que não tenciono regressar a Portugal.

De acordo com o estatuto do asilo político, Spínola e a caravana de reaccionários que o acompanha comprometeram-se a não exercer qualquer actividade política e a abster-se de qualquer declaração de carácter político. Mas começaram a violar o compromisso logo que puseram os pés no Brasil. Trataram de divulgar, por intermédio de um jornalista americano, o texto do manifesto contra-revolucionário que tencionavam dirigir ao País em caso de vitória no 11 de Março. É um documento profundamente reaccionário, redigido no mais tradicional estilo fascista. Dir-se-ia que o autor do texto foi buscar a inspiração aos discursos de Salazar e copiou passagens.

Vale a pena transcrever algumas frases: A autoridade desapareceu nas ruas. A anarquia alastra pelo País; a perseguição política e religiosa é conduzida na sombra por agentes de partidos e internacionalistas que se tornam cada dia mais fortes; foi para aniquilar as forças antiportuguesas da desordem que pegamos em armas; um governo competente, a actuar em conjunto com as forças da subversão, assiste à ruína material e moral da nação, lançando Portugal no descrédito do mundo livre. Não podemos consentir no martírio de Portugal e na ruína da Pátria. O apelo final era pateticamente reaccionário: Portugueses que desejais ser livres e optar livremente, que amais Portugal... as Forças Armadas colocam as suas vidas ao vosso lado.

É a técnica fascista mais clássica, como se verifica. O manifesto contém todos os ingredientes, todo o palavreado, todas as fórmulas do tempo de Salazar. Os seus autores fazem a apologetica da autoridade fascista, levantando o espantoso da anarquia e da perseguição religiosa, pretendendo transformar as forças populares em forças da subversão, insinuando que são estrangeiras. Misturam tudo, trocam tudo. A ofensiva contra os monopólios e o latifúndio é transformada em ruína material e moral da nação. Não falta também a alusão ao mundo livre, isto é, à reacção internacional, aliada da reacção interna, aliada dos Spínola & Cia,

disposta a ajudar o bando de criminosos que julgou poder aforar em sangue as conquistas revolucionárias do povo português. Um punhado de traidores ergueu-se em armas contra a Nação e os seus camaradas de armas, contra o MFA, contra o movimento popular de massas, mas falava sem mandato, em nome das Forças Armadas.

Spínola, agora, vai escrever um livro. E conspirar. Sobre tudo, conspirar. No ambiente luxuoso da sua «suíte» do Hotel Jaraguá — enquanto prepara a sua instalação no Rio numa mansão sumptuosa igual às de Caetano (125 quartos de ordenado me. 1) e Tomás, mantém prolongadas conversas com o seu íntimo amigo Carlos Lacerda, o destacado dirigente da ultradireita brasileira.

Do resultado dessas trocas de impressões já temos uma primeira amostra. Carlos Lacerda, em artigo publicado no «Estado de S. Paulo», dirigiu um apelo à colónia portuguesa do Brasil para que boicote a Revolução Portuguesa. Pediu concretamente a suspensão de todas as transferências de dinheiro para Portugal, pediu a toda a reacção que se mobilize contra o povo português, o MFA, o nosso Partido. Pediu que nenhum turista venha a Portugal. Repetiu, quase com as mesmas palavras, o apelo reaccionário que, anos atrás, fez contra a República Socialista de Cuba, boicoteada pelo imperialismo americano. E, para dar esperanças aos reaccionários portugueses, termina com a afirmação de que tudo parece indicar que ainda vai correr muito sangue em Portugal.

As profecias do fascista Lacerda foram desmentidas no próprio dia 11 de Março. A reacção derramou sangue. Mas não tanto quanto desejava. Foi derrotada, perdeu a possibilidade de transformar Portugal num campo de concentração, num novo Chile, perdeu a possibilidade de implantar em Portugal uma nova ditadura fascista.

É muito possível que Spínola, Lacerda, Caetano e Tomás se reúnam um dia destes em qualquer «suíte» de luxo para almoçarem e conspirarem juntos contra a Revolução Portuguesa. Mas não conseguirão impedir o avanço da Revolução Portuguesa.

GRANDE COMÍCIO DA INTERSINDICAL

OS TRABALHADORES COM O MFA



A CIDADE DO PORTO CONTRA A REACÇÃO

No Porto, a reacção popular contra a intentona fascista de 11 de Março foi imediata. Para além da vigilância que logo surgiu por parte das massas trabalhadoras, nessa mesma noite uma grande multidão concentrava-se na Praça General Humberto Delgado manifestando o seu apoio ao MFA e exigindo o reforço do processo democrático. Também no Norte o movimento fascista não pôde contar com o apoio popular

A HORA É DE TRABALHO

DINAMIZAÇÃO CULTURAL DO MFA E SERVIÇO CÍVICO ESTUDANTIL

A hora é de trabalho — disse-o o general Costa Gomes, sabem-no todas as forças verdadeiramente progressistas. A definição de todas as tarefas do serviço cívico estudantil — praticamente pronto a entrar em acção — e a intensificação das campanhas de dinamização cultural nas regiões mais atrasadas do País são provas inequívocas da decisão inabalável de levar a Revolução a todos os cantos de Portugal, de estreitar e reforçar a aliança inquebrantável Povo/MFA.

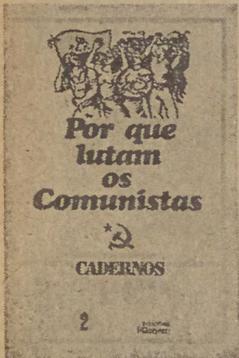
Emanado do gabinete de Imprensa do MFC, foi distribuído aos órgãos de Informação uma «dossier» sobre o Serviço Cívico: estruturas, actividade, garantias, enquadramento e programas.

Criado por deliberação do Conselho de Ministros, o Serviço Cívico Estudantil propõe-se alcançar importantes objectivos, de que destacamos os mais significativos:

Assegurar aos estudantes mais adequada integração na sociedade portuguesa e mais amplo contacto com os seus problemas, a par de melhor compreensão das necessidades e carências da população. Garantir maior harmonização do conteúdo e prática do ensino com as situações concretas da vida nacional.

Contribuir para a combinação da educação pelo trabalho intelectual com a educação pelo trabalho manual e quebrar o isolamento da escola em relação ao campo.

Contribuir para a reconversão do sistema de ensino, fomentar o espírito de trabalho colectivo, incentivar a cooperação entre estudantes e o povo trabalhador.



Reforço das campanhas de alfabetização

O Serviço Cívico Estudantil compreende, entre outras, campanhas de alfabetização, que serão realizadas pela Direcção-Geral da Educação Permanente em colaboração com o MFA. Como foi anunciado na conferência de Imprensa realizada na passada segunda-

feira sobre a Campanha de Dinamização Cultural, as Forças Armadas, a partir de agora, colocarão mais vastos e completos recursos ao serviço destas campanhas de dinamização. Assim, na campanha a realizar no distrito de Viseu, além das sessões de esclarecimento, seguirão para a região dezolito brigadas médicas, uma equipa de engenharia para levantamento das necessidades em engenharia, duas equipas de electricidade, bem como elementos da PSP e da GNR.

Como afirmou o 1.º-tenente Ramiro Correia, membro da Comissão Central da Dinamização Cultural do Programa das Forças Armadas, a sigla MFA/Povo tem de passar das palavras para os actos. As FA dão o exemplo; estamos certos de que as massas estudantis integradas no Serviço Cívico saberão segui-lo, com a força, o espírito criativo e a generosidade tão característicos da nossa juventude.

COOPERATIVA AGRÍCOLA NO MOUCHÃO DO INGLÊS — UMA EXPERIÊNCIA NOVA QUE É UM EXEMPLO

Próximo de Alpiarça e confinando com o rio Tejo fica o Mouchão do Inglês, cerca de 367 hectares de boa terra onde recentemente os trabalhadores rurais da região começaram a viver uma nova experiência: a construção de uma cooperativa agrícola.

Como o próprio nome indica, a propriedade foi pertença de uma família inglesa e passou para a posse do Estado — por intermédio da Junta de Colonização Interna — quando terminou a descendência da referida família. A partir daí a propriedade passou a ser explorada ora pela Junta de Colonização ora por particulares, que a arrendavam. Entretanto, sempre que se aproximavam as «eleições» fascistas sucediam-se as promessas de que o Mouchão do Inglês seria entregue aos trabalhadores de Alpiarça, promessas rapidamente esquecidas.

Depois da revolução do 25 de Abril e criado que foi o Instituto da Reforma Agrária, em substituição da Junta de Colonização Interna, tinham surgido as condições para os trabalhadores poderem avançar com o projecto que há anos acalentavam.

Alvaro Brasileiro, um dos elementos da Comissão da Cooperativa, relata-nos o desenrolar da iniciativa: — O Mouchão do Inglês não foi entregue de mão beijada, embora tenha havido boa compreensão por parte do IRA. Primeiro, tivemos o cuidado de nos organizarmos e só depois avançamos com o nosso projecto, mas contando sempre com o apoio da população local. Assim, realizámos várias assembleias — onde por vezes estiveram presentes mais de 700 pessoas — a fim de explicarmos o que nos propínquamos fazer. Era nossa intenção evitar os choques entre os trabalhadores. Ao mesmo tempo, havia o cuidado de explicar que o que os trabalhadores recebessem seria criado pelos próprios. Por outro lado propomos manter a população de Alpiarça a par de tudo o que se for passando, tanto no que diz respeito a lucros e despesas como em relação a outras iniciativas, pois o que estamos a fazer diz respeito também à população de Alpiarça.

Ficou estipulado que as pessoas que participarem na cooperativa ganharão de acordo com o contrato colectivo de trabalho em vigor para os operários agrícolas da região. No final do ano, conforme os lucros existentes, será criada um prémio a distribuir pelos elementos da cooperativa. O restante dos lucros destinara-se à criação de novos postos de trabalho e para um fundo cooperativo.



No Mouchão do Inglês os trabalhadores confiam no futuro da cooperativa



Uma imagem que não se esquecerá: a aliança do Povo com o MFA

Com a Praça do Campo Pequeno repleta, realizou-se, na última terça-feira, o Grande Comício da Intersindical, em Lisboa, que se caracterizou pelo vibrante entusiasmo dos milhares de operários e outros trabalhadores vindos de toda a área da grande Lisboa, do Barreiro e de outras localidades. Empunhando dísticos de apoio às medidas revolucionárias ultimamente decretadas e à aliança Povo-MFA, estava representado grande número de sindicatos dos maiores do País e empresas de grande e pequena dimensão pela voz dos seus trabalhadores, que aplaudiram com grande entusiasmo as intervenções dos seus camaradas de trabalho e dos dirigentes da Intersindical Nacional.

«A intentona de 11 de Março veio possibilitar a denúncia correcta de alguns dos principais travões ao desenvolvimento do processo revolucionário, veio abrir o caminho ao desmascaramento de todas as forças pseudodemocráticas que objectivamente faziam o jogo dos reacçãoários. A vitória do MFA, ao decretar a sua imediata institucionalização, vem confirmar que o MFA está consciente das suas responsabilidades perante os trabalha-

dores e ultrapassou os espalhões que, com base em «slogans» abstractos e já velhinhos, o pretendiam encerrar», afirmou José Luis Judas, em nome do secretariado da Intersindical Nacional, no discurso de encerramento do grande comício que a organização sindical nacional levou a efeito no Campo Pequeno e ao qual assistiram mais de dez mil pessoas. Outros comícios promovidos pela Intersindical se realizaram ontem e anteontem em vários pontos do País.

Começou por falar Anselmo Dias, do Sindicato dos Bancários, que, a determinado passo da sua intervenção, afirmou, após historiar todo o processo que levou à nacionalização da Banca e dos Seguros: «Importa valorizar o trabalho, intensificar a vigilância e desencadear, dentro de critérios justos, equilibrados e oportunos, o saneamento das pessoas comprometidas com o terrorismo fascista, dos sabotadores económicos e dos carrascos da militância sindical. Importa mantê-los a maior seriedade e a mais firme disposição de estreitarmos os laços com todos os trabalhadores, independentemente das suas convicções religiosas

e políticas, com as forças progressistas e, sobretudo, com a componente armada do nosso processo revolucionário, o MFA.»

Falando seguidamente, Joaquim Domingos da Cruz, da direcção do Sindicato da Construção Civil, pronunciou-se pela proibição dos despedimentos, pelo apoio às nacionalizações, pela actualização dos salários, contra o capitalismo, pelo socialismo.

Jerónimo de Sousa, da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos, referindo-se ao 11 de Março, afirmou: «A reacção perdeu mais uma importante batalha, mas nós devemos estar conscientes que outras lutas se seguirão, até conseguirmos o caminho da vitória final, que é o verdadeiro socialismo sem exploradores nem explorados. Quando dizemos que estamos com o MFA e com as forças progressistas do Governo Provisório, reafirmando a vontade de trabalhar mais e melhor, estamos a afirmar que os privilegiados e os parasitas têm de começar também a produzir, pois, do contrário, continuarão a encontrar os meios possíveis para novas intentonas reacçãoárias.»

Mais adiante, afirmou Jerónimo de Sousa: «Falando em parasitas, torna-se preocupante para a classe operária e para os trabalhadores em geral, que alguns estudantes encapotados de revolucionários, se vão entretendo e gastando o nosso dinheiro a brincar às revoluções, fazendo as suas greves, as suas manifestações, dizendo-se até vanguarda da classe operária, mas esquecendo-se, no entanto, que há que trabalhar, produzir e estudar.

O avanço do processo revolucionário não se faz nos cafés ou nas Universidades, vendendo palavras ocas e demagógicas, dividindo ou confundindo os trabalhadores, atacando tudo e todos, numa linguagem onde já não se distingue onde começa a extrema-direita e acaba a extrema-esquerda.»

Finalmente, e após ter usado da palavra António Gouveia, dos Ferroviários, usou da palavra José Luis Judas, do secretariado da Intersindical Nacional que, a determinado passo da sua intervenção, salientou: «Até ao dia 11 de Março, as forças reacçãoárias que pretendiam entrar no processo revolucionário foram obrigadas, pela pressão das massas populares em estreita aliança com o MFA, a adoptar posturas democráticas, com as quais pretendiam encobrir os boicotes e sabotagens a que recorriam a todos os níveis, para escamotear a resolução dos verdadeiros problemas que se punham às massas populares, e o avanço do processo revolucionário.»

Prosseguindo, salientou José Judas: «Jogando na ambiguidade, obrigavam a uma constante análise da chamada correlação de forças, para não nos deixarmos arrastar em aventuras fáceis, de consequências graves. O Programa de Política Económica e Social é um reflexo desta situação, que se agudizava de dia para dia, e revelava que, inclusivamente, algumas forças políticas no Governo Provisório tinham interiorizado e não conseguiram denunciar e ultrapassar as manobras da reacção e do grande capital.

«O Programa — acentuou ainda José Judas —, tal como foi analisado no plenário da Intersindical Nacional, não conseguia ultrapassar o chavão da impossibilidade de reformas de fundo. A sua insuficiência face ao agravamento da situação económica não permitia afirmar, com consciência, que a economia portuguesa iria ser desenvolvida em benefício das massas trabalhadoras — os verdadeiros e únicos produtores de riqueza de uma sociedade.»

Mais adiante, disse o representante da Intersindical: «De facto, a falta de precisão na definição concreta das soluções tendentes a resolver a crescente crise de desemprego, os despedimentos em massa, a alta do custo de vida, e a não definição concreta do inimigo principal, que os trabalhadores há muito apontavam — os monopólios e os latifundiários ligados aos interesses imperialistas — eram, e são, falhas graves num programa para o qual se pretendia ganhar os trabalhadores.»

A finalizar, José Judas salientou: «Impõe-se a continuação da solidez da aliança Povo-MFA como moia do avanço do processo revolucionário para a construção de uma sociedade onde não haja fome, miséria e exploração.»

Na segunda parte deste grande comício da Intersindical Nacional no Campo Pequeno, houve uma sessão artística com Canto Livre e a actuação do Grupo de Coros e Danças do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos

uma história nova e crua
conto do natal
MÁRIO HENRIQUE LEIRIA
pedidos a
forja
rua garret 80 2 b
lisboa 2 tel322334

# 100 000 PESSOAS NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO

CONT. DA PAG. 1

sica dos seus militantes e simpatizantes. Assim se viu a força do PCP, que não é mais do que a soma da força dos seus milhares de militantes e simpatizantes. Exigindo uma representação no Governo que traduza a correlação de forças, a multidão gri-

da palavra o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, que começou por salientar o facto de o comício ter sido marcado com o objectivo de apresentar os candidatos do PCP e os seus objectivos essenciais com vista às eleições para a futura Assembleia Constituinte, mas que se revelava de uma

o País uma intensa campanha anti-comunista, ao mesmo tempo que se procurava dividir ou dissolver o MFA e liquidar a aliança deste com o Povo, o camarada Octávio Pato salientou que, ao contrário dos intentos da reacção, se assiste hoje à institucionalização do MFA e ao fortalecimento da aliança do Povo com o MFA, aliança que adquire expressões cada vez

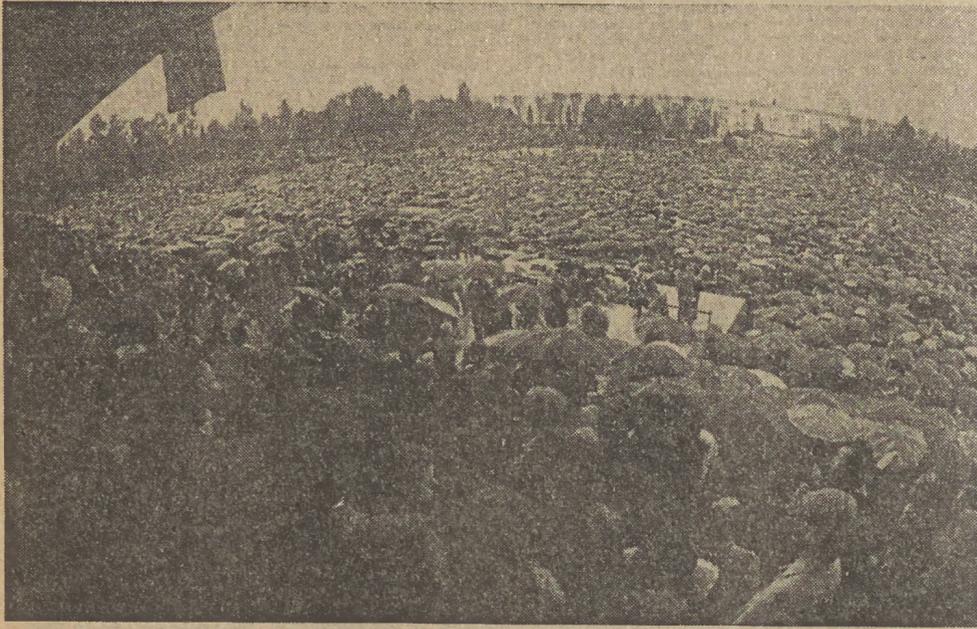
com as massas trabalhadoras e todo o povo que a participação no comício comprovava e só possível quando existe uma profunda identificação com os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, com as aspirações de todo o povo, com os anseios de todo o País, o camarada Octávio Pato acrescentou: A aliança Povo-MFA foi ontem, é

PCP será votar na consolidação da actual revolução democrática rumo ao socialismo. Depois da apresentação dos candidatos comunistas pelo círculo de Lisboa, falou, em nome da Direcção da Organização Regional de Lisboa, a camarada Georgete Ferreira, membro do Comité Central do nosso Partido.

após a conquista desta histórica vitória sobre a reacção, está inegavelmente em melhores condições para continuar na vanguarda da luta pelo avanço do processo revolucionário, contra os monopólios, contra a reacção e contra todos os que fazem o seu jogo.

experiência e autoridade acumuladas ao longo dos duros anos de combate ao serviço da causa do nosso Povo e da nossa Pátria. O camarada Alvaro Cunhal foi o último orador da tarde, cujo discurso publicamos noutra página. No final, a sessão de canto livre foi preenchida com a participação do coro da Academia dos Amadores de Música, as bandas do Montijo e de Torres Vedras, a Orquestra Sinfónica Popular e Luís Cília.

vermelhas desfraldadas, percorreram as ruas da cidade. Domingo, 16 de Março, com a chuva a cair, viu-se a força do PCP. Mas já no dia 11 de Março, em condições mais adversas do que a chuva a força do nosso Partido se tinha evidenciado, no momento em que foi a primeira organização política a promover a mobilização popular de apoio ao MFA. Meia hora depois do criminoso bombardeamento ao RAL 1 muitos militantes, alguns em automóveis, percorriam a cidade pedindo à população que se organizasse na resposta a dar aos reaccionários. E aqui, neste momento crucial, se começou a ver a força do PCP.



to por várias vezes a palavra de ordem MDP no lugar do PPD, acrescentando «slogans» como O povo ordena não quer o S4 Carneiro, ou então O povo não quer fascistas no Poder. Manifestação partidária sem precedentes, pode-se acrescentar que o Estádio 1.º de Maio é já um recinto pequeno para realizações de tal envergadura.

### Não foram os comunistas que se viram isolados

Depois da Orquestra Sinfónica Popular, dirigida por Luís Newton, ter tocado A Internacional e o Avante, Camarada e ter sido aberto o comício por Francisco Muñoz, usou enfão

flagrante actualidade face aos acontecimentos recentes, acrescentando: Ele realiza-se num momento em que ainda ressoam por todo o País, e até mesmo por todo o Mundo, os clamores da grande vitória do Povo português sobre as forças que desencadearam um covarde golpe contra-revolucionário com o qual pretendiam fazer regressar Portugal ao passado fascista.

Este comício realiza-se também logo após a histórica decisão do Conselho Superior da Revolução, de nacionalizar a banca e os seguros, medida revolucionária de enorme significado e que representa uma nova fase da revolução democrática e nacional.

Frisando a seguir que ainda há poucos dias se desenvolvia por todo

mas concretas por se irmanar de forma crescente aos mais profundos interesses nacionais.

No que respeita ao PCP — destacou e embora a campanha anticomunista não esteja de forma alguma terminada, pode dizer-se que esta campanha esbarrou contra a vontade das massas populares que se ergueram por todo o País aos apelos do Partido, e de outras forças democráticas, para barrar o caminho à contra-revolução. Não foram os comunistas mas sim os reaccionários e divisionistas de vários matizes que se viram isolados ou enfraquecidos.

### Um minuto de silêncio

Proseguindo e após ter posto em destaque o reforço da ligação do PCP

hoje, o continuará a ser ainda amanhã, a garantia da continuação do actual processo revolucionário. Esta aliança está a ser selada com o sangue que a reacção já fez derramar.

Referindo a seguir que o soldado do RAL 1, Joaquim Carvalho Luís, não morreu em vão, como não morreram em vão os inúmeros portugueses que deram as suas vidas para que o País se libertasse da tirania fascista e pudesse construir um Portugal democrático e progressista, o orador pediu que se respeitasse um minuto de silêncio em homenagem àquele militar, cuja morte simboliza a unidade combativa do Povo com as Forças Armadas.

Após o silêncio profundo da majestosa multidão, o camarada Octávio Pato acrescentou:

A homenagem que acabamos de prestar e as sentidas homenagens prestadas em inúmeras localidades por onde passou o funeral do soldado Joaquim Luís, é bem a demonstração dos laços profundos que irmanam o nosso povo. A reacção poderá ainda causar mais vítimas, mas de uma coisa pode ela estar certa: a reacção encontrará pela frente uma vontade firme e um poder de decisão cada vez maior por parte das massas populares.

### Candidatos do povo

Continuando o seu discurso, Octávio Pato frisou que os comunistas estiveram no passado, estão hoje e estarão sempre nas primeiras filas da luta em defesa das liberdades e dos interesses supremos dos trabalhadores e de todo o nosso povo. E proseguindo:

Por isso se diz e com razão, que os candidatos comunistas serão os candidatos do povo. Entre os 55 candidatos propostos pelo PCP para o distrito de Lisboa, encontram-se camaradas pertencentes a todas as camadas laboriosas. Entre os candidatos propostos pelo distrito, contam-se 36,3% de operários; 21,9% de trabalhadores de várias profissões; 29,2% de intelectuais; 5,4% de estudantes e 7,2% de diversas profissões, incluindo camponeses.

No que respeita a idades, 23,6% têm idades compreendidas entre os 20 e 30 anos; 34,8% têm menos de 40 anos; 18,1% possuem idades entre os 40 e 50 anos; 23,5% têm mais de 50 anos.

No seu conjunto os candidatos por Lisboa possuem mais de 650 anos de luta nas fileiras do Partido.

Referindo-se depois aos anos de prisão que os candidatos passaram nas prisões fascistas, o orador destacou que só no respeitante aos candidatos de Lisboa esta soma ultrapassava os 100 anos e no tocante aos candidatos propostos por todos os círculos a soma dos anos de prisão atingia os 440.

A finalizar, chamou a atenção para as dificuldades que os comunistas irão enfrentar na campanha eleitoral, ressaltando a acção das forças que procuram sabotar a consolidação e o avanço do actual processo democrático e revolucionário, mas manifestou a sua confiança no amplo apoio que o PCP e os seus candidatos irão encontrar por parte das massas populares e, muito especialmente das classes trabalhadoras, pois votar no

Começando por saudar os militares do RAL 1, o Movimento das Forças Armadas e o povo trabalhador que em conjunto não se pouparam a esforços para derrubar a reacção, a camarada Georgete Ferreira afirmou:

A derrota da intenção reaccionária em 11 de Março representa mais um grande e importante passo em frente no caminho da defesa das liberdades reconquistadas no 25 de Abril, no caminho da democratização progressiva da sociedade portuguesa.

Para esta vitória das forças verdadeiramente interessadas no avanço do processo democrático em Portugal, foi decisiva a participação activa da classe operária, na resposta imediata dos soldados e das massas populares à criminoso tentativa da reacção, que desta vez não hesitou em recorrer à agressão armada, para afogar em sangue as conquistas do 25 de Abril, com vista a restabelecer no nosso país a odiosa ditadura fascista.

Com efeito, desde a primeira hora em que foi conhecida a ofensiva militarizada da reacção, concretizada no covarde ataque ao quartel do RAL 1, em Sacavém, as massas trabalhadoras com a valente classe operária à frente, acorreram imediata e corajosamente ao local do ataque prontas a defender, com a vida se preciso fosse, a jovem democracia portuguesa.

Apresentando a seguir os exemplos flagrantes da resposta dos trabalhadores frente à intenção contra-revolucionária na luta da classe operária pela democracia, a paz e a independência nacional:

Foi a paralisação, o encerramento com a formação de piquetes nas próprias fábricas, em toda a zona do Ribatejo e arredores de Lisboa — Loures, Amadora, Portela, Algueirão, Queluz.

Foi a neutralização pelos trabalhadores — após o encerramento da Saco, por exemplo — dos elementos ainda existentes da Legião Portuguesa e a determinação, logo posta em prática, de não deixar sair da empresa uma só gota de gasolina.

Foram os carros de cimento e gruas da Empresa Francisco dos Santos, de Sacavém, imediatamente transformados em barricadas, para impedir a passagem dos carros e das forças reaccionárias.

Foram as barricadas construídas em Vila Franca e Alhandra com o mesmo objectivo pela valente classe operária das zonas.

Foi a entrada no quartel do RAL 1 dos operários dos Diamantes, da Louça de Sacavém e de outras empresas da região para oferecerem os seus préstimos aos militares e para dialogarem com os pára-quadistas persuadindo-os do grande erro que estavam praticando ao atacar os seus irmãos de armas do RAL 1.

Foi, por outro lado, a grande onda de solidariedade em géneros e tabaco que a população, e em especial as mulheres trabalhadoras da região, fizeram chegar às mãos dos soldados durante todo o dia e noite.

De sublinhar igualmente a abnegação assistida prestada pelos médicos aos feridos vítimas do covarde ataque.

Foi ainda a não menos importante e decidida vigilância montada pelas massas trabalhadoras do Ribatejo e arredores de Lisboa, em torno dos postos de informação (rádio e televisão) e de comunicação (telefones, CTT), das fontes de energia — tudo isto com piquetes mantidos permanentemente dia e noite.

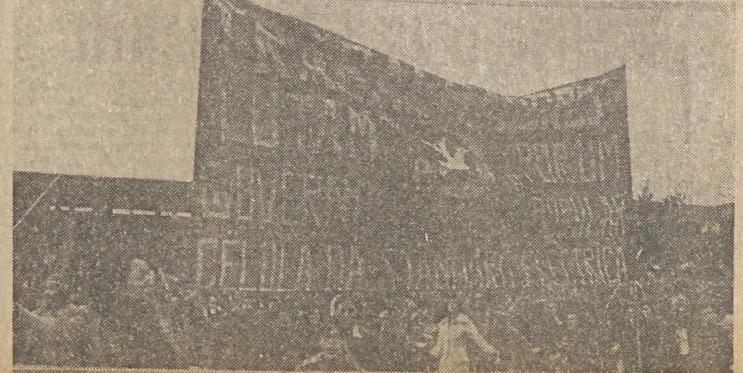
Foi igualmente magnífico o exemplo dado pelos trabalhadores da Rádio Renascença, que interromperam a greve que vinham levando a cabo para irem em reforço do Rádio Clube Português, cuja antena do Porto-Alto fora miseravelmente destruída.

### Continuar na vanguarda

Salientando que as acções de Lisboa e arredores se repetiram em todo o País e que a frente de todas estas acções em defesa das liberdades, em defesa da democracia, enfrentando o perigo a cada hora, estiveram os comunistas — e isso ficou claro para todos quantos participaram nos acontecimentos — com o seu exemplo, a sua combatividade e firmeza, sem alardes mas com determinação feita da vontade de travar o passo aos inimigos da democracia, Georgete Ferreira acrescentaria depois:

A verdade é que nunca até hoje a expressão da unidade do povo com o MFA foi tão fortemente evidenciada e tão vitoriosamente posta à prova, como na jornada de 11 de Março. Na grandiosa e sentida homenagem prestada pelo povo trabalhador ao jovem soldado vítima das balas da reacção, ficou selada esta unidade, expressa na presença massiva dos trabalhadores e nos milhares e milhares de flores ali levadas pelas mãos dos filhos do Povo ao jovem soldado amigo caído na luta.

Temperada na magnífica jornada acabada de viver, a classe operária,



A presença da classe operária, juntamente com a de outras camadas de trabalhadores, foi uma das notas mais significativas do grandioso comício do domingo. Muitas das delegações transportavam fitas e cartazes, dos quais as gravuras apenas documentam alguns exemplos. Entretanto, a célula dos artistas plásticos do PCP decorou as paredes do Mercado do Matadouro, junto ao Saldanha, com um mural ativo ao comício e ao momento político

## SUPLEMENTO DIÁRIO DO AVANTE!

DURANTE O PERÍODO ELEITORAL inscreve-te propõe assinantes!

### SUPLEMENTO DIÁRIO DO «AVANTE!» ASSINATURAS

CONTINENTE E ILHAS	
Via normal (superfície) .....	100\$00
Via aérea .....	120\$00
ANGOLA, CABO VERDE, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR	
Via normal (superfície) .....	100\$00
Via aérea .....	200\$00
ESTRANGEIRO	
ESPANHA	
Via normal (superfície) .....	100\$00
Via aérea .....	120\$00
RESTANTES PAÍSES EUROPEUS	
Via normal (superfície) .....	150\$00
Via aérea .....	180\$00
ESTRANGEIRO NÃO EUROPEU	
GUINÉ-BISSAU	
Via normal (superfície) .....	100\$00
Via aérea .....	200\$00
BRASIL	
Via normal (superfície) .....	100\$00
Via aérea .....	260\$00
RESTANTES PAÍSES	
Via normal (superfície) .....	150\$00
Via aérea .....	260\$00
ASSINATURA DE APOIO .....	mais 100\$00

LÊ • ASSINA • DIVULGA

UMA VOZ DEMOCRÁTICA

a opinião

REDAÇÃO: AV DA BOAVISTA, 601 — PORTO — TEL. 64418

ÁLVARO CUNHAL NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO

EMPREGAREMOS TODOS OS ESFORÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DO NOSSO PAÍS DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA CAMINHANDO PARA O SOCIALISMO



Camaradas: Foi este comício convocado para nele serem apresentados os candidatos do Partido Comunista Português pelo distrito de Lisboa às eleições para a Assembleia Constituinte.

Trata-se pois de um acto inserido no processo eleitoral que, por sua vez, se insere no processo de democratização da vida portuguesa e de instauração de um regime democrático, pelo qual o nosso povo lutou heroicamente durante meio século de opressão fascista e que está firmemente disposto a alcançar.

Nós, comunistas, gostaríamos que o caminho para a construção de uma sociedade democrática se percorresse sempre com cravos nas espingardas, sem violência nem perda de vidas. Pela nossa parte tudo faremos para que um tal caminho seja possível.

Assim o não pensamos, porém, os inimigos do nosso povo, que não se conformam com a existência das liberdades e com a construção tranquila e pacífica pelo povo português de um novo regime democrático e que procuram fazer voltar Portugal ao passado fascista recorrendo a todos os meios sem quaisquer escrúpulos.

Assim, a poucos dias da campanha eleitoral, no dia 11 de Março, a reacção fascista passou ao ataque, tendo pela força das armas instaurado uma nova ditadura.

O golpe fôlhou graças à solidez e firmeza do MFA e à vigorosa acção popular de norte a sul do País. A aliança Povo-Forças Armadas mostrou mais uma vez ser invencível.

O golpe falhado de 11 de Março está tendo e terá profundas repercussões no curso da revolução democrática portuguesa.

O povo português tem de tirar da tentativa do golpe todas as lições e todas as consequências a fim de dificultar que o mesmo venha a repetir-se.

A análise do 11 de Março tem de tomar como objecto dois aspectos fundamentais e inseparáveis: Um é a própria tentativa de golpe militar. Outro é a sua preparação política.

É absolutamente certo que os conspiradores contavam com elementos e com forças militares que não saíram para a rua. É necessário apurar quem são esses elementos e quais eram essas forças e tomar as medidas necessárias para neutralizá-las, pondo-os em condições de não poderem fazer mal.

Há, entretanto, razões para ter confiança. O fracasso do golpe de 11 de Março constitui uma séria advertência para a reacção.

Mostrou-se que os sentimentos democráticos nas Forças Armadas são tão profundas, a vigilância é já tão ampla e tão insistente, que quaisquer golpistas, mesmo procurando levar as tropas ao engano, se arriscam a voltar as tropas contra eles próprios. Que não se iludam os reacçãoários, supondo que, corrigindo os erros tácticos militares dos conspiradores do 11 de Março, conseguirão melhor resultado. Se voltarem à carga de novo serão derrotados.

Ora bem, camaradas, ouço gritar para fuilarem os responsáveis. Aqui parece não estarmos de acordo. Nós estamos de acordo em liquidar politicamente a reacção mas não estamos de acordo, neste momento, em pedir a instauração da pena de morte em Portugal. O que é necessário é assegurar o castigo severo aos conspiradores mas não parece que seja caso, neste momento, para os fuzilar.

Não é a pressa nem a violência inútil que resolvem grandes problemas políticos. Devemos a cada momento considerar a situação real que defrontamos, as forças de que dispomos, a necessidade das alianças e, nessa base, ajuizar das nossas decisões com serenidade, tendo em vista o prosseguimento seguro do processo e não pequenas aventuras ou decisões precipitadas que possam prejudicar o avanço em que todos estamos empenhados.

O fracasso do golpe mostrou que há oficiais, sargentos e soldados fiéis ao MFA e ao Povo Português, capazes de fazer frente, nas respectivas unidades, a oficiais fascistas, se eles aparecerem. Para esses oficiais, sargentos e soldados, filhos do povo, dignos do povo, no RAL 1 e noutras unidades vão neste momento as mais calorosas saudações de combate do Partido Comunista Português.

No dia 11 de Março, uma vez mais o povo português, se pôs no caminho da contra-revolução. O povo veio em massa para a rua, os operários pararam as fábricas para cercarem os quartéis em apoio ao MFA, nas vilas, nos campos, logo as massas populares acorreram a ligar-se às Forças Armadas, a isolar os fascistas e a desorganizar ou impedir a sua movimentação. A classe operária, o campesinato, as massas populares, as forças democráticas, mais uma vez mostraram que estão dispostos a bater-se pela liberdade e que estão em condições de cortar o caminho à reacção.

A todos quantos participaram na acção popular contra o golpe e a conjura contra-revolucionária, aqui expresso também as mais fraternas saudações de combate do Partido Comunista Português. O Presidente da República, o Conselho Superior da Revolução, o Primeiro-Ministro disseram já que os responsáveis pelo golpe serão julgados e condenados. É necessário que isso seja feito e feito depressa. Não se deve repetir o que se passou com o 28 de Setembro.

A tentativa de golpe militar do 11 de Março não foi um acto isolado, preparado apenas no campo militar.

A conspiração que está por trás do 11 de Março deve ser posta a nu e não encoberta por cortinas de fumo. Rejeitamos a explicação que alguns dão à tentativa de golpe, apresentando-o como um acto de desespero ou de prevenção perante uma suposta ameaça. O general Spínola e seus cúmplices cometeram um acto criminoso. Não são de admitir quaisquer atenuantes.

A tentativa de golpe militar é inseparável da ofensiva política e diplomática contra-revolucionária que se vinha desenvolvendo nos últimos meses. O golpe deveria culminar essa ofensiva com a tomada do Poder pelo general Spínola e seus cúmplices já conhecidos e outros ainda desconhecidos. O golpe deveria culminar toda essa abrangente operação, cuidadosamente planeada, organizada, coordenada, fomentada, desenvolvida e concertada com a violência e a arrogância própria de quem já se via vencedor.

A monstruosa campanha atincomunista dos últimos meses, a intriga contra o MFA, a intensificação da sabotagem económica, violências e golpes de mão em sindicatos e escolas, os boicotes de congressos e comícios, a multiplicação de manifestações antigovernamentais a pretexto de justas reclamações, a agudização artificial dos conflitos sociais, as tentativas para precipitação sem razões válidas, na nova vaga de greves — constituíram, no seu conjunto, uma grande ofensiva contra-revolucionária, deteriorando a situação política, criando um clima de caos e de insegurança, de que eram responsabilizadas as forças revolucionárias.

O papel dos grupos pseudo-revolucionários neste período (participando em todas as provocações, mostrando, mais que nunca, que esses grupos se tornaram um pião do jogo da contra-revolução. Merecem atento exame as atitudes, as posições, as afirmações, as propostas que certas forças avançavam e que tendiam a um mesmo resultado: pôr em causa o MFA e os seus organismos e militantes mais destacados, pôr em causa a situação democrática, exigir a saída do PCP do Governo Provisório, amadurecer no terreno político as condições justificativas de um golpe de palácio ou um golpe de força da direita.

A provocação reacçãoária de Setúbal no dia 7 tem a este respeito particular significado. Muitos aspectos dessa provocação necessitam ainda de ser esclarecidos e é lícito perguntar se não se trataria de um grande detonador de um golpe militar que aparece como salvador das liberdades e da ordem.

Os militares que tentaram o acto de força são responsáveis directos, mas não são mais responsáveis do que aqueles que, no plano político, ajudaram a preparar o golpe e que na pressa de um alibi logo correram a condenar o golpe na hora da derrota!

A investigação dos acontecimentos do dia 11 de Março deverá pôr a nu todo o trama da conspiração. Se o golpe tivesse triunfado, os conspiradores teriam sido implacáveis. Quadros do movimento operário e os «capitães» do 25 de Abril não teriam decerto sido poupados. Não poderá ser passada uma esponja por cima dos culpados.

Não queremos vingança, nem retaliações e, como há pouco disse comentando um «slogan» que os camaradas gritavam neste comício, não somos partidários da instauração da pena de morte

e pensamos que a exigência que alguns fazem do fuzilamento dos amotinados não facilitaria a luta contra a reacção e o avanço do processo revolucionário.

O que é essencial é que sejam julgados e severamente condenados. O povo não pede vingança. O povo pede justiça.

O fracasso do golpe contra-revolucionário não podia deixar de ter fundas repercussões nas estruturas e actividades do Movimento das Forças Armadas e na composição do Governo Provisório. Se o golpe de 11 de Março tivesse triunfado, um dos seus primeiros objectivos teria sido a liquidação do Movimento das Forças Armadas. Fracassado o golpe, a imediata institucionalização do MFA foi a resposta adequada à nova situação.

O PCP saída calorosamente a criação do Conselho da Revolução, certo de que ele saberá interpretar as aspirações do povo português assegurando o prosseguimento do processo revolucionário.

Saudamos também as primeiras decisões do Conselho Superior da Revolução (a nacionalização da Banca e dos Seguros), medidas históricas que abrem caminho a transformações democráticas essenciais da economia portuguesa em benefício do povo e do País.

Desde o 25 de Abril as forças reacçãoárias e conservadoras puseram sempre como um dos seus objectivos fundamentais a liquidação do MFA, a fim de privarem a revolução portuguesa da sua força militar decisiva.

Ao longo dos 10 meses de liberdade, nem um só minuto pararam as actividades e as conspirações reacçãoárias e conservadoras com vistas à liquidação do MFA. Variaram os processos, variaram os esquemas. Logo nos primeiros meses depois do 25 de Abril defenderam alguns que, saneadas as forças armadas, o Movimento deixaria de ter razão de ser. Afirmavam outros que as Forças Armadas estavam de tal forma identificadas com o Movimento que elas eram na sua totalidade o próprio Movimento. Procuraram outros através dum demagógico democratismo dissolver a vanguarda política e revolucionária.

O ensaio de golpe do então Primeiro-Ministro, Palma Carlos, aliado ao general Spínola e ao ministro sem pasta Sá Carneiro, secretário-geral do PPD, assim como a ofensiva contra-revolucionária do 28 de Setembro (cuja completa história tem um dia de ser feita), foram duas das principais tentativas para liquidar a revolução democrática e entre os seus objectivos imediatos contava-se a dissolução do MFA.

Ainda recentemente, quando alguns defendiam que logo após as eleições o MFA deveria desaparecer e os militares devem regressar aos quartéis, o que visavam era a liquidação de uma força essencial da revolução portuguesa, a liquidação da própria revolução portuguesa.

Inversamente, as forças populares e os sectores revolucionários sempre viram no «movimento dos capitães» do 25 de Abril a melhor garantia do processo democrático. O PCP sempre considerou e continua a considerar a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas como «factor indispensável», determinante e decisivo para defender e consolidar a liberdade e a construir um regime democrático.

Foi esta a posição firme e inabalável do PCP, mesmo nos momentos de risco e perigo para o processo revolucionário. Enquanto alguns se ligavam aos esquemas de liquidação do MFA e da própria democracia e outros esperavam vacilar em que lado paravam as modas, o PCP tomou sempre a tempo as suas responsabilidades e os seus riscos, em defesa do MFA, por compreender que, nas condições existentes, ao longo destes meses de liberdade como ainda hoje, o fim do MFA seria o princípio do fim da democracia portuguesa.

Toda a querela em torno da institucionalização do MFA foi no fim de contas a luta entre as forças que pretendiam assegurar o prosseguimento da revolução democrática (e nas condições existentes esta só é possível com a continuação do MFA) e as forças que querem entrar o processo, seja reconduzindo o País a uma nova ditadura reacçãoária, seja tentando instaurar uma pseudodemocracia ao serviço dos monopólios e latifundiários.

Na continuidade das suas claras posições desde o 25 de Abril, o PCP apoiou a continuação da intervenção do MFA para além das eleições para a Assembleia Constituinte, ou seja, apoiou a institucionalização do MFA.

Este problema está agora resolvido: o MFA continuará para além das eleições. Isto significa que se deu um novo e decisivo passo para o prosseguimento da revolução democrática, para a instauração de um regime democrático que responda aos interesses, aspirações e objectivos do povo português.

Como temos insistido, nem o movimento popular e democrático pode sem o MFA construir um regime democrático e realizar as profundas transformações económicas e sociais que a realidade portuguesa exige, nem o MFA, sem o movimento popular, poderia fazê-lo.

A aliança Povo-Forças Armadas é a base política e a garantia essencial de todo o processo da revolução portuguesa, a garantia essencial para a construção de um regime democrático que corresponda aos interesses, às aspirações e aos objectivos do povo português.

O 11 de Março marcou uma séria derrota das forças reacçãoárias e conservadoras e uma grande vitória das forças da democracia e do progresso social.

O quadro político sofre em consequência, séria modificação. A correlação de forças modificou-se a favor daqueles que pretendem construir em Portugal um regime democrático a caminho do socialismo. Uma tal modificação portuguesa exige, nem o MFA, sem o movimento popular, poderia fazê-lo.

Como temos insistido, nem o movimento popular e democrático pode sem o MFA construir um regime democrático e realizar as profundas transformações económicas e sociais que a realidade portuguesa exige, nem o MFA, sem o movimento popular, poderia fazê-lo.

O 11 de Março marcou uma séria derrota das forças reacçãoárias e conservadoras e uma grande vitória das forças da democracia e do progresso social.

O quadro político sofre em consequência, séria modificação. A correlação de forças modificou-se a favor daqueles que pretendem construir em Portugal um regime democrático a caminho do socialismo. Uma tal modificação portuguesa exige, nem o MFA, sem o movimento popular, poderia fazê-lo.

O 11 de Março marcou uma séria derrota das forças reacçãoárias e conservadoras e uma grande vitória das forças da democracia e do progresso social.

O quadro político sofre em consequência, séria modificação. A correlação de forças modificou-se a favor daqueles que pretendem construir em Portugal um regime democrático a caminho do socialismo. Uma tal modificação portuguesa exige, nem o MFA, sem o movimento popular, poderia fazê-lo.

O 11 de Março marcou uma séria derrota das forças reacçãoárias e conservadoras e uma grande vitória das forças da democracia e do progresso social.

O quadro político sofre em consequência, séria modificação. A correlação de forças modificou-se a favor daqueles que pretendem construir em Portugal um regime democrático a caminho do socialismo. Uma tal modificação portuguesa exige, nem o MFA, sem o movimento popular, poderia fazê-lo.

O 11 de Março marcou uma séria derrota das forças reacçãoárias e conservadoras e uma grande vitória das forças da democracia e do progresso social.

O quadro político sofre em consequência, séria modificação. A correlação de forças modificou-se a favor daqueles que pretendem construir em Portugal um regime democrático a caminho do socialismo. Uma tal modificação portuguesa exige, nem o MFA, sem o movimento popular, poderia fazê-lo.

O 11 de Março marcou uma séria derrota das forças reacçãoárias e conservadoras e uma grande vitória das forças da democracia e do progresso social.

O quadro político sofre em consequência, séria modificação. A correlação de forças modificou-se a favor daqueles que pretendem construir em Portugal um regime democrático a caminho do socialismo. Uma tal modificação portuguesa exige, nem o MFA, sem o movimento popular, poderia fazê-lo.

O 11 de Março marcou uma séria derrota das forças reacçãoárias e conservadoras e uma grande vitória das forças da democracia e do progresso social.

O quadro político sofre em consequência, séria modificação. A correlação de forças modificou-se a favor daqueles que pretendem construir em Portugal um regime democrático a caminho do socialismo. Uma tal modificação portuguesa exige, nem o MFA, sem o movimento popular, poderia fazê-lo.

O 11 de Março marcou uma séria derrota das forças reacçãoárias e conservadoras e uma grande vitória das forças da democracia e do progresso social.

O quadro político sofre em consequência, séria modificação. A correlação de forças modificou-se a favor daqueles que pretendem construir em Portugal um regime democrático a caminho do socialismo. Uma tal modificação portuguesa exige, nem o MFA, sem o movimento popular, poderia fazê-lo.

O 11 de Março marcou uma séria derrota das forças reacçãoárias e conservadoras e uma grande vitória das forças da democracia e do progresso social.

Levantando aqui a questão da participação do PPD, ouvimos em vários sectores desta nossa assembleia gritos diversos expressando também opiniões diversas. Mas será talvez preferível esperar um pouco para tomarmos as decisões que a situação aconselha.

Todos sabemos, camaradas, que uma das acusações que nos fazem é que o PCP dá ordens às massas, que lhes impõe como que uma disciplina militar. Mas afinal vê-se que nós ouvimos as massas e aprendemos com elas. No meu discurso não referi o MDP, mas nós lançastes a palavra de ordem «MDP em lugar do PPD». Se será ou não no lugar do PPD, não estamos nós em condições de afirmá-lo, mas confiamos que o MDP terá no Governo o lugar que a sua actividade plenamente justifica.

No que respeita à composição do Governo, se a questão é de homens a escolher, é também a da política a seguir.

O Governo defronta deste já problemas que necessitam de respostas imediatas e gostaria a este respeito de fazer três observações.

A primeira respeita à ordem democrática.

A tolerância, condescendência e apatia ante violências, golpes de mão, violações dos direitos e liberdades dos cidadãos, têm levado à criação de um clima de violência e anarquia, que só pode beneficiar a reacção.

O PCP pronuncia-se firmemente pela exigência a fazer a todos os partidos e organizações políticas (como condição de admissão da sua legalidade) que respeitem a ordem democrática.

O PCP pronuncia-se resolutamente pela tomada de medidas que ponham fim à chantagem e ao gangsterismo político de grupos irresponsáveis e que conduzam ao respeito pela ordem democrática.

Se não há organismos de investigação e forças militarizadas em condições de eficiência, que se proceda à reorganização das existentes, ou se criem outras, mas o povo português na sua vida profissional, escolar e cívica tem o direito de exigir a indispensável segurança.

A segunda observação respeita à situação económica e financeira.

Desde o 25 de Abril, os grandes grupos monopolistas tudo têm feito para criar à democracia portuguesa dificuldades económicas insuperáveis.

O grande capital, os grandes senhores da indústria, dos transportes, do comércio e da agricultura, quiseram estrangular a revolução portuguesa numa profunda crise, na desorganização do sistema de crédito, no caos económico e financeiro.

Não o conseguiram e não o conseguirão.

A nacionalização da banca e dos seguros mostra que a revolução portuguesa vai por bom caminho e está decidida a vencer os obstáculos que encontra. Para que a democracia portuguesa viva, o poder dos monopólios e latifundiários tem de ser eliminado e o povo português não abandonará a sua luta até que este objectivo seja alcançado.

O grande capital, são os latifundiários que estão interessados numa profunda crise económica em Portugal, na desorganização e no caos económico. E são os trabalhadores, são as massas populares, que estão interessadas na reanimação e no desenvolvimento económico.

Isso não se fará sem sacrifícios. Mas os trabalhadores estão dispostos aos sacrifícios, a trabalhar mais se necessário, desde que não seja para os cotres dos capitalistas mas sim para benefício do povo e do País.

Ante as dificuldades económicas, os trabalhadores e as massas populares exigem que se faça pagar aos ricos as dificuldades económicas que eles próprios criaram. Parece, camaradas, que vamos por esse caminho.

Os grandes capitalistas deixaram de ser os reis de Portugal. A nacionalização da banca e dos seguros é o dobre de finados dos grupos monopolistas. Se Espírito Santos e Meios vão para a prisão sob a acusação de terem cometido grandes fraudes, este facto mostra, melhor que muitos outros, que está chegando a hora da liquidação dos grandes privilégios, a hora em que o povo português será o senhor dos destinos de Portugal.

A terceira observação respeita às relações externas.

A reacção desenvolve no estrangeiro uma intensa campanha contra a democracia portuguesa, espalhando provocatoriamente que Portugal está tomado por tal ou tal país e que a segurança dos cidadãos estrangeiros e dos seus bens deixaram de estar devidamente protegidos.

É necessário afirmar claramente o contrário e combater com firmeza os elementos que visam provocar dificuldades com países estrangeiros. Os problemas internos são já suficientemente graves para aconselhar a não se procurar neste momento também novos problemas externos. Advertimos para os perigos de acções irresponsáveis e para a necessidade da grande serenidade e prudência nesta matéria.

Chamamos a atenção para a provocação reacçãoária que procura intimidar o povo português lançando uma vaga de boatos alarmistas acerca de uma suposta intervenção estrangeira.

Seja qual for a bandeira que arvozem, por muito esquerdistas e revolucionários que se digam boateiros são, pelos seus actos, agentes da contra-revolução. É necessário localizá-los, apanhá-los e entregá-los às Forças Armadas.

Estamos a menos de um mês das eleições. O tempo já é curto para o muito que havia a fazer até lá no que respeita ao processo eleitoral. Mas mais curto é agora porque a vida política e social está profundamente perturbada pelas incidências e consequências da tentativa de golpe contra-revolucionário e pelas provocações diárias da reacção.

Todas as atenções tiveram de concentrar-se na solução dos problemas imediatos e inadiáveis resultantes do golpe de 11 de Março. O apuramento de responsabilidades, a luta contra a reacção, a institucionalização do MFA e a remodelação do Governo Provisório, a arrumação das forças políticas, medidas políticas e económicas de grande alcance e urgência que exigem concentração de energias e recursos, o exame e eventual revisão da situação de partidos comprometidos com a conspiração, criaram uma situação muito tensa, envolvida em mil e um problemas e muito pouco favorável à campanha eleitoral e ao desenvolvimento em condições de tranquilidade do processo eleitoral.

Entretanto, como está marcada a data, há que ir para diante, há que preparar a campanha e há que assegurar uma grande vitória às forças democráticas, cuja primeira e fundamental expressão será uma grande votação no Partido Comunista Português.

Por isso aqui estamos, a poucos dias do falhado golpe contra-revolucionário, a apresentar candidatos, do Partido Comunista, os candidatos do povo.

Sublinhamos, entretanto, na continuidade de advertências anteriores, que existem várias situações negativas que, a não ser prontamente rectificadas, irão dificultar, prejudicar e deformar os resultados das próximas eleições.

Na própria Comissão Eleitoral Nacional, assim como nas mesas das secções eleitorais, corre-se o risco, se não se rectificarem rapidamente os critérios, de que os trabalhos sejam paralisados ou destruídos por gente interessada em sabotar o processo eleitoral. A nosso ver, não devem ser admitidos em qualquer organismo responsável no processo eleitoral, representantes de organizações que fazem apelos abertos ao boicote às eleições.

A reacção batida em 11 de Março voltará à carga, podemos estar certos. Procurará agravar a situação social e política. Procurará fomentar novos conflitos. Procurará utilizar os seus cauciques e os velhos aparelhos políticos fascistas para impedir uma situação democrática em largas regiões e assegurar aí o apuramento de votações massivas pela direita reacçãoária. Procurará utilizar os grupos esquerdistas irresponsáveis para organizar desordens e provocações. Procurará utilizar o aventureirismo esquerdista como detonador das reacções de direita.

As forças democráticas, o povo português têm de estar extremamente vigilantes, cortar o passo às manobras reacçãoárias, assegurar o exercício das liberdades democráticas, assegurar a ordem democrática no período da campanha eleitoral e nas eleições, de forma a que estas sejam dignas do novo Portugal democrático que queremos construir.

As eleições não decidem de tudo. Elas são uma primeira experiência depois de meio século de fascismo. Elas visam eleger uma assembleia à qual cabe elaborar a nova Constituição mas que nada tem a ver com a formação e a política do Governo.

Antes das eleições, será necessário que os partidos democráticos e o MFA se ponham de acordo acerca das grandes linhas da Constituição a elaborar e acerca da política do Governo Provisório até à entrada em vigor da nova Constituição.

Mesmo com estas limitações, as eleições serão uma grande batalha pela democracia.

Apresentando hoje os seus candidatos, o PCP diz aos trabalhadores e ao povo português: votai nos candidatos do PCP! São os candidatos do povo! O seu objectivo é só um: servir os interesses do povo português, contribuir para a defesa das liberdades, para a consolidação da democracia, para a construção de um regime de igualdade e de justiça social.

Votar no PCP será votar pela liberdade contra o regresso ao passado fascista. Votar no PCP será votar pela construção de uma sociedade que corresponda aos interesses, às aspirações e aos objectivos dos trabalhadores e das massas populares de Portugal.

Quando no dia 25 de Abril o Governo fascista foi derrotado, as aves agoristas da reacção espalhavam aos quatro ventos que as liberdades não durariam muito tempo e que depressa se voltaria ao passado fascista.

O movimento popular e o Movimento das Forças Armadas, ligados numa aliança que a luta reforça dia a dia, disseram não às forças reacçãoárias, defenderam as liberdades, ultrapassaram as manobras de divisão das forças democráticas e das Forças Armadas, derrotaram sucessivas tentativas de golpes reacçãoários, e asseguraram o desenvolvimento do processo revolucionário para a construção de um regime democrático no caminho do socialismo.

Hoje, em Portugal, nenhuma força política responsável deixa de inscrever o socialismo entre os seus objectivos. Até sectores da direita reacçãoária se dizem partidários do socialismo. Isto não é processo novo, porque como todos nos lembramos, até os mais cruéis e selváticos inimigos do socialismo, os fascistas hitlerianos, se intitulavam nacional-socialistas. Por isso, quando se fala em socialismo é bom saber-se de que socialismo se trata.

O PCP tem afirmado que se devem ter em conta as experiências dos outros povos e se deve aprender com elas. E tem também afirmado que a revolução portuguesa, defrontando uma situação original, tem de encontrar soluções originais.

A tarefa fundamental para os tempos imediatos é a construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo.

Todos sabemos as calúnias que são lançadas contra o Partido Comunista e as deformações grosseiras que se fazem da sua política. É por isso necessário, neste preciso momento, uma vez mais insistirmos nos traços gerais desse Portugal democrático a caminho do socialismo, que nós, os comunistas, nos propomos construir, ombro com ombro com as outras forças democráticas e progressistas.

Lutamos por um Portugal em que coincidam duas realidades fundamentais:

A primeira é a existência de amplas liberdades democráticas, incluindo a liberdade de imprensa e a liberdade de constituição e actividade dos partidos políticos.

Temos insistido e continuamos a insistir que deve ser reconhecido o direito e o exercício das mais amplas liberdades àquelas que queiram respeitá-las e defendê-las.

A segunda realidade do Portugal democrático no caminho do socialismo é a realização de profundas reformas económicas e sociais.

É a construção de um novo Estado democrático — com forças armadas, polícia, tribunais, funcionalismo ao serviço do povo e da pátria.

É a nacionalização de sectores fundamentais da economia nacional com respeito pelas pequenas e médias empresas, e a industrialização e o desenvolvimento económico em benefício das amplas massas trabalhadoras e da efectiva independência de Portugal.

É a Reforma Agrária, que assegure o desenvolvimento da agricultura, o desafogo das pequenas e médias explorações associadas em cooperativas, o melhoramento radical das condições de vida da população trabalhadora dos campos.

É a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral, com o direito ao trabalho, à aplicação efectiva do princípio da igualdade salarial, ao aumento dos salários reais e o alargamento dos benefícios sociais.

É o acesso à instrução e à cultura das massas populares.

É uma real política de independência nacional com a prática de uma política de paz e amizade com todos os povos, com a agressiva libertação de Portugal da dominação económica externa sem diminuir de importações de capital e com o prosseguimento da descolonização até à completa independência dos povos que estiverem submetidos ao colonialismo português, e que hoje estão fraternalmente unidos ao povo português na construção, nos respectivos países, de uma sociedade mais justa.

Em resumo: um Portugal democrático, independente e pacífico, construindo uma melhor vida para o seu povo e libertando-se, passo a passo, da exploração do homem pelo homem.

Tal é o Portugal por que lutamos. Tal é o Portugal que queremos construir e que, se o povo quiser, construiremos.

Esta nova sociedade portuguesa responde aos interesses da classe operária, do campesinato, de todas as massas trabalhadoras, dos intelectuais, dos estudantes, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, arruinados pelo capitalismo monopolista.

Todos podem ter lugar e devem ter lugar no Portugal democrático de amanhã.

Não há em Portugal nenhuma força social ou política que possa, ela só, defender as liberdades contra a reacção e assegurar a construção do novo Portugal democrático.

Divisões entre forças democráticas e populares só à reacção podem aproveitar. O PCP continua a pronunciar-se firmemente por uma política de unidade de todas as forças que querem lutar por um Portugal democrático a caminho do socialismo.

A unidade da classe operária incluindo a unidade sindical, a unidade dos pequenos e médios agricultores nas suas Ligas e Cooperativas, a unidade da juventude incluindo no movimento estudantil, a unidade dos partidos democráticos, assim como a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, constituem factores essenciais para o triunfo final da causa da democracia.

O PCP tudo fará para contribuir para o reforço da unidade das forças populares e democráticas e para o reforço da sua aliança com o MFA. Os encontros realizados nos últimos dias entre delegações do PCP e delegações de outros partidos, incluindo do PS, confirmaram a necessidade e a possibilidade de reforçar a cooperação com vistas à realização das tarefas que o povo português tem por diante. Apesar de divergências e dificuldades, os interesses do povo português, da democracia e da independência de Portugal exigem que se encontre um caminho comum e se desenvolva uma acção comum.

Um regime democrático e uma sociedade democrática caminhamdo para o socialismo está ao nosso alcance.

Depende do povo, depende das forças democráticas, depende da luta política diária contra as forças reacçãoárias e conservadoras, depende do trabalho criador e esforçado para reanimação económica e do desenvolvimento económico, depende da nossa capacidade para nos unirmos na luta exaltante pelo futuro, que esse regime e essa sociedade sejam vitoriosamente construídas.

O Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária, partido dos trabalhadores, partido de todos quantos anseiam um futuro de liberdade, de paz, e de progresso social, partido caído e aprovado em dezenas de anos de luta clandestina, partido da juventude e partido da esperança, empregará todos os seus esforços, todas as suas energias, toda a sua experiência, para afastar para sempre da nossa pátria a sombra negra da contra-revolução, para assegurar a defesa da liberdade, para que prossiga e se desenvolva o processo revolucionário, para que seja construída em Portugal, conforme com as aspirações e a vontade do povo português, uma sociedade democrática caminhamdo para o socialismo.

O Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária, partido dos trabalhadores, partido de todos quantos anseiam um futuro de liberdade, de paz, e de progresso social, partido caído e aprovado em dezenas de anos de luta clandestina, partido da juventude e partido da esperança, empregará todos os seus esforços, todas as suas energias, toda a sua experiência, para afastar para sempre da nossa pátria a sombra negra da contra-revolução, para assegurar a defesa da liberdade, para que prossiga e se desenvolva o processo revolucionário, para que seja construída em Portugal, conforme com as aspirações e a vontade do povo português, uma sociedade democrática caminhamdo para o socialismo.

O Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária, partido dos trabalhadores, partido de todos quantos anseiam um futuro de liberdade, de paz, e de progresso social, partido caído e aprovado em dezenas de anos de luta clandestina, partido da juventude e partido da esperança, empregará todos os seus esforços, todas as suas energias, toda a sua experiência, para afastar para sempre da nossa pátria a sombra negra da contra-revolução, para assegurar a defesa da liberdade, para que prossiga e se desenvolva o processo revolucionário, para que seja construída em Portugal, conforme com as aspirações e a vontade do povo português, uma sociedade democrática caminhamdo para o socialismo.

O Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária, partido dos trabalhadores, partido de todos quantos anseiam um futuro de liberdade, de paz, e de progresso social, partido caído e aprovado em dezenas de anos de luta clandestina, partido da juventude e partido da esperança, empregará todos os seus esforços, todas as suas energias, toda a sua experiência, para afastar para sempre da nossa pátria a sombra negra da contra-revolução, para assegurar a defesa da liberdade, para que prossiga e se desenvolva o processo revolucionário, para que seja construída em Portugal, conforme com as aspirações e a vontade do povo português, uma sociedade democrática caminhamdo para o socialismo.

O Partido Comunista Português, vanguarda revolucionária da classe operária, partido dos trabalhadores, partido de todos quantos anseiam um futuro de liberdade, de paz, e de progresso social, partido caído e aprovado em dezenas de anos de luta clandestina, partido da juventude e partido da esperança, empregará todos os seus esforços, todas as suas energias, toda a sua experiência, para afastar para sempre da nossa pátria a sombra negra da contra-revolução, para assegurar a defesa da liberdade, para que prossiga e se desenvolva o processo revolucionário, para que seja construída em Portugal, conforme com as aspirações e a vontade do povo português, uma sociedade democrática caminhamdo para o socialismo.

O Partido Comunista Português,

# OS AUMENTOS DE PREÇOS FORAM UM TRUNFO PARA A REACÇÃO

Os recentes aumentos de preços do bacalhau, açúcar, energia eléctrica e gás engarrafado foram utilizados pela reacção na criação de um ambiente de agitação social pré-contra-revolucionário planeado cuidadosamente nas vésperas do 11 de Março.

O legítimo descontentamento que estes aumentos provocaram entre as massas trabalhadoras que vêem, deste modo, a subida dos salários ser engolida pelo custo de vida, foi sabiamente canalizado pelas forças reacçãoárias no sentido de agudização artificial da situação social.

## A ofensiva da reacção utilizou os aumentos dos preços

Vejam os, pois, em linhas gerais, como actuou a reacção perante os aumentos dos preços. O trunfo foi-lhes, sem dúvida, proporcionado pela inoportunaidade destas medidas. Daí que fosse fácil aos elementos contra-revolucionários insinuarem-se entre o povo, explorando o seu descontentamento. O boato, uma das habituais armas em que a reacção é usara e vezeira, surgiu por todo o País; os preços do azeite e do óleo iriam duplicar; só haveria bacalhau nos finais de Maio, avizinhava-se o racionamento de produtos alimentares. Estes métodos foram aprendidos pelas forças reacçãoárias portuguesas na cartilha que lhes é querida — a cartilha do fascismo.

Os objectivos delineados foram alcançados com êxito: provocar entre as populações um estado emocional avesso a todo o raciocínio lúcido. Os resultados encorajadores para a reacção: onda de compras anormais em mercearias e supermercados; esgotamentos dos «stocks» de azeite, óleo e conservas, consequente pânico e alarme. Na sequência natural da acção programada seguiu-se outro passo: convocação de manifestações (ou aproveitamento de manifestações convocadas por outras forças) contra o custo de vida, para nelas surgir como uma aparição o símbolo da «salvação» do País: cartazes e discursos elogiosos do fascismo e de Marcelo Caetano. Isto aconteceu no Norte do País (Porto e Braga), precisamente zonas onde a reacção continua a ter maior peso e a incutir no saneamento lhe tem oferecido um vasto campo de movimentação.

## SINDICATO DOS PROFESSORES

# CONFIANÇA NA DECISÃO DO CONSELHO DE MINISTROS

Apenas 8 votos desfavoráveis e 30 abstenções contrariaram uma moção de apoio ao Conselho Superior de Revolução e de solidariedade com os restantes trabalhadores portugueses aprovada por esmagadora maioria no plenário do Sindicato dos Professores.

Na reunião, que se efectuou no Pavilhão da Feira das Indústrias na passada terça-feira, manifestou a sua confiança na decisão do Conselho de Ministros quando este apreciar e decretar sobre o reajustamento de letra, justa reivindicação da classe de professores que no plenário foi considerada como secundária no actual momento político e que, portanto, «não deverá pôr o processo revolucionário em causa».

Entretanto, o Ministério da Educação e Cultura só pouco antes do plenário se iniciou entregou um relatório justificando a não aceitação de algumas das reivindicações, ficando os regentes, as auxiliares de ensino, os professores primários e os do ensino secundário que não possuem habilitações adequadas sem serem completamente satisfeitos com essas reivindicações. No entanto, como o MEC no seu relatório acrescentava a proposta de apresentar à deliberação do Conselho de Ministros o «reajustamento de letra» elaborado pela comissão sindical, a assembleia decidiu confiar na decisão final daquele órgão governativo.

# PLENÁRIO EM ÉVORA DE PEQUENOS AGRICULTORES

Organizado pelo PCP, realizou-se em Évora o I Plenário dos Pequenos Agricultores do distrito. Estiveram presentes mais de 500 pequenos agricultores da região, que discutiram alguns aspectos relativos à sua actividade. No decorrer dos trabalhos foram analisados os problemas decorrentes da posse da terra e sua exploração, tendo-se concluído que a formação de cooperativas de produção que agrupem o esforço do trabalho dos pequenos agricultores será uma medida a tomar a fim de resolver os problemas de exploração. Relativamente ao aproveitamento dos baldios e terras incultas, preconizou-se a sua administração pelo Estado. Neste sector foi apontada a necessidade de uma acção conjunta por parte dos sindicatos dos trabalhadores agrícolas da Liga dos Pequenos

desenrolar dos acontecimentos que não deixam margem a dúvidas. A reacção lançou uma nova ofensiva com vista a obter, a curto prazo, antes das eleições, uma mudança da situação política. Nesta ofensiva se enquadrou toda a turbulência gerada em redor da questão dos preços. Tentando quebrar a aliança entre o Povo e o MFA, lançou o descrédito no Governo Provisório e forças democráticas, os reacçãoários pensavam contar com a passividade da população face ao golpe do 11 de Março, como condição para que este lograsses sair vitorioso, para surgirem, então, como salvadores do «caos» económico que, a existir, teria neles os únicos responsáveis. A preparação de um clima semelhante precedeu o advento do fascismo na Europa e o triunfo da reacção no Chile.

Só que os cálculos lhes naufragaram na maturidade política do povo português, na capacidade defensiva do MFA, na estreita ligação entre este e as massas populares, na força de organização e de mobilização do nosso Partido e de outras forças democráticas.

Não tomando em consideração estes elementos, os contra-revolucionários denunciaram o seu aventureirismo político. Os lances do jogo político agora de ser utilizados contra os que o desencadearam. Correu sangue. Atentou-se contra a liberdade e a democracia. Atentou-se contra o povo. Castigos exemplares, firmes medidas não poderão restituir as vidas perdidas, os momentos de angústia. Por isso mesmo se impõem, sem demoras, o apuramento de responsabilidades e o julgamento dos implicados com a firmeza indispensável e urgente à defesa do futuro do País.

## A reacção vence-se também com medidas económicas e sociais

Passemos à análise do aumento dos preços nos termos de objectividade que se impõem para esclarecimento das populações. Primeiro aspecto a considerar: os preços aumentaram mais em 1974 nos quatro meses de ditadura fascista (de Janeiro a Abril) do que em sete meses de democracia. Assim, entre Janeiro e Novembro de 1974, o aumento de preços na região do Norte, zona onde foi mais elevado, atingiu 29,5 por cento; mas só nos quatro meses iniciais do ano, este aumento cifrou-se em 17 por cento. Do mesmo modo, em Lisboa, de um aumento de 17,9 por cento, 10,9 por cento correspondem aos quatro primeiros meses. Na Zona Norte, a taxa média de evolução do custo de vida era de 4,3 por cento durante o fascismo e passou a 1,8 por cento em democracia.

Entretanto durante estes sete meses de situação democrática, o estabelecimento de salários mínimos e de subsídios, a subida de remunerações em virtude da força reivindicativa dos trabalhadores através dos seus sindicatos foram uma realidade.

Sob o jugo fascista, por mais acesa que fosse a luta

dos trabalhadores não só se não teriam verificado aumentos salariais minimamente significativos como o aumento do custo de vida teria atingido proporções verdadeiramente catastróficas. Esta seria uma consequência inevitável da própria lógica do sistema fascista agravada pelo enfraquecimento económico do governo marcelista ao capitalismo internacional que atravessa uma crise, cujas vicissitudes o povo português suportaria por tabela. O que ocorreria em condições tanto mais desastrosas quanto menos certas «democracias» burguesas não se comprometessem com um auxílio económico ao fascismo, se acaso estivessem em condições de o conceder, o que não parece provável dada a actual conjuntura internacional. Encerrada numa política de relações económicas e comerciais que os limitava aos mercados dos países capitalistas, únicos com os quais mantinham relações diplomáticas, cada vez mais sufocados na aventura colonialista da qual teimavam em não abdicar, os fascistas não teriam possibilidades de minimizar os resultados da crise internacional que se abateriam, esmagadoramente, sobre a nossa pauperizada economia.

No entanto, não é a verificação do panorama trágico que ofereceria o País a manter-se ainda o regime fascista, que justifica ou pode servir de consolação aos atuais aumentos de preços. É verdade que a economia nacional se encontra profundamente desequilibrada e se mantém a forte dependência do mundo capitalista, a qual não houve ainda tempo de ser contrabalançada com o aproveitamento das potencialidades que nos surgem com a disponibilidade dos mercados do Terceiro Mundo e dos países socialistas. Na realidade, a produção e oferta de bens não corresponde às necessidades da maioria da população e somos obrigados a importar mais de metade dos produtos que consumimos em mercados que não controlamos. É certo, para tomarmos um exemplo tormentoso, que o açúcar aumentou quatro vezes no decorrer do ano de 1974 no mercado internacional mas, com que fim a não ser a protecção de interesses colonialistas se proibiu a produção da beterraba açucareira entre nós? E não teria sido possível negociá-lo em condições de preço mais favoráveis?

O povo tem demonstrado que está disposto a trabalhar, a produzir para erguer o País do marasmo económico em que o fascismo o lançou. Mas com a garantia de que não será ele mais uma vez a suportar os custos da exploração que sofreu e ainda se mantém em muitos casos. O comunicado do nosso Partido logo do dia 11 apontava mais uma vez a única via que se abre à consolidação da situação democrática portuguesa, ao referir entre as imposições imediatas um decisivo impulso à política antimonopolista e antilatifundista e medidas imediatas para contenção dos preços e actualização dos salários. Porque a reacção não se vence apenas com medidas de contenção, mas com medidas económicas e sociais.

# ASSEMBLEIA DO DISTRITO DE SETÚBAL: MANIFESTAÇÃO DA VONTADE POPULAR

A 1.ª Assembleia do Distrito de Setúbal, realizada no passado dia 16, sob o lema «Unir e Organizar, Organizar e Lu-

tar, Lutar e Vencer», seguiu-se a uma série de amplas reuniões realizadas na base, e incluiu a participação de diversas organizações, a saber: comissões coordenadoras das assembleias do conceito, reunião intercâmaras do distrito de Setúbal, Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, Comissão distrital do MJT, Comissão distrital de Setúbal do MDM, Secretariado distrital de Setúbal da UEC, União dos Sindicatos de Lisboa do distrito de Setúbal, Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, Sindicato dos Pescadores, Liga dos Pequenos e Médios Agricultores e Associação Livre dos Comerciantes do distrito de Setúbal.

Entre os temas abordados em secções de trabalho que reuniram muitos participantes compreendiam-se questões de ordem geral sob o ângulo económico e social e questões relativas a classes e estratos sociais da população do distrito. Assim, funcionaram neste encontro as seguintes secções: Habitação, Urbanismo e Transportes; Autarquias Locais; Colectividades Recreio, Desporto e Cultura; Sindicalismo; Empresas; Pequenas e Médias Empresas; Reforma Agrária; Meio Ambiente, Saúde e Assistência; Cooperativas de Produção; Pequenos e Médios



## CONFERÊNCIA DE CAMPONESES DO DISTRITO DE LEIRIA

Uma sessão plenária deu início à I Conferência de Camponezes do Distrito de Leiria que recentemente se realizou em Alcobaca convocada pelo nosso partido. Na intervenção que fez o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, salientou que estas conferências se inscrevem numa perspectiva do PCP como partido do povo e virado para a resolução dos problemas que mais afectam as populações. Foisu ainda a necessidade de que as resoluções que viessem a ser aprovadas fossem transmitidas a todos os pequenos e médios camponezes que não puderam estar presentes, de molde a que ficassem conscientes das posições que o PCP advoga para a resolução dos seus problemas.

Os trabalhos que se prolongaram por todo o dia, dividiram-se em seis secções destinadas a debater os seguintes assuntos: 1.ª) Liga de Pequenos e Médios Agricultores e distinção entre ligas e cooperativas; 2.ª) Pequena exploração agrícola, a sua excessiva divisão em parcelas e a legislação sobre o arrendamento rural; 3.ª) Comercialização dos produtos agrícolas; 4.ª) Organização de serviços de apoio técnico e financeiro; 5.ª) Assalariados rurais e sindicatos; 6.ª) Previdência e assistência e condições de vida nos meios rurais.

Nas conclusões finais de cada secção é de frisar a aprovação da criação do Ministério da Agricultura, dada a real importância que a agricultura sempre teve e continua a ter neste país e verificada a urgência de resolver problemas agrícolas. Outro ponto aprovado dizia respeito a que as propriedades do Estado, hoje nas mãos do IRA, e outras sejam entregues aos trabalhadores rurais e pequenos agricultores para formas mais avançadas de produção. A assembleia também se preocupou com a criação de cooperativas de comercialização de produtos agrícolas e para a agricultura a fim de eliminar os circuitos exploradores existentes. No tocante aos baldios foi afirmado que estes deviam ser restituídos ao povo assim como foi abordada a lei do arrendamento, com a consequente abolição de parcerias e foros.

No plenário final o camarada Joaquim Gomes depois de ter frisado que a presença do PCP ali não se destinava a dar lições a ninguém mas apenas ser intérprete dos anseios mais legítimos dos trabalhadores salientou a necessidade de transformar

## Comerciantes e Situação da Mulher

As conclusões das diferentes secções de trabalho apresentam uma unanimidade só possível quando o desenvolvimento da consciencialização política atinge um grau como o que se verifica entre as camadas laboriosas do distrito de Setúbal, temperadas na luta contra a ditadura fascista e comprometidas com o processo democrático desde a primeira hora. As conclusões, que estabelecem importantes e urgentes linhas de acção relativamente a cada problema específico, revelam que a população do distrito enquadrada na organização sindical e das forças democráticas, está disposta a empenhar-se no processo de democratização do País cada vez com maior firmeza. Para tal, a tônica dominante das conclusões respeitantes aos problemas das diferentes classes profissionais do distrito (classes operária, pequenos e médios agricultores, comerciantes e pescadores) recai sobre a necessidade profunda de organização e unidade em torno de uma mesma tarefa que consiste no desenvolvimento económico e social do País através de uma decidida estratégia antimonopolista e de uma participação cada vez maior das massas trabalhadoras na vida política nacional.

## NOS QUÍMICOS

# CLIMA FAVORÁVEL AO GOLPE FASCISTA

Num comunicado recente o Ministério do Trabalho marcou para 23 do corrente as eleições no Sindicato dos Químicos de Lisboa. Adiadadas devido a sabotagem da actual direcção, que fez desaparecer os cadernos eleitorais as referidas eleições deviam ter-se realizado em 9 do corrente.

O Ministério do Trabalho, que interveio no processo a pedido dos actuais corpos gerentes, alguns deles presos e outros em fuga, tem emitido sobre o assunto vários comunicados, que esclarecem a actividade divisionista e delitosa da direcção cessante.

Paralelamente e em virtude de queixas apresentadas pelos trabalhadores, decorre o inquérito para averiguar o destino dado pelos corpos gerentes do sindicato aos dinheiros que os trabalhadores têm vindo a descontar para o sindicato, bem como quan-

to à utilização dada às instalações e equipamentos do mesmo, informava recentemente o Ministério do Trabalho.

Entretanto, a Comissão Coordenadora daquela associação sindical publicou um comunicado onde, depois de responsabilizar a ex-direcção por ter contribuído para a criação de um clima favorável à intenção fascista e de afirmar que a demagogia de «esquerda» e o oportunismo de direita já não enganam os trabalhadores, acrescenta:

Não podemos consentir que um grupo de aventureiros pretenda atrair a interesses partidários os verdadeiros interesses dos trabalhadores. Não podemos consentir que o sindicato que é nosso, para onde descontamos o nosso dinheiro, a fim de termos uma sólida organização que nos defenda, esteja a financiar partidos.



## NOVIDADES

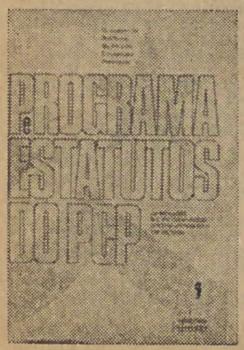
- COMUNISTAS E CATÓLICOS ... 20\$00
- DISCURSOS POLÍTICOS (2) ... 40\$00  
— Álvaro Cunhal
- RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO COMITÉ CENTRAL AO VI CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS ... 40\$00  
— Álvaro Cunhal
- ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE 50 ANOS DE LUTA DO PCP ... 8\$00  
— Álvaro Cunhal
- A CONSOLIDAÇÃO DA VITÓRIA, LEI DA REVOLUÇÃO ... 8\$00  
— Ångstrom
- CARTAS DA PRISÃO (VIDA PRISIONAL) ... 30\$00  
— José Magro
- REVISTA INTERNACIONAL N.º 5-6/74 ... 30\$00
- REVISTA INTERNACIONAL N.º 1/75 ... 20\$00
- DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO ...
- DISCURSOS POLÍTICOS DE ÁLVARO CUNHAL (2.ª edição) ... 20\$00

## CATALOGO GERAL

- COLECCAO «DOCUMENTOS POLÍTICOS DO PCP»
  - PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP ... 25\$00  
aprovados no VI Congresso
  - O RADICALISMO PEQUENO-BURGUES DE FACHADA SOCIALISTA ... 40\$00  
Álvaro Cunhal
  - DISCURSOS POLÍTICOS — I ... ESG.  
Álvaro Cunhal
  - A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS TAREFAS DO PARTIDO NO MOMENTO ACTUAL (Intervenções de Álvaro Cunhal no VII Congresso) ... 10\$00
  - PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP ... 10\$00  
aprovados no VII Congresso (2.ª edição)
- Série Especial
  - VII CONGRESSO DO PCP (Edição normal) ... 100\$00
  - VII CONGRESSO DO PCP (Edição especial) ... 300\$00
- COLECCAO «CADERNOS POLITICOS DO PCP»
  - A DERROT DA CONSPIRAÇÃO REACIONÁRIA ... ESG.
  - POR QUE LUTAM OS COMUNISTAS ... 5\$00
  - UN MÊME COMBAT — UM MESMO COMBATE — PCF-PCP ... ESG.
  - COM A UEC NAS ESCOLAS A REACÇÃO NÃO PASSARÁ ... 20\$00
- COLECCAO «RESISTENCIA»
  - ATÉ AMANHÃ CAMARADAS ... 100\$00  
Manuel Tiago
- COLECCAO «PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO»
  - A SUPERIORIDADE MORAL DOS COMUNISTAS ... 8\$00  
Álvaro Cunhal
  - A FORÇA INVENCÍVEL DO MOVIMENTO COMUNISTA ... 8\$00  
Álvaro Cunhal
  - O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO — UMA POLÍTICA E UMA CONCEPÇÃO DO MUNDO ... 8\$00  
Álvaro Cunhal
- REVISTA INTERNACIONAL
  - Editorial Avante: Av. Santos Dumond, 57-2.º  
N.º 1, 2, 3, 4, 5 e 6/74 e n.º 1/75 ... 20\$00  
Telef. 76 97 05/76 97 44/76 97 51 — LISBOA-1
- COLECCAO «PEQUENA BIBLIOTECA LENINE»
  - PARTIDO PROLETÁRIO DE NOVO TIPO V. I. Lenine ... 40\$00
- COLECCAO «BIBLIOTECA DO MARXISMO-LENINISMO»
  - TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL ... 20\$00  
Karl Marx
- OBRAS DE SOEIRO PEREIRA GOMES
  - REFÚGIO PERDIDO ... 30\$00
- FORA DE COLECCAO
  - PROGRAMA DO PCP ... 25\$00  
Aprovado no VI Congresso
  - ESTATUTOS DO PCP (1.ª edição) ... 5\$00  
aprovados no VI Congresso
  - NO CAMINHO DA DEMOCRACIA E DA PAZ ... 5\$00
- DIVERSOS
  - CALENDRÁRIO ... 25\$00
  - POSTER 25 ABRIL ... 50\$00
  - POSTAL 25 ABRIL ... 5\$00
  - CROMOS 25 ABRIL ... 10\$00
  - POSTAL «Militão Ribeiro» ... 2\$50
  - POSTAL «Alfredo Diniz» ... 3\$50
  - CARTÃO «J. Dias Coelho» ... 7\$50
  - POSTAIS DE NATAL ... 5\$00
  - POSTAL «PCP» ... 5\$00

ATENÇÃO UTILIZAR ESTE CATALOGO COMO NOTA DE ENCOMENDA. REMETER AS EDIÇÕES AVANTE COM A INDICAÇÃO DOS LIVROS E DAS QUANTIDADES QUE DESEJA RECEBER

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_



O Programa do PCP está à venda nas livrarias e tabacarias

# A NACIONALIZAÇÃO DA BANCA E DOS SEGUROS: DOBRE DE FINADOS DOS GRUPOS MONOPOLISTAS

CONT. DA PÁG. 1

nosso partido, realizado no último domingo, no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, são a ilustração clara do sentimento e da firme consciência que sempre animaram as massas trabalhadoras do nosso País e as levaram a concentrar todas as forças no alvo principal da sua luta de tantos anos: o grande capital monopolista e latifundiário que tem vindo a dominar toda a vida económica, deixando na miséria milhões de trabalhadores.

«Medidas históricas» porque correspondem aos mais seguros e legítimos anseios do movimento popular de massas. «Medidas históricas» porque resultantes da aliança Povo-MFA e da unidade cada vez mais sólida entre os trabalhadores e as forças democráticas que verdadeiramente os representam. «Medidas históricas» porque são o resultado de incontáveis e profundos sacrifícios do povo trabalhador de Portugal, sobretudo durante os últimos cinquenta anos de opressão do grande capital, dos seus serventários e das suas políticas. «Medidas históricas» porque sem elas era impossível o avanço democrático no caminho do socialismo.

Com essas medidas se avançará para as «transformações essenciais» em benefício do Povo e do País. «Transformações essenciais» que atingirão certamente, a muito curto prazo, outros ramos da actividade económica nacional,

como sejam as indústrias de base. «Transformações essenciais» que servirão para combater o desemprego e criar novos postos de trabalho. «Transformações essenciais» que terão reflexos positivos em todos os sectores da actividade nacional, incluindo o fomento das cooperativas dos pequenos e médios agricultores e outros tipos de organização.

«E o grande capital, são os latifundiários que estão interessados numa profunda crise económica em Portugal, na desorganização e no caos económico. E são os trabalhadores, são as massas populares que estão interessadas na reanimação e no desenvolvimento económico», lembrou o nosso camarada Alvaro Cunhal, naquele comício, acrescentando que, em face das dificuldades económicas «os trabalhadores e as massas populares exigem que se faça pagar aos ricos as dificuldades económicas que eles próprios criaram».

Os passos já dados, e bem decisivos são, parecem indicar que ninguém terá força para nos desviar deste caminho. Haverá novos e mais rudes sacrifícios, mas os trabalhadores não deixarão de produzir mais desde que a riqueza deixe de inundar os cofres do grande capital e reverta em benefício do Povo e do País.

«Os grandes capitalistas deliraram de ser os reis de Portugal. A nacionalização da banca e dos seguros é o do-

bre de finados dos grupos monopolistas». Mas não dormiremos sobre esta vitória. Vamos pelo contrário, dormir ainda menos, pois assim exige a defesa e a melhoria do que já foi alcançado.

As leis históricas do Conselho da Revolução têm poucos dias, como poucos dias tem o próprio Conselho. Mas esses poucos dias foram já mais do que suficientes para vermos como se confirma que a vigilância popular mantém a sua firmeza, se mantém bem acordada e com todos os sentidos em alerta permanente. O movimento popular de massas funciona. A sua organização é cada vez mais perfeita. As suas estruturas tornam-se, ao mesmo tempo, sólidas e maleáveis. Adquirem a capacidade de responder prontamente a qualquer sinal de perigo para a revolução. O 11 de Março mostrou bem a elevada consciência, e o iminente grau operacional do movimento popular de massas em estreita e sólida aliança com o Movimento das Forças Armadas.

## Manifestações em todo o País

A primeira decisão histórica do Conselho Superior da Revolução de nacionalizar a banca privada, velha aspiração do nosso povo e reivindicação várias vezes repetida pelas massas trabalhadoras, nomeadamente ao longo dos últimos meses, provocou im-

diatas manifestações de regozijo por todo o País. Através dessas manifestações, a alguns dos quais, apenas como exemplo, fazemos a seguir referência, ficou bem patente que as massas populares estão firmemente dispostas, em estreita aliança com o MFA, a avançar no processo de democratização.

Assim, realizou-se em Montemor-o-Novo convocada pelo PCP, uma manifestação de apoio ao MFA e de regozijo pela decisão do Conselho Superior da Revolução. Uma enorme multidão concentrou-se em frente do edifício dos Paços do Concelho, vitoreando o Movimento das Forças Armadas, após o que desfilou pelas principais ruas da vila.

Também em Viseu, na Praça da República, o povo saiu para a rua regozijando-se com a nacionalização da banca privada e apoiando as medidas revolucionárias do MFA. No local, teve lugar um comício, no qual usaram da palavra vários oradores todos eles salientando o alcance da medida tomada pelo Conselho Superior da Revolução e a necessidade da nacionalização abranger outros sectores de actividade, nomeadamente os seguros, a grande indústria e o comércio externo. Em nome do PCP, usou da palavra o camarada António Bica.

Com a presença de milhares de pessoas realizaram-se igualmente em Santarém e Faro manifestações de apoio à nacionalização da banca.

Em Coimbra, os estabelecimentos bancários apresentaram-se, na manhã da passada sexta-feira engalanados com a bandeira nacional. Toda a cidade rejubilou com a medida decretada pelo Conselho Superior da Revolução. Realizou-se um plenário na Universidade, ao qual estiveram presentes dois mil estudantes, professores e funcionários, que aprovaram a seguinte moção:

«A banca e outros estabelecimentos de crédito são o sector nevrálgico da economia portuguesa. Sem a banca

não é possível pôr mão nos principais sectores da produção. Por isso os estudantes, professores e funcionários da Universidade de Coimbra manifestam o seu incondicional apoio à medida hoje tomada pelo Conselho Superior da Revolução de nacionalização da banca. Exortam o mesmo conselho a nacionalizar as companhias de seguros e os sectores básicos da produção».

Nesta mesma cidade, uma concentração popular de vários milhares de pessoas teve lugar frente ao Quartel-Ge-

ral da Região Militar, apoiando o MFA na defesa do processo revolucionário português.

Em Évora, uma manifestação de apoio à nacionalização da banca desfilou desde a sede do Sindicato dos Bancários até à Praça Giraldo. Foram gritados «slogans» antimonopolistas e pelo progresso nacional.

A satisfação popular pela histórica decisão do Conselho Superior da Revolução de nacionalizar a banca e os seguros, reflectiu-se igualmente nas centenas de telegra-

mas e outras provas de adesão enviadas pela classe operária e os trabalhadores em geral, através dos seus sindicatos, comissões de trabalhadores, etc. A Intersindical, sua legítima representante, foi aliás das primeiras entidades a tomar uma atitude favorável e de franco regozijo.

Por todo o País, as massas populares demonstraram incoercivelmente que estão firmemente ao lado do MFA, na construção de um Portugal democrático pacífico e independente.

## REGOZIO NAS RUAS DE LISBOA

O MFA também está inteiramente com o povo e expresso num abraço e reconhecimento da ajuda que lhe deram no 11 de Março — assim terminou o seu discurso o general Costa Gomes quando se dirigia aos muitos milhares de manifestantes que na sexta-feira passada vitorearam, junto ao Palácio de Belém, as medidas tomadas pelo Conselho Superior da Revolução relativamente à nacionalização da banca privada.

Aliás, esta medida revolucionária há muito que era exigida tanto pelo nosso Partido e outras organizações democráticas, como pela Intersindical e o Sindicato dos Bancários. Agora, concretizada, novos rumos se preveem para o País.

A manifestação, que foi convocada pelo nosso Partido, congregou vários milhares de manifestantes na Praça do Império. Bandeiras vermelhas, com os símbolos do PCP e do MDP/CDE adejavam por cima da multidão compacta. A alegria e a confiança eram as notas dominantes. E os manifestantes gritavam todo o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas ao mesmo tempo que salientavam certos aspectos críticos do actual momento político, tais como: PPD onde está que não se vê e MDP no lugar do PPD.

A tentativa contra-revolucionária do 11 de Março foi mais um passo para reforçar a aliança Povo-MFA, bem patente nas acções de rua que se sucederam naquela altura bem como nas manifestações que se seguiram. O Povo veio para a rua no momento em que era ainda difícil prever o desfecho da tentativa criminosa das forças reaccionárias e não o fez apenas por uma questão emocional. Tornava-se imperioso defender as conquistas alcançadas no 25 de Abril e, ao mesmo tempo, garantir o suporte popular do MFA, condição essencial para que o processo revolucionário continuasse a avançar. O povo não estava a defender a sua posição, mas também o MFA, a sua vanguarda armada. Mais uma vez as duas componentes — Povo e MFA — conjugaram os esforços no sentido de esmagarem as intenções reaccionárias de todos aqueles que não souberam ainda compreender que neste momento, em Portugal, se vive uma situação que já nada tem a ver com o passado recente.

Também o MFA não desapontou o povo português. E as recentes medidas tomadas pelo Conselho Superior da Revolução demonstraram as intenções progressistas que animam aquele movimento. Vários milhares de pessoas concentraram-se, pois, junto ao Palácio de Belém para agradecerem através do Presidente da República, general Costa Gomes, as medidas tomadas pelo Conselho Superior da Revolução.

Passava ligeiramente das 20 horas quando a figura do Presidente da República apareceu à varanda do palácio. De imediato se ouviram gritos de vitória, vitória e O povo está com o MFA. Dirigindo-se aos manifestantes, o general Costa Gomes começou por salientar a valiosa contribuição que o povo português deu no dia 11 para derrubar a reacção,

acrescentando que o MFA, para poder selar e estreitar o mais possível os laços que nos unem ao povo decretou ontem duas leis, pelas quais se institucionaliza o MFA e cria o Conselho da Revolução, órgão supremo da nossa revolução.

E salientou a seguir: O Conselho da Revolução promulga ontem a lei mais revolucionária que jamais foi promulgada neste País: a nacionalização da banca. Esta medida, que foi feita tendo em mente os interesses do povo e pondo, pela primeira vez, o poder económico abaixo do poder político não tem, contudo, o privilégio de mudar a face, de uma forma completa, à Nação.

Referindo que é uma medida altamente positiva, o general Costa Gomes acrescentou que para que ela resulte é preciso que o povo português, num clima de tranquilidade e de serenidade e de compreensão, trabalhe e trabalhe muito para bem de todos, sobretudo para dar aqueles que mais precisam o suficiente para poderem viver como os que vivem remediadamente ou bem.

No final da sua alocução o Presidente da República foi vibrantemente aplaudido. Grupos de pessoas abandonaram, então, a praça, continuando as manifestações de regozijo pelas ruas de Lisboa.

## O NOSSO PARTIDO REPRESENTADO NOS CONGRESSOS DO PSOH E PCI

Os camaradas Carlos Aboim Inglês, do Comité Central do nosso Partido, e Marília Vila Verde Cabral, do Comité local de Lisboa, constituem a delegação do nosso Partido ao XI Congresso do Partido Socialista-Operário Húngaro, cujos trabalhos se iniciaram no passado dia 18, com a presença de 750 delegados que representarão os 750 mil membros do PSOH. A revisão dos estatutos e do programa do Partido constituem uma das mais importantes tarefas do Congresso que se enquadra numa fase de grande desenvolvimento do socialismo na Hungria.

O nosso Partido fez-se também representar no XIV Congresso do Partido Comunista Italiano pelos camaradas Domingos Abrantes, do Comité Central, e Doolinda Franco. O Congresso do Partido Comunista Italiano, iniciado no dia 19, foi precedido de grande divulgação das propostas que serão apresentadas no decorrer dos trabalhos, as quais tiveram eco entre as massas trabalhadoras e as

## EXPOSIÇÃO-HOMENAGEM A JOSÉ DIAS COELHO

Por iniciativa do Comité José Dias Coelho é inaugurada, hoje, pelas 22 horas, uma exposição na Sociedade de Belas-Artes, na Rua Barata Salgueiro, através da qual se homenageia mais uma vez o valoroso camarada José Dias Coelho, membro do nosso Partido, assassinado a tiro pela criminosa PIDE, no dia 19 de Dezembro de 1961, na Rua dos Lusitadas, em Alcântara.

Artista cheio de sensibilidade e talento, animou, durante vários anos o movimento progressivo dos intelectuais e foi um dos organizadores das exposições de artes plásticas e de várias exposições itinerantes e de outras realizações que procuravam aproximar os artistas do povo e elevar o nível cultural das massas populares. Artista militante e militante revolucionário, chegou a um momento da sua vida em que decidiu conscientemente sacrificar a sua actividade artística para continuar, no quadro de funcionários do nosso Partido, o combate pelo derrubamento do fascismo e por um Portugal socialista. A legenda da sua última gravura: de todas as sementes deixadas à terra, é o sangue derramado pelos mártires que faz a mais copiosa semente, constitui uma homenagem a todos que como ele caíram, vítimas da repressão fascista no grande e firme combate de resistência do povo português.

## Novos livros Estampa

ESTUDOS SOBRE A ORIGEM DA CONSCIENCIA E DA LINGUAGEM  
Autor — Trán Duc Thao  
Coleção Teses n.º 12  
Preço 90\$00

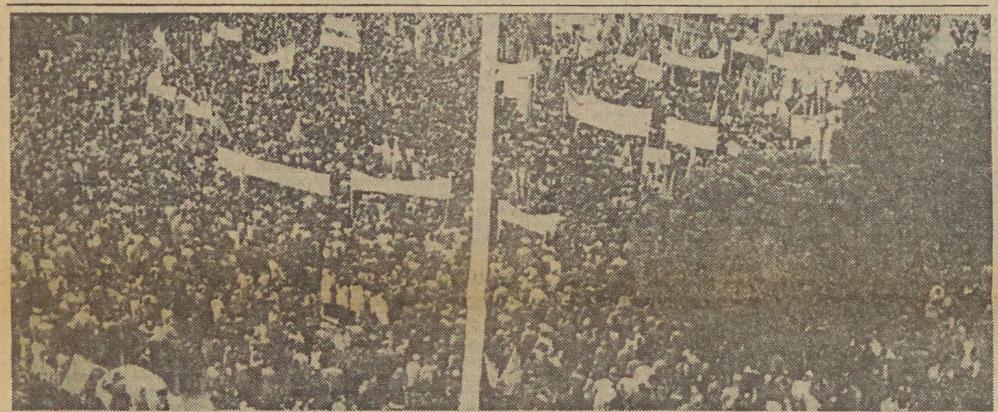
ACERCA DAS QUESTÕES DO LENINISMO  
Autor — Estaline  
Coleção — Biblioteca do Socialismo Científico  
Preço 30\$00

HISTÓRIA DAS LITERATURAS UNIVERSAIS VI  
Autor — Wolfgang Ibsen  
Coleção Biblioteca Estampa, 9  
Preço 70\$00

O PENSAMENTO POLITICO  
Autor — Umberto Cerroni  
Coleção Biblioteca Estampa, 10  
Preço 70\$00

TEXTOS FILOSOFICOS  
Autor — Karl Marx  
Coleção — Biblioteca do Socialismo Científico  
Preço 60\$00

EDITORIAL ESTAMPA  
Rua da Escola do Exército, 9, r/c, do. 1  
Telefone 555663 Lisboa 1



Assim que foi conhecida no Porto a notícia da nacionalização da banca, a população veio para a rua manifestar o seu regozijo

## MANIFESTAÇÃO UNITÁRIA NO PORTO

«Ao decidir a nacionalização da banca, o Conselho da Revolução demonstrou compreender que a reacção não se vence apenas com medidas de contenção, mas também com medidas económicas e sociais — afirmou o camarada Avelino Gonçalves, ministro do Trabalho do I Governo Provisório, aos milhares e milhares de pessoas que na Praça Humberto Delgado participaram na gigantesca manifestação de apoio e regozijo pela medida de nacionalização da banca privada, decidida pelo Conselho da Revolução.

Convocada pelo nosso partido, PS, MES, MDP/CDE e LCI, a manifestação englobou populares de todos os pontos da cidade que empunharam cartazes assinalando a presença dos respectivos bairros, trabalhadores vindos de centenas e centenas de fábricas, representações de sindicatos, sociedades recreativas e culturais.

Avelino Gonçalves, representante do nosso partido,

depois de apelar para a consciência de classe de todos os trabalhadores bancários, para que reforçassem a sua vigilância militante, ajudando a que a nacionalização da banca, para a qual contribuíram poderosamente, sirva efectivamente o povo lembrou:

«Perante a tentativa de golpe contra-revolucionário que traidores reaccionários lançaram no passado dia 11, e vendida que foi de imediato a intenção, impõe-se que sem hesitações, sejam responsabilizados e castigados os conspiradores; seja aprofundado o processo de saneamento em todo o aparelho de Estado, civil e militar, sejam reorganizadas as forças militarizadas; seja dado um impulso decisivo à política antimonopolista e antilatifundista.»

O fascismo, agora moribundo, não desistirá  
E, continuando:  
«O fascismo que caiu, mas não morreu em 25 de Abril,

não desistirá! E preciso irradicar definitivamente os mais profundos acessos do fascismo, que ainda perturbam, sabotam e corrompem o aparelho de Estado. Por isso é urgente punir, sanear e reorganizar. Mas é, igualmente, importante avançar rapidamente no levantamento de um aparelho de Estado democrático, e, para essa tarefa é necessário mobilizar toda a inestimável energia da classe trabalhadora, dos camponeses e de todo o povo português.

Por isso são urgentes medidas económicas e sociais, que tornem claro perante todos os portugueses que o novo Estado será definitivamente, um Estado ao serviço do povo trabalhador.

Analisando a problemática da nacionalização da banca, o nosso camarada salientou:

«No saneamento das finanças públicas, no fomento da indústria, do comércio, nomeadamente no comércio externo, à banca cabe um papel fundamental. Para o cumprir, é imprescindível que se mantenha e se institucionalize o «controlo» democrático sobre o seu funcionamento. O PCP apela para a consciência de classe dos trabalhadores bancários, para que reforcem a sua vigilância militante, ajudando a que a nacionalização da banca para a qual contribuíram poderosamente, sirva, efectivamente o povo português.»

No decorrer deste importante comício unitário usaram ainda da palavra João Guimarães representante do MDP/CDE, Galamba de Oliveira, do MES, Orlando Magalhães em representação do PS, António Cunha, militante da LCI e Manuel Teixeira de Freitas em nome da União de Sindicatos do Porto.

No final do comício os milhares de manifestantes dirigiram-se ao Quartel-General vitoreando o Conselho da Revolução e o MFA.

## Denúncias provocações do PPD

A Direcção da Organização Regional do Norte do nosso partido, a Comissão Distrital do Porto do MDP/CDE, o Secretariado da Organização Regional do Porto do MES e o Comité Regional do Porto, da LCI elaboraram um comunicado conjunto onde denun-

ciam as atitudes provocatórias de um grupo de militantes do PPD, no decorrer deste comício popular. Afirma o comunicado:

A Comissão Política Distrital do Porto do Partido Popular Democrático tornou público um comunicado a respeito da sua intervenção provocatória no comício realizado no dia 14, na Praça do Município pelos partidos signatários que, por conter falsidades manifestas, não pode ser deixado sem resposta.

Afirma o PPD ter decidido participar na manifestação apesar de não ter sido contactado pelos seus organizadores. A verdade é que, no próprio dia 14, antes da manifestação se ter iniciado o PPD entrou em contacto com os partidos que convocaram a manifestação exprimindo o seu desejo de participar nela. Por decisão unânime dos representantes do PCP, PS, MDP/CDE e LCI foi comunicado ao PPD que a sua participação na realização da manifestação não seria aceite.

Assim, fica claro que o aparecimento na manifestação de um reduzido grupo de pessoas com bandeiras do PPD e gritando «slogans» desse partido, interrompendo um orador e perturbando a manifestação, constitui manifestamente um acto provocatório, e que visava sabotar a realização da manifestação.

O comunicado da Comissão Política Distrital do PPD acusa ainda o orador que estava no uso da palavra quando se verificou a provocação de ter inactivado os provocadores.

Pelo contrário, o orador fez a denúncia da provocação e apelo para que os manifestantes não cedessem a ela, para que a manifestação pudesse prosseguir.

Para justificar a sua provocação invoca o PPD o seu desejo de não lhe serem atribuídas atitudes divisionistas. As organizações signatárias tal pretexto não deixa de parecer estranho, vindo de um partido que nos últimos meses e mais concretamente até 11 de Março tem feito do anti-comunismo a trave mestra da sua propaganda e actividade. Pode dizer-se que os passos em frente no caminho da unidade se têm dado, apesar da actividade antiunitária do PPD.

## CONVERSACÕES COM OUTROS PARTIDOS

Dirigentes do nosso Partido têm tido nos últimos dias conversações com delegações de outros partidos.

Relativamente ao encontro com o PS foi divulgado o seguinte comunicado conjunto:

«No dia 13 de Março de 1975, teve lugar um encontro entre delegações do Partido Comunista Português, constituída por Alvaro Cunhal, Octávio Pato e Jaime Serra, e do Partido Socialista, constituída por Mário Soares, Saigado Zenha, Marcelo Curto, Lopes Cardoso e Manuel Alegre.

As delegações efectuaram uma ampla troca de pontos de vista sobre a situação política, os problemas de conjuntura e as perspectivas de desenvolvimento do processo democrático.

As delegações dos dois partidos estiveram de acordo em continuar a aprofundar o exame dos problemas de interesse comum em encontros a efectuar ulteriormente.»

Quanto ao encontro com o MDP/CDE:

Nos dias 14 e 15 de Março de 1975, teve lugar um encontro de delegações das direcções do Partido Comunista Português e do Movimento Democrático Português (MDP/CDE).

O encontro desenvolveu-se em duas sessões de trabalho, tendo estado presentes Alvaro Cunhal, Sérgio Villarigas e Carlos Brito, pelo P. C. P., e Francisco Pereira de Moura, Orlando de Carvalho, José Tengarrinha, António Galhardas e Herberto Goulart, pelo MDP/CDE.

As duas delegações, passaram em revista os aspectos mais salientes da presente situação política, tendo verificado ampla coincidência de pontos de vista na maneira como apreciam as circunstâncias que proporcionaram o golpe de estado reacioná-

rio de 11 de Março, bem como as que concorreram para a sua derrota, as perspectivas favoráveis que se abrem ao desenvolvimento do processo democrático e revolucionário com o novo fracasso da reacção, a decisão histórica da constituição do Conselho Superior da Revolução e as suas primeiras medidas legislativas — a nacionalização da banca e dos seguros.

As delegações do MDP/CDE e do PCP analisaram o estado das relações entre os dois Partidos e acordaram prosseguir a troca de opiniões, reforçar a cooperação, contribuir em conjunto para a unidade mais geral das forças democráticas e para o reforço da aliança destas com o MFA.

Realizaram-se também encontros com delegações do MES e da FSP. Relativamente a este último, foram analisadas as circunstâncias que rodearam o golpe de Estado reaccionário de 11 de Março e as favoráveis perspectivas que se abrem para o desenvolvimento do processo revolucionário com a nova derrota da reacção, a institucionalização do MFA através do Conselho da Revolução e da primeira medida legislativa deste órgão — a nacionalização da banca».

As duas delegações, formadas por Dias Lourenço e Carlos Brito, pelo PC, e Rui Carneiro e Mariola Coelho, pela FSP, apreciaram o estado das relações entre os dois partidos, e resolveram manter a cooperação recíproca.

## ASSINA O "AVANTE!"

um livro que foi proibido

### seara de vento

MANUEL DA FONSECA

pedidos a

forja  
rua garret 80 2 b  
lisboa 2 tel 322334

SEARA NOVA

EDITORIAL

Sobre o Programa de Política Económica e Social por F. Martins

A Reforma Agrária: Entrevista com Blasco H. Fernandes

Crise Agrícola e Reforma Agrária por Eugénio Rosa

O PCP e a Questão das Alianças nos Anos 30 por F. Clementino

A Contradição Principal do Capitalismo Moderno Lénine Tal como Foi por C. Cogniot

A Banca e a Sabotagem Económica Pela Saúde das Classes Trabalhadoras por Alexandre Ribeiro

• O semanário «Portugal Democrático», que durante 18 anos foi no Brasil o órgão dos antifascistas portugueses e que, a partir do 25 de Abril, era naquele país o único jornal ao serviço da Revolução Portuguesa, foi forçado a suspender a sua publicação no início de Março por absoluta falta de recursos materiais. Nem a TAP, nem a agência brasileira da Caixa Geral de Depósitos, nem qualquer outra empresa pública ou mista portuguesa instalada no Brasil publicaram um só anúncio no «Portugal Democrático». Pode afirmar-se que o «Portugal Democrático» foi vítima da situação criada pela ausência de saneamento no Brasil.

• Uma rádio da República Federal da Alemanha anunciou no dia 10, véspera da intenção fascista, que o Partido Popular Democrático estava senhor da situação em Portugal e que o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, comandante-adjunto do COPCON, fora preso. A reacção internacional estava dentro do golpe, mas o tiro saiu pela culatra. Esperava uma vitória, festejou-a antecipadamente e agora chora a derrota.

• Richard O'Connor, do «Political Observer» é um nome a recordar. Publicou naquele semanário um artigo sobre Portugal que é uma verdadeira montanha de mentiras e calúnias. Pinta o quadro de um país em ruínas, esfomeado, com milhares de soldados desmobilizados vagabundeando pelas ruas. Inventa taxas de desemprego e de inflação, insulta o MFA. Só tem palavras de simpatia para «empresas gigantes, como a CUF», que teriam sido ocupadas pelos trabalhadores.

• Outro jornalista que não se cansa de vomitar fel contra Portugal é o brasileiro Hermano Alves. Dedicou um artigo no «O Estado de São Paulo» ao comício do PDC no Pavilhão dos Desportos e leva a sua desonestidade profissional ao ponto de afirmar que as forças do COPCON estavam impacientes para disparar sobre manifestantes que gritavam «soldado amigo, o povo está contigo». Hermano Alves conferenciou em Paris com o general Walters, da CIA, antes do 28 de Setembro.

• O dirigente socialista francês Francis Mitterrand manifestou, tal como outros políticos democráticos europeus, a sua satisfação pelo fracasso da intenção de 11 de Março. Mas exprimiu-se de forma infeliz. Qualificou Portugal de «corpo doente». Que será um corpo social «sadio» para Mitterrand? O povo que se esmagou ao lado do MFA a tentativa fascista, o povo que se mobilizou em escassos minutos para defender as conquistas da Revolução Portuguesa, o povo que se manifestou em todo o País na noite do dia 11 é um povo que prescinde das opiniões pessimistas de Mitterrand. É um povo democrático, um povo revolucionário.

• Foram presos elementos do grupelho MRPP por uma força da Escola de Mecânicos da Armada. Estes indivíduos andavam a distribuir panfletos provocatórios com calúnias contra o MFA. O MRPP tem distinguido na propagação de todos os boatos da reacção. Na sua propaganda diz-se nomeadamente que «o povo não deve confiar no Governo nem no MFA».

• A imprensa de Varsóvia dá grande destaque ao esmagamento da intenção reacçãoária de 11 de Março. Uma notícia do correspondente da agência PAP diz: «No dia 11 de Março o povo português conquistou a admiração e respeito de todos os povos civilizados, devido à maturidade política demonstrada e à sua atitude isenta.»

• O «Zvestia», de Moscovo, diz sobre o 11 de Março: «Até à revolução de Abril de 1974 a ditadura fascista perdurou em Portugal (durante 48 anos) e perdurou indubitavelmente não apenas pela vontade de Salazar ou do seu sucessor Caetano. E que a resposta aos interesses da grande burguesia e dos latifundiários portugueses e aos interesses das potências ocidentais, que, sem escrúpulos, admitiram Portugal no bloco do Atlântico Norte, e será grande ingenuidade pensar que as forças da reacção internas e externas se acalmaram com o golpe que lhes vibrou a revolução de Abril, que elas se deixariam ficar a observar neutralmente o desenvolvimento do processo democrático no País.»

• O órgão do Comité Central do Partido dos Trabalhadores do Vietname saudou a vitória das forças populares sobre os contra-revolucionários e diz: «Estamos convencidos de que as forças progressistas e o povo português, unidos, farão fracassar as manobras sabotadoras do inimigo.»

• Boumediene, presidente da Argélia, enviou uma mensagem a Costa Gomes de regozijo pela vitória das forças revolucionárias em Portugal.

• Marien N'Gouabi, presidente da República do Congo, saudou, em mensagem a Costa Gomes, a vitória da revolução portuguesa sobre os seus inimigos.

• O Conselho Fiscal dos Sindicatos da Checoslováquia enviou um telegrama à Intersindical em que saudou os trabalhadores portugueses pela sua firmeza e coragem, na defesa das conquistas da revolução.

• Sekou Touré, falando em nome do Comité Central do Partido Democrático da Guiné, declarou o seu total apoio ao Conselho Superior da Revolução.

• Portugal, que foi durante tantos anos refúgio para reacçãoários e ex-monarcas, é considerado neste momento pelo pouco seguro para estes senhores. Assim, Humberto da Itália abandonou a sua casa em Cascais e Juan de Bourbon a sua residência no Estoril. Trocaram-nos pela Côte d'Azur e pela Suíça. Finalmentel

• O MPLA declarou-se solidário com todas as forças progressistas portuguesas que fizeram gorar a tentativa de golpe reacçãoário de 11 de Março. O camarada Paulo Jorge, membro da Comissão para as Relações Exteriores do MPLA, declarou em Argel: «É fundamental que as forças progressistas portuguesas estejam unidas, a fim de poderem contrariar todas as manobras da reacção, pois as alterações políticas em Portugal têm repercussão em todos os países que dentro em breve terão a sua independência.»

• «Em reconhecimento da sua luta heróica pela paz mundial e o progresso social», Portugal recebeu a medalha do Conselho Húngaro da Paz. Portugal é o quarto país — depois da URSS, Cuba e Vietname do Norte — a receber esta medalha.

• Por acordo estabelecido entre o secretário de Estado das Pescas e o ministro das Pescas da URSS, os pescadores portugueses e outros técnicos realizaram estígios profissionais a bordo de navios de pesquisa soviéticos e nos diversos institutos de investigação científica. A União Soviética fornecerá também equipamento técnico às escolas portuguesas de pesca.

• Cerca de hora e meia depois da tentativa de golpe fascista, foram encerradas as fronteiras em todo o território nacional, para se evitar a fuga dos elementos reacçãoários que tentaram destruir a democracia em Portugal.

• Piquetes populares de vigilância, que tinham sido convocados pela unidade militar da Venda das Novas, encontraram armas escondidas numa camioneta carregada com caçoilas para transporte de galinhas.

• Um soldado de Tancos, referindo-se aos elementos reacçãoários que utilizaram esta unidade para as suas manobras, disse: «Eles faziam-se transportar em carros civis; BMW do conde de Caria e do conde La Cerna. Também encontramos cheques que traziam a assinatura de Champallaud.»

• Referindo-se ao Partido Comunista Português, o «Neues Deutschland», órgão da Comissão Central do Partido Comunista da República Democrática Alemã, escreve: «Tanto amigos como inimigos reconhecem a força aglutinadora de massas dessa vanguarda marxista-leninista, temperada por décadas de clandestinidade.»

• O ministro do Trabalho visitou cinco pequenas fábricas (algumas geridas em cooperativa) e uma grande propriedade do Alentejo, fixada ao abandono pelo proprietário. São os trabalhadores que têm garantido a produção nestas empresas. Costa Martins prometeu toda a ajuda possível, ainda que nem todos os problemas em causa sejam da atribuição do Ministério do Trabalho.

• No aeroporto de Lisboa, os piquetes de vigilância da TAP interceptaram um bolo enviado para o Brasil cujo recheio era constituído por 70 notas de mil escudos. No dia seguinte, foi detida na fronteira de Valença do Minho uma mulher que levava escondidos no «soutien» 50 contos.

• Profissionais de psicologia, reunidos em assembleia-geral, enviaram uma carta aberta aos ministros dos Assuntos Sociais, dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e ao secretário de Estado da Saúde chamando a atenção para a «ajuda» oferecida pelos americanos no sector da saúde como uma «oposição de força do Governo dos Estados Unidos sobre Portugal», pois esta ajuda processa-se através da AID, «organização já conhecida como instrumento da CIA».

• Alegando as «circunstâncias políticas actualmente existentes» em Portugal, a Rodésia decidiu encerrar a missão diplomática em Lisboa.

• Na sede da Intersindical têm sido recebidas inúmeras mensagens de solidariedade e apoio à luta do povo português contra a reacção, de centrais sindicais estrangeiras.

• O embaixador da URSS em Portugal, camarada Arnold Kalinin, expressou ao Presidente Costa Gomes e a Vasco Gonçalves a satisfação do povo soviético pela vitória das forças populares em aliança com o MFA sobre a intenção reacçãoária de 11 de Março.

### O «Expresso» sem máscara

Na sua edição de 8 de Março, o semanário «Expresso» publicou dois artigos insidiosos sobre a actualidade política e militar portuguesa. Dois artigos profundamente reacçãoários, especulativos, divisionistas, recheados de profecias. Três dias depois, a tea da intriga e da especulação rompia-se sob o impacto da realidade. O 11 de Março destruiu em poucas horas todas as profecias do «Expresso».

No artigo intitulado «Da ofensiva do PCP ao bonapartismo spinolista» (assinado por MRS), o «Expresso» deixava transparecer a sua satisfação ante um fenómeno que definia como a «nova ascensão do spinolismo». Pondo de lado as sinuosidades de um linguajar político tipicamente burguês e sem qualquer rigor científico, ficavam claros, depois de espremiada a prosa, três objectivos: a glorificação de Spínola, a intriga anti-MFA e o anticomunismo.

O «Expresso» chamava a atenção para a actividade conspirativa do general. Mas não o fazia para a definir como conspirativa e contra-revolucionária. Recorria a artifícios muito variados para a embelezar: «a sua luta continua», «um reforço progressivo da linha spinolista», «o ascenso do projecto spinolista» e outros no género. Recordava uma entrevista que lhe fora concedida pelo «expresso», reflexo da «sua última opção ideológica que não andaria muito longe da social-democracia, aberta ainda a um socialismo aceitador das regras do pluralismo partidário». Sublinhava também que na referida entrevista «existiram a defesa do socialismo democrático e o ataque frontal ao PCP».

Depois de rebatizar o spinolismo de «degaullismo», o «Expresso» afirmava que «de agora para o futuro terá sempre uma feição de presidencialismo-bonapartista, por força das condições objectivas da economia e da sociedade portuguesa». E, para aumentar os atractivos do spinolismo-degaullismo, explicava que esse presidencialismo-bonapartista (que significará o conceito marxista de bonapartismo para os redactores do «Expresso») teria uma «linguagem política de tipo social-democrático».

O autor colocava a seguir o «dilema» que o spinolismo traria para o PS e o PPD. E abria o jogo. A alternativa era clara: apoiar o spinolismo (e a campanha anticomunista) e conquistar «um papel na vida política activa, ao mesmo tempo que legitimaria o novo poder»; ou recusar «projectos governativos de pendur neoconservador, correndo o risco de se marginalizarem, no todo ou em parte, da vida política portuguesa».

Chamava «isso» o «Expresso» «algumas reflexões acerca do que poderia ser o delineamento do spinolismo para Portugal».

A avaliação dos meios a que Spínola poderia recorrer para assaltar o poder mereceu uma atenção particular do articulista. Um deles foi tortuosamente definido como «outro esquema eventual de designação de momento, ainda difícil de determinar, e cuja probabilidade depende fundamentalmente do equilíbrio de forças dentro do MFA» (...). «Fundado num prestígio popular que nenhum outro político ainda conseguiu igualar, Spínola — escrevia o «Expresso» — aguarda em Massamá o momento de reaparecer na primeira linha da vida nacional». E vinha a seguir mais uma profecia: «A medida que o tempo vai passando, a constelação das forças spinolistas muito provavelmente irá aumentando: partidos políticos que o consideram a solução exclusiva para a situação presente, apoios externos de vária índole; largos estratos sociais crescentemente obcecados pela preocupação anticomunista.»

Para o «Expresso» a grande dúvida estava na data em que Spínola consideraria preenchidos os requisitos para poder abandonar Massamá, a que chamava Colombye-les-Deux-Eglises (a aldeia do general De Gaulle).

O articulista investia contra o PCP e, vestindo-se de feiticeiro, analisava a sua estratégia e tática, insinuava que o nosso Partido fora o autor do 28 de Setembro, aludia ao nosso «isolamento», e perguntava onde iríamos nós, comunistas, buscar um «deuisme soufflé» (segundo fôlego, em português) para fazermos face à «eventualidade crescente do spinolismo que também define como «uma eventual viragem à direita da vida política portuguesa».

O 11 de Março trouxe respostas claras a muitas das especulações golpistas do «Expresso».

- 1 — O projecto spinolista foi a pique. A reacção não passou.
- 2 — Spínola não saiu de Massamá fantasiado de De Gaulle. Foi para Tancos com a arrogância de um pequeno Hitler, na esperança de chegar a Lisboa, como um novo Pínochet, sobre uma montanha de cadáveres. Saiu de Tancos para Espanha, derrotado, repetindo palavras proferidas por Marcelo Caetano no 25 de Abril.
- 3 — O «ascenso do spinolismo» nunca passou de uma «slogana» da reacção. Foi inventado pela reacção como instrumento de intriga, divisionismo e provocação.
- 4 — O comportamento heróico dos oficiais, sargentos e soldados do RAL 1 e a rapidez com que as Forças Armadas actuaram contra a intenção demonstraram a falsidade das informações do «Expresso», contidas no comentário de primeira página em que apresentava a imagem de um MFA esfacelado pelo choque de tendências contraditórias.

5 — A derrota da intenção do PCP e o «Expresso» da possibilidade de se colocar a serviço do spinolismo e de fazer pressão sobre partidos políticos que poderiam ficar marginalizados se não apoiassem o ex-general traidor.

6 — O inigualável «prestígio popular» de Spínola era também um «slogana» da reacção, dos entretentadores de Spínola, dos porta-vozes da reacção como o «Expresso». O povo português gritou nas ruas o que pensava e pensa da «constelação das forças spinolistas» e do ex-presidente da República.

7 — A calúnia sobre o «isolamento» do PCP foi uma vez mais desmentida durante a jornada do 11 de Março. Organizando a resistência popular ao golpe, mobilizando as massas, montando barragens, comparecendo em todas as frentes de luta, o PCP confirmou o que os cegos do «Expresso» não querem ver: o seu carácter de vanguarda revolucionária da classe operária, de partido dos trabalhadores, de partido democrático e revolucionário que conta com a confiança e o apoio do povo português. Quem convocou a grandiosa manifestação do 11 de Março? O PCP ou o «Expresso»? A que partido pertencia a esmagadora maioria dos presentes? Não precisamos de segundo fôlego. O primeiro está intacto.

8 — A «viragem à direita», tão provável para o «Expresso» não se verificou.

A tentativa golpista foi derrotada em poucas horas pelo movimento popular de massas e pelo MFA, as duas componentes do processo revolucionário.

O «Expresso» acumulou hipóteses, insidias, profecias. Deveria explicar agora, aos seus leitores (porque o povo não o lá):

- 1 — O que era «o socialismo democrático» de Spínola?
- 2 — Onde estavam as condições «objectivas» da economia e da sociedade portuguesa favoráveis ao tal spinolismo-presidencialismo-degaullismo-bonapartista?
- 3 — Que partidos consideravam o spinolismo a «solução exclusiva» para a situação existente? A direita tradicional está obviamente excluída pois o «Expresso» empregou a fórmula «irá aumentando» ao referir-se à «constelação de forças spinolistas» e os fascistas sempre viram em Spínola um salvador desde a crise Palma Carlos. Quem são, então, esses partidos?
- 4 — Se o medo da marginalização de certas forças previa a adesão a actos criminosos e de traição nacional?

5 — Onde foi ele, «Expresso», descobrir os largos estratos «descentemente sociais obcecados pela preocupação anticomunista»? O anticomunismo tem sido apontado e combatido pelo PCP como uma manobra da reacção. Mas nunca obteve a adesão das massas. Porventura, os contra-revolucionários presos após a derrota da intenção? Sarà nessas vítimas que o «Expresso» se esforça por ver largos extractos sociais obcecados pela preocupação anticomunista? Ou em algumas aldeias de Trás-os-Montes e das Beiras manipuladas por ex-legionários e figurões da ex-ANP?

6 — Quem bombardeou o RAL 1? Terá sido o PCP? Como o «Expresso» retoma a calúnia sobre o 28 de Setembro, talvez acredite que foi o nosso Partido quem levou o ex-general Spínola para Tancos...

Na sua última edição, o «Expresso» publicou um artigo intitulado «Requiem pelo bonapartismo spinolista». A intenção é outra. Mas o artigo é quase tão reacçãoário como o anterior. Só no «Expresso» e nas manobras da reacção foram escutados os «sinos de requiem pelo bonapartismo spinolista». O que se ouviu em Portugal inteiro foi o clamor do povo, irmão com o MFA, a explosão de alegria de uma nação que festejou entusiasticamente, revolucionariamente, o esmagamento de uma intenção fascista, organizada por fascistas, dirigida por um traidor.

O jornalismo do «Expresso» sob a sua encadernação pseudodemocrática, com tempo de esquerdismo histerico para camuflar a missão reacçãoária que ele desempenha na vida portuguesa, não ilude nenhum democrata autêntico. Três dias bastaram para que o «Expresso» exibisse a sua verdadeira imagem de defensor das estruturas do capitalismo monopolista. Dos monopolistas e dos latifundiários que o movimento popular de massas e o MFA estão, dia-a-dia, a demolir.

### O 11 de Março e o «Plano Z»

Esmagada a intenção fascista, importa agora extrair dela todas as lições que carega. Algumas, e das mais significativas, já foram expostas e analisadas pelo Presidente da República, pelo Primeiro-Ministro, pelo brigadeiro Otelo de Carvalho, 2.º comandante-adjunto do COPCON, pelo MFA e pelo nosso Partido. Outras, por menos imediatas, não mereceram ainda a necessária atenção. Uma delas, entretanto, não pode ser esquecida, por ser inseparável do próprio processo escolhido pelos elementos que concibiam e tentaram executar o plano golpista que visava à implantação de uma nova ditadura fascista em Portugal.

O traidores não ignoravam a vocação revolucionária das Forças Armadas e a sua profunda identificação com o programa do MFA. Sabiam que a sua acção de alijamento para uma conjuntura contra-revolucionária só poderia desenvolver-se num reduzido número de unidades onde contavam com oficiais que não haviam sido saneados e que continuavam a

### Iludir os seus camaradas de armas, simulando posições democráticas e progressistas. Para estabelecer a confusão, para dividir, para atingir os seus fins lançaram mão da mentira e da calúnia. Inventaram ordens falsas, inventaram adesões falsas, persuadiram oficiais e soldados de que o Presidente da República, os chefes dos Estados-Maiores do Exército e da Força Aérea, o Conselho dos Vinte, os ministros militares, parte da Comissão Coordenadora do Programa do MFA conheciam e aprovavam o seu plano criminoso do qual apenas revelaram aspectos muito vagos. O que se passou em Tancos, no Batalhão de Caçadores Pára-quedistas, é particularmente revelador da tática utilizada pelos traidores. O ex-comandante da unidade, ex-coronel Rafael Durão, agiu como um autêntico discípulo dos militares fascistas chilenos. Não teria, porém, tido a menor possibilidade de êxito se todos os oficiais, sargentos e soldados daquela unidade estivessem preparados para responder à provocação de que ele foi o porta-voz. Durão limitou-se, na prática, a traduzir para portugueses o famoso «plano Z» forjado pela reacção chilena para criar condições favoráveis à escalada fascista que culminou com o 11 de Setembro de 1973. Afirmou que 500 militares e 1000 civis seriam abatidos em Portugal durante uma operação a que chamou «Matacão da Páscoa» e que seria desencadeada por forças «esquerdistas». Ninguém escaparia, desde o Presidente da República aos oficiais mais jovens do MFA. E, insidiosamente, traçadamente, para evitar comparações que se impunham, explicava que a mobilização dos pára-quedistas do BCP não tinha, portanto, como objectivo, um «pinchotização». Ora, na realidade, a «Matacão da Páscoa», era uma calúnia copiada à letra do «Plano Z». No Chile, o maior golpe do «lanquetazo» do 29 de Junho demonstrou a reacção que parte das Forças Armadas — umas FA de estrutura prussiana, divorciadas das aspirações populares — hesitava ainda em aderir a um golpe militar fascista. A reacção fabricou, então, à pressa, com a ajuda da CIA, o «Plano Z». Durante semanas «El Mercurio» e todos os órgãos de Informação manipulados pela Democracia Cristã e pelo Partido Nacional comentaram e analisaram o «Plano Z», inventado pela reacção para servir os seus objectivos. Milhares de exemplares desse texto provocatório foram distribuídos nos quartéis. Numa gritaria histerica, a reacção «advertia» os militares de que um militar deles, pelo menos, seria assassinado pela Unidade Popular. A calúnia foi utilizada por um Congresso reacçãoário que se apressou a declarar o Governo de Allende «ilegal»; serviu de instrumento para o alijamento de oficiais hesitantes, de comandos de lealdade duvidosa, mas que até então se tinham recusado a participar em manobras conspirativas.

Após o 11 de Setembro, o «Plano Z» ultrapassou as fronteiras chilenas, milhares de exemplares foram distribuídos em todo o mundo pelos embaixadores de Pinochet, numa tentativa impossível de justificar o banho de sangue. Mas a solidariedade ao Chile era já então uma realidade mundial: O «Plano Z» transformou-se numa peça de acusação contra a ditadura fascista chilena. Tornou-se um documento importante para o desmascaramento de Pinochet & Cia. Converteram-se numa imagem da reacção sem máscara, numa advertência a todos os povos que lutam pela democracia e pelo progresso contra as técnicas conspirativas da reacção.

Os factos ocorridos em Tancos, os diálogos de Rafael Durão com oficiais do BCP, de Tancos, demonstram, porém, que o «Plano Z» era desconhecido ali. De outro modo, o traidor Durão teria sido imediatamente desmascarado, não teria tido a possibilidade de mentir mais, de forjar mais calúnias, de dialogar com os oficiais da unidade que, desconfiados, lhe pediam informações e esclarecimentos complementares. Se o «Plano Z» fosse do conhecimento de oficiais, sargentos e soldados, nenhum pára-quedista do BCP teria saído do quartel para participar no criminoso ataque ao RAL 1.

Há, assim, uma importante lição a extrair dos acontecimentos verificadas em Tancos durante as horas de tensão, de verdadeira angústia que tra-revolucionária, em termos militares, da intenção contra-revolucionária. O MFA que, desde Outubro, está a realizar junto das populações um trabalho de esclarecimento cujos resultados contribuíram muito para o avanço do processo democrático e revolucionário, descurot excessivamente a tarefa fundamental de esclarecimento interno, isto é, nos quartéis. A campanha de dinamização cultural, que levou o 25 de Abril a centenas de aldeias portuguesas que eram feudos da reacção, que tornou possível a realização de comícios e sessões de esclarecimento de partidos progressistas em terras onde imperava a vontade dos caciques da ex-ANP, de latifundiários, de ex-legionários, de toda uma escória fascista, essa campanha não teve a profundidade necessária em algumas unidades militares.

E uma lição a extrair do 11 de Março, uma falha a ser eliminada. Os ensinamentos da manobra fascista de Rafael Durão, um dos testados-ferro de Spínola, valem por uma certeza de que homens do povo fardados não voltarão a empunhar armas contra camaradas seus, contra o povo, contra a Revolução Portuguesa. E tem cabimento ainda uma pergunta: quem deu a Durão o «Plano Z», quem imaginou a sua adaptação como instrumento de uma intenção contra-revolucionária em Portugal, que forças da reacção externa estavam no segredo do malogrado golpe fascista?

Tudo isto sem comentários. Dia 13 — Dois dias após a intenção reacçãoária — o jornal conservador «República» dá cobertura a uma provocação dum grupelho pseudo-revolucionário. Talvez em nome da «objectividade» jornalística. Talvez em nome da liberdade de imprensa, quem sabe? Liberdade para todos... excluindo os comunistas, pelos vistos.

«Ao que parece a «República» pretende informar sobre os acontecimentos ocorridos em Direito. A «República» preferiu a versão do MRPP. E depois de dar publicidade a seu comunicado provocatório, fica-se por uma vaga referência a «incidentes» «semes de violência». Não fala das matracas erguidas contra os que afirmaram «Avante!». Não fala dos militantes da UEC feridos. Mas transcreve as ridículas injúrias de um grupelho de emergentes contra o órgão central do PCP.

Antes do 11 de Março o «Avante!» chamou a atenção para a escalada da reacção nas escolas, para a sua tentativa de roubar uma parte da juventude ao processo revolucionário em curso e criar focos de tensão social propícios às suas manobras. Hoje tudo isso recebeu a sua confirmação prática. Na história de mais esta tentativa de golpe fascista (como na dos anteriores) há que contar com os seus antecedentes — o agudizar da campanha anticomunista, tentativas de criação de um clima de caos. Esta análise tem vindo a ser publicamente feita. Não só pelo nosso Partido. Também por elementos responsáveis do Governo Provisório e do MFA.

A acção de grupelhos pseudo-revolucionários em todo este processo, no próprio dia 11 e posteriormente, não nos pode deixar dúvidas quanto às suas ligações com a reacção. No próprio dia 11, não foi contra os conspiradores que se pronunciaram. Quando os aviões que metralharam o RAL 1 sobrevoavam a cidade de Lisboa, esses grupelhos tentavam mobilizar estudantes contra os mais consequentes defensores da liberdade ameaçada. Provocadores arrancaram das paredes da Faculdade de Direito o «Avante!» e tentaram, posteriormente, agredirem brutalmente militantes da UEC, tentaram naturalmente expulsá-los desta escola.

A «República» sabe naturalmente de tudo isto. É um órgão de Informação, ou diz-se. Complete-me andar informado. Mas dá cobertura a manobras dum grupelho provocatório. Em nome da mesma liberdade de informação que pretende calar (ontem como hoje em vão) a voz do PCP — o «Avante!».

### Com quem está, afinal, o PPD?

A posição do PPD face à evolução do processo revolucionário em Portugal tem-se vindo a tornar mais nítida em função da crescente radicalização deste. A despeito das afirmações públicas de apoio ao Programa do MFA e até às medidas recentemente tomadas pelo Conselho da Revolução — a nacionalização da banca e dos seguros — a prática tem vindo a desmentir tais profissões de fé. Onde esteve o PPD no 11 de Março? Onde e com quem? Quem continua a boicotar comícios e sessões de esclarecimento do nosso Partido?

Um exemplo da participação do PPD na campanha anticomunista, que, como se sabe, é um dos elementos básicos no desencadear de golpes de reacção, vem-nos agora dos Açores. Em Ponta Delgada, no Coliseu Micaelense, realizou-se um comício do PPD com a presença de Magalhães Mota. Os discursos destacaram-se pelo seu feroz anticomunismo e anti-sovietismo. O governador civil de S. Miguel, conhecido como democrata. (não daqueles que mudaram à pressa de roupagens no 26 de Abril) foi violentamente atacado. A assistência, composta de toda a reacção local, de todos os saudosistas do fascismo, mostrou os dentes. A palavra de ordem mais gritada foi — Morte aos comunistas!

O ambiente em que decorreu este comício não nos pode deixar grandes dúvidas sobre a verdadeira posição do PPD. Não se tratava de uma manifestação anárquica das «massas» (o que, aliás, não deixaria também de ser significativo). Estava presente um dirigente do PPD, no fundo, Magalhães Mota que deu o tom, que possibilitou aos presentes o desencadear dos seus ódios contra a democracia, contra a revolução.

Por muito boa vontade que se tenha é difícil concluir daqui que o PPD esteja com o processo revolucionário, que o PPD não esteja com aqueles que querem esmagar a liberdade em Portugal. Na verdade, o PPD não pode deixar de se sentir prejudicado pelas novas medidas revolucionárias que obstem, por exemplo, a que continue a ser financiado pelos Espíritos Santos...

Referindo-se aos factos ocorridos neste comício, que se realizou já depois do 11 de Março, o camarada Álvaro Cunhal disse no Estádio 1.º de Maio: «Temos o direito de perguntar que cooperação pode haver com estes senhores Quer o PPD continuar a cooperar numa coligação democrática contra a reacção ou prefera a cooperar numa coligação democrática contra a reacção? Quer o PPD acompanhar uma nova política económica que vai ter como base a nacionalização da banca e das companhias de seguros ou pretenda continuar a entrar numa política anti-monopolista e antifundista?»

Esta a questão que se coloca neste momento.

### É preciso reforçar a vigilância revolucionária no sector da Informação

No dia 6 de Março, o semanário «Temoignage Chrétien», porta-voz dos sectores reacçãoários da Igreja francesa, anunciou com cinco dias de antecedência a intenção do 11 de Março. O título era esclarecedor: «Spínola prepara um golpe de Estado». A notícia incluía pormenores sobre os contactos do ex-general e nomes de elementos envolvidos na conspiração.

Nos dias 7, 8, 9 e 10 de Março várias emissoras de rádio e televisão informaram nos Estados Unidos, em Inglaterra e no Brasil que em Portugal se esperava a todo o momento um golpe militar. Diários brasileiros e norte-americanos publicaram telegramas sobre o mesmo tema, anunciando a iminência de uma intenção. Alguns desses órgãos de Informação citavam também nomes. E entre eles figurava à cabeça o do ex-general António de Spínola.

«La Vanguardia», de Barcelona, o diário de maior tiragem da Espanha, publicou na primeira página da sua edição do dia 8 uma crónica do seu correspondente em Lisboa, Alberto Miquel, intitulada «Rumores de um levantamento militar spinolista». Segundo esses boatos, «a Base Aérea de Tancos ter-se-ia declarado em clara rebelião contra o Governo Provisório Português». Num estilo venenoso, o autor acrescentava que à rebelião já se teria unido a Escola Prática de Cavalaria, de Santarém, sendo esperada a solidariedade ao movimento sedicioso de «sectores da Guarda Nacional Republicana», aquartelados em Lisboa. Entre os nomes dos oficiais spinolistas envolvidos eram citados os dos «irmãos Durão».

Em Lisboa, também vários dias antes da intenção, a redacção da agência United Press International entrou de prevenção. Nos bares dos hotéis de Lisboa, dezenas de correspondentes estrangeiros só falavam de um tema: o golpe iminente.

Fica evidente que muitos desses jornalistas dispunham de informações amplas e relativamente precisas sobre a marcha da conspiração.

No dia 11, a meio da tarde, o ex-general Spínola fugiu para Espanha. Em Portugal só então se soube que Tancos fora, durante alguns dias, o quartel-general dos traidores que se haviam erguido em armas contra o povo e a revolução; que os irmãos Durão tinham desempenhado um papel importante na montagem do plano militar sedicioso; que elementos da Guarda Republicana, aquartelados em Lisboa, tinham participado na tentativa golpista; e, finalmente, que o primeiro e o segundo comandantes da Escola Prática de Cavalaria haviam sido presos pelos oficiais daquela unidade, por estarem envolvidos na intenção.

O encadeamento de todos estes factos e situações é inquietante.

Os órgãos de Informação reacçãoários dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França, do Brasil e de Espanha não propariam desta vez apenas boatos e calúnias. Anunciaram com antecedência de dias a intenção e publicaram os nomes do seu chefe e de alguns dos principais conspiradores, assim como os de unidades militares parcialmente envolvidas na tentativa contra-revolucionária. E verdade que, por excesso de confiança, prestaram um mau serviço à reacção portuguesa. Estavam tão convictos do êxito que, revelando nomes e detalhes, criaram problemas aos seus aliados portugueses. Mas esse facto em nada diminui a gravidade do comportamento dos jornalistas estrangeiros que estavam dentro do segredo da conjuntura contra-revolucionária. Em nenhum dos artigos que publicaram, em nenhum dos «caixas» apresentadas pelas rádios e televisões do ocidente capitalista, antecipando a intenção, apareceram críticas aos criminosos que preparavam um banho de sangue, aos traidores que pretendiam «chilizar» Portugal, aos fascistas que queriam implantar em Portugal uma nova ditadura fascista. Esses jornalistas agiram como verdadeiros cúmplices do ex-general Spínola e da sua camarilha contra-revolucionária.

A atitude de todos os jornalistas estrangeiros que mantiveram íntimos contactos com os chefes da intenção coloca em primeiro lugar um problema de vigilância revolucionária. Esses profissionais reacçãoários, investigadores de campanhas de ódio contra Portugal, não só conheciam pormenoradamente parte do plano contra-revolucionário, como puderam, com o maior «avontade», transmitir para o estrangeiro notícias e factos que não eram do conhecimento do povo português, embora constituíssem uma ameaça directa à continuidade do processo democrático.

No terreno da informação há, portanto, também lições a extrair da intenção. A liberdade de Informação em Portugal é hoje mais ampla do que a existente em qualquer país capitalista. Mas essa liberdade não pode continuar a ser utilizada como arma pelos inimigos da Revolução, como tem acontecido até agora. Os jornalistas estrangeiros têm encontrado em Portugal, desde o 25 de Abril, as maiores facilidades para o desempenho das suas tarefas. Muitos vêm utilizando, contudo, essa liberdade limitada de informar para prestar serviços à reacção, para se transformarem em aliados da reacção, para funcionarem como agentes da reacção. Daí a urgência de um reforço da vigilância revolucionária. Uma revolução que não sabe defender-se dos seus adversários é sempre uma revolução em perigo.

Algumas agências noticiosas, entre as quais a United Press, estão a repetir em Portugal os processos de acção que forçaram o camarada Fidel Castro em Cuba, Salvador Allende no Chile, Velasco Alvarado no Peru, a tomarem medidas adequadas para impedir as suas actividades conspirativas e sabotadoras. Outras agências enviaram para os seus escritórios de Lisboa elementos expulsos de vários países sob a acusação de manterem ligações com organismos de espionagem.

O menos que se pode exigir em matéria de vigilância revolucionária é o conhecimento pelo Ministério da Comunicação Social e pelo MFA do teor das «telas» que os jornalistas estrangeiros enviam para os seus respectivos órgãos de Informação. Quem conspirar contra a Revolução Portuguesa deve ser tratado como inimigo da Revolução Portuguesa. Ora, tudo parece indicar que as notícias enviadas para os EUA, para o Brasil, para a França, Espanha e Inglaterra, anunciando a intenção com larga antecedência, saíram do País sem qualquer controlo. Quem leu os «telas» da UPI e de outras agências quem tomou conhecimento do artigo transmitido pelo correspondente da «La Vanguardia»?

As facilidades oferecidas aos inimigos da Revolução ameaçam o avanço da Revolução.



# informação

- Ian Smith e Voster estão em conversações na Cidade do Cabo, na África do Sul. Face à evolução da situação política em África, favorável às forças progressistas, os governos racistas da Rodésia e da África do Sul sentem necessidade de estreitar mais ainda a sua aliança.
- Abdel Rahman Khane, presidente da Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas, afirmou, numa reunião desta organização em Lima: «É um facto que os países em vias de desenvolvimento estão a sofrer de um domínio industrial completo.»
- Na reunião sindical latino-americana realizada no Panamá foi feito um apelo aos trabalhadores latino-americanos para a realização, neste 1.º de Maio, de uma grande jornada de solidariedade com o Chile e com os outros povos dominados por regimes fascistas.
- O Governo da Tanzânia criticou o regime racista da Rodésia por recrutar mercenários na Alemanha Federal para lutarem contra o povo do Zimbábue.
- A União Soviética lançou mais um satélite, o «Cosmos 419».
- O camarada Brezhnev assistiu, em Budapeste, ao XI Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro.
- Carlos Andrés Pérez anunciou a nacionalização da indústria eléctrica na Venezuela.
- Pelo quinto mês seguido, registou-se uma forte baixa na produção industrial nos EUA.
- O presidente e o secretário do Partido Comunista Birmanês foram assassinados por elementos do Exército da Birmânia.
- Foram saneados 140 oficiais gregos, do Exército, da Marinha e da Força Aérea. O saneamento nas Forças Armadas gregas tinha sido praticamente nulo.
- A visita do camarada Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC a Cabo Verde, foi politicamente muito importante. O PAIGC está a dedicar-se a um programa de organização política de Cabo Verde. Foi iniciada uma reforma administrativa mediante a qual se tem vindo a substituir cada governador por uma comissão popular. Está a ser estudada a lei eleitoral e as formas de que se revestirá a futura união entre Cabo Verde e Guiné-Bissau.
- Duas companhias petrolíferas, a Gulf Oil e a Phillips Petroleum Company, e duas das maiores companhias aéreas americanas, a Braniff International Airways e a American Air Lines, utilizaram milhões de dólares no financiamento de actividades políticas reaccionárias.
- A polícia política brasileira prendeu em São Paulo o jornalista Milton Coelho da Graça, director da Editora Abril.
- O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento decidiram permitir que parte dos 6,5 milhões de contos concedidos ao Brasil para projectos de expansão siderúrgica seja destinada ao financiamento de compras nos Estados Unidos. Explicação: o imperialismo não está interessado no desenvolvimento da indústria pesada brasileira; os monopólios preferem aumentar a venda dos produtos fabricados nos EUA.
- O «Washington Post» confessou agora que a CIA esteve envolvida no assassinio de Patrice Lumumba, na preparação de atentados (que falharam) contra o camarada Fidel Castro, primeiro-ministro da República Socialista de Cuba.
- Durante o mês de Fevereiro morreram em São Paulo, no Brasil, 216 crianças vítimas de desidratação.
- Comentário do chefe do departamento político da Organização de Libertação da Palestina sobre a visita ao Médio Oriente do secretário de Estado americano: «Desconfiamos sempre de todas as iniciativas de Kissinger. Sempre que ele vem à nossa terra, a atmosfera fica poluída e a conspiração domina-a.»
- No Haiti, em cada 1000 habitantes 15 morreram de pobreza ou das consequências da falta de higiene, declarou o ministro da Saúde daquele país.
- Cuba e a Colômbia restabeleceram relações diplomáticas. A Colômbia é o nono país latino-americano a restabelecer relações com Cuba, passando por cima das resoluções da OEA, impostas pelos Estados Unidos.
- Por «burla, agiotagem e abuso de poder» foram processados 15 administradores da Banca Privada Italiana, grupo controlado pelo multimilionário Michele Lindoma, que fugiu para os Estados Unidos. Os banqueiros italianos não são melhores do que os portugueses...
- A Islândia vai ampliar o limite das suas águas costeiras de 50 milhas para 200 milhas. A medida destina-se a proteger a riqueza pesqueira do país.
- Um grupo de soldados israelitas chegou aos Estados Unidos para frequentar um curso intensivo de 15 semanas. Vou aprender o manejo do míssil «Lance», uma das armas mais modernas do arsenal americano.
- Trabalhadores japoneses promoveram uma grande manifestação de protesto no Ministério do Trabalho, exigindo melhores condições de vida e garantias contra o desemprego. O número de desempregados no país é já superior a 1 milhão.
- Segundo a Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID), o actual regime chileno merece a confiança dos organismos internacionais de crédito. Não se percebe como poderá honrar essa confiança, a menos que a AID lhe conceda favores especiais. Só de juros e amortizações, a Junta Militar chilena terá este ano de pagar o equivalente a 18 milhões de contos. E o país está à beira da bancarrota.
- O excessivo consumo nos países industrializados é a grande doença da moderna sociedade industrial, declarou em entrevista ao semanário francês «L'Express» o presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez.
- A revista soviética «Problemas do Mundo e do Socialismo» analisa a actual crise económica do mundo capitalista e o aumento de tensões em várias áreas, para concluir que apesar da gravidade da situação há hoje dois factores históricos susceptíveis de evitar um novo conflito: a alteração do equilíbrio de forças, favorável ao campo socialista e «a consciência de classe do proletariado e a experiência política das massas populares» que podem opor-se à escalada fascista.
- «Se Cuba conseguiu superar o bloqueio americano e se a sua revolução continua a avançar em todas as frentes isso se deve principalmente ao facto de que nessas difíceis circunstâncias Cuba recebeu a ajuda da União Soviética», declarou em Havana o camarada Fidel Castro. Comentando as relações entre os dois países, acrescentou: «São mais positivas do que nunca e os cubanos estão muito felizes com elas.»
- Em resposta indirecta à campanha para «controlo da natalidade» desencadeada em toda a América Latina por organizações norte-americanas e por Robert Mc Namara, ex-secretário da Defesa dos EUA, o presidente Luis Echeverría, do México, declarou: «Somos contra qualquer forma de coacção que pretenda impor normas de conduta ou programas que se oponham aos nossos verdadeiros interesses. Rejeitamos todos os sistemas experimentais tendentes a converter os povos da região em laboratórios humanos ao serviço de novas formas de discriminação racial.» É oportuno recordar que elementos dos «Corpos da Paz» americano e de outras organizações esterilizaram milhares de mulheres, na Bolívia e no Brasil, de acordo com programas de «controlo da natalidade».
- Referindo-se à política dos EUA no Próximo Oriente, a «Pravda» declara: «O passo a passo visa antes a divisão dos países árabes a fim de obrigar este ou aquele país a habituar-se à anexação israelita.»
- Sessenta e cinco por cento dos americanos manifesta-se contra o «auxílio» militar americano ao estrangeiro, segundo uma sondagem feita nos EUA. O povo americano tem manifestado por diversas vezes a sua oposição à política militarista da Casa Branca, nomeadamente contra a sua criminoso intervenção contra o povo do Vietname.

## Os camponeses de Honduras lutam pela reforma agrária

O Governo e o Congresso dos Estados Unidos manifestaram de repente um grande interesse pela «sorte do povo de Honduras». Senadores e deputados que, há poucos meses, mal tinham conhecimento da existência da pequena República da América Central, gritam agora que a democracia «está em perigo» num «país irrisório».

A inquietação do imperialismo é compreensível. Honduras, pela primeira vez em muitos anos, tem um Governo democrático. A revolta popular — guerra estimulada por manobras da CIA, pelas grandes companhias bananeiras e pelas oligarquias rurais dos dois países — criou condições para um Governo diferente dos anteriores. Em Dezembro do ano passado, o presidente Cavallo Lopez, Arellano promulgou o famoso decreto número 8 que previa a expropriação dos latifúndios improdutivos e a sua transformação em cooperativas e pequenas e médias propriedades. Posteriormente, a 14 de Janeiro, entrou em vigor a Lei de Reforma Agrária que visa a transformar as arcaicas estruturas existentes no campo hondurenho.

É, portanto, natural a gritaria da reacção local e dos seus aliados americanos. As terras férteis de Honduras pertencem desde os tempos da conquista espanhola a um punhado de famílias. Um terço da área cultivável — a maioria do território é constituída por montanhas e selvas cobertas por densas florestas quase virgens — pertence a 667 latifundiários. Os outros dois terços estão distribuídos por cerca de 250 000 pequenos e médios agricultores.

Agrupadas na Federação Nacional dos Agricultores e Criadores de Honduras, os grandes agrários proclamaram desde o primeiro momento que o projecto da reforma agrária — que é muito moderado — era «comunista» e ameaçaram o Governo com uma greve geral nas suas plantações. A ameaça era, entretanto, gratuita, porque os trabalhadores não estavam dispostos a servirem de instrumento a manobras patronais contrárias aos seus interesses. Não houve greve alguma. A FENACH tratou, então, de conseguir o apoio da Associação Nacional dos Industriais e do Conselho Hondurenho da Indústria Privada. Essa trindade reaccionária iniciou uma série de pressões com o objectivo de impedir a aplicação da Lei de Reforma Agrária, combatendo também o Plano Nacional de Desenvolvimento.

A reacção sofreu nova derrota. O Governo acaba de nomear um progressista, o coronel Macondado Muñoz para a presidência do Instituto Nacional Agrícola, atribuindo ao cargo nível ministerial. Paralelamente, assiste-se a uma mobilização das massas camponesas, unidas sob a bandeira da Associação Nacional dos Camponeses de Honduras.

Como era de esperar, a embaixada americana, a CIA e as empresas monopolistas americanas que controlam produção e o comércio de frutas estão ao lado da FENACH — versão hondurenha da ALA portuguesa — no seu desafio reaccionário ao Governo e ao povo.

A Honduras é neste momento mais um país latino-americano no qual o imperialismo, acossado pelas massas, arranca a máscara para se apresentar ostensivamente como aliado da reacção. É mais um país onde Washington trama um golpe militar que coloque no Poder um Pinochet hondurenho.

## A crise no mundo capitalista

Catorze países capitalistas desenvolvidos geram mais de 85 por cento do produto bruto da área capitalista e controlam cerca de 75 por cento do comércio mundial. Esses mesmos países possuem a esmagadora maioria das reservas monetárias registadas no Fundo Monetário Internacional.

Entretanto prevê-se um agravamento da crise nos países da OCDE em 1975, onde a produção diminuirá de 1,5 por cento. Nos EUA a produção registará valores negativos de 3,5 por cento.

O mundo capitalista debate-se em plena crise económica, considerada a mais grave desde os anos 30. O Governo norte-americano admitiu que a taxa de desemprego pode atingir aproximadamente os 9 por cento. Na República Federal Alemã, as falências de pequenas e médias empresas atingem números recordes. Em 1974 tiveram que ser fechados 7722 pequenas fábricas, casas comerciais, empresas de serviços, com o seu corolário de mais algumas milhares de trabalhadores desempregados.

Em todas as grandes crises do capitalismo, os números que tomam proporções alarmantes são os do desemprego, da inflação, da falência de pequenas e médias empresas. Os monopólios, as multinacionais, não vêm os seus lucros afectados. Em 1973, as dez maiores multinacionais — General Motors, Standard Oil Exxon, Ford Motor, Royal Dutch Shell, Chrysler, General Electric, Texaco, Mobil Oil, Unilever, IBM — tiveram um total de lucros líquidos de 312,54 milhões de contos. A maioria destes potentados económicos — 39 das 50 maiores multinacionais — têm a sua sede nos Estados Unidos.

Os EUA tentam apresentar-se como vítima da justa luta dos povos explorados pelo capital monopolista em defesa das suas riquezas nacionais. Falam da crise de energia, ameaçam de guerra os países árabes. E entretanto sobem os lucros das suas companhias petrolíferas. Antes mesmo da subida do preço do petróleo, foram elevados os preços dos produtos derivados. Com 6 por cento da população mundial, os EUA consomem um terço de toda a energia, enquanto a América Latina, com 7,5 por cento da população mundial absorve menos de 6 por cento dessa energia.

As grandes crises, a anarquia na produção, as desigualdades gritantes no produto dos diversos países sujeitos à máquina capitalista, são inerentes ao próprio sistema. Um sistema que produz para o lucro, e não para corresponder às necessidades dos povos, ao melhoramento das condições de vida.

A luta dos povos contra o domínio das multinacionais, a luta das massas trabalhadoras contra a exploração, agudiza as contradições do mundo capitalista.

O imperialismo tenta lançar sobre as costas dos trabalhadores o peso da sua fome de lucros, as consequências das crises que são inerentes. Mas fá-lo cada vez com mais dificuldade.

Apesar das armas da mentira, da repressão, do silêncio, a realidade do mundo socialista sem crises, sem recessão, sem desemprego, sem inflação, impõe-se aos olhos das massas. Nos primeiros nove meses de 1974, a produção industrial nos países socialistas aumentou de 3,1 por cento, a produtividade 6,6 por cento. Foram ultrapassados os números previstos.

No mundo capitalista também é normal serem ultrapassadas as previsões feitas. Não são dos níveis da produção. Mas os do desemprego e da inflação.

## A Polícia de Franco invade igrejas

A Polícia de Franco proibiu um congresso religioso presidido pelo cardeal-arcebispo de Madrid, Vicente Enrique Tarancón, chefe político da Igreja Católica Espanhola. As forças de repressão cercaram a igreja em que se devia realizar o congresso para impedir que os participantes entrassem.

Entretanto, foi publicado um documento do Episcopado espanhol em que os bispos declaram que «apoiam uma evolução profunda das instituições», evolução essa que «deve garantir os direitos fundamentais de associação, de expressão e de reunião».

As massas católicas de Espanha e em particular alguns elementos do clero espanhol têm sido alvo da repressão do Governo de Franco, por tomadas de posição progressistas e em defesa dos interesses das massas trabalhadoras. Mas é a primeira vez que o governo fascista toma uma posição de ataque frontal à alta hierarquia da Igreja. A posição de força tem na sua raiz aspectos vários. Por um lado, esta atitude vem mostrar mais uma vez que nada mudou em Espanha. A repressão é a verdadeira face do fascismo. Perante a agudização dos seus problemas recorre a um endurecimento de posições.

Este confronto entre o Governo espanhol e a Igreja aponta também para outras questões. A alta hierarquia da Igreja espanhola, e em particular Vicente Enrique Tarancón, sempre teve uma política acomodaticia, se não de aberta conivência com o fascismo espanhol. Ainda que sectores da Igreja tenham lutado e lutem lado a lado com o povo espanhol, Franco subiu ao Poder com a bênção da Igreja Católica. Não houve sempre um apoio linear, há por vezes reacções tímidas como a tomada actualmente pelo Episcopado, mas, de uma forma geral, a cúpula da Igreja está ao lado do Governo franquista. Os choques verificados traduzem dificuldades internas dentro dos próprios órgãos do Poder e talvez uma tentativa da hierarquia católica de se apresentar como não identificada com o regime franquista.

Por significativos que estes choques possam ser da evolução da situação política em Espanha é, a luta do povo espanhol — luta sistemática e imparável — que marca de facto o seu curso. A luta popular e a repressão a essa luta são uma constante no dia-a-dia da Espanha franquista.

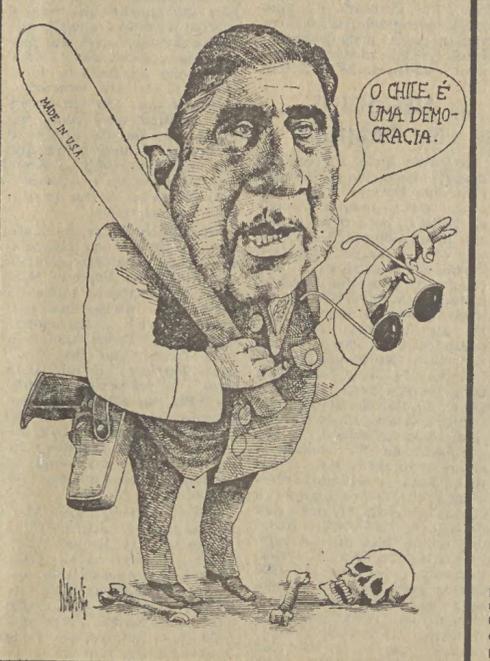
A Faculdade de Ciências Económicas da Universidade de Barcelona foi invadida pela Polícia. Ficaram feridos vários estudantes e um professor. Em Bilbao, a Polícia carregou à bastonada sobre uma manifestação de mais de mil trabalhadores despedidos. Muitos feridos. Dezenas de prisões. Operários de Navarra, foram condenados por um tribunal de Madrid por terem participado numa manifestação em Setembro de 1971. O pintor Agustín Ibarrola foi preso. Entretanto, operários da empresa Vers S. A. encerraram-se na sede dos sindicatos

oficiais em Málaga, como protesto contra a aprovação pela Direcção-Geral do Trabalho da situação de desemprego de facto em que se viram colocados pela administração da empresa. O Estado franquista defende os interesses dos seus senhores — os donos do capital.

A Espanha de Franco sente os seus alicerces pouco sólidos. Por isso endurece posições. A luta das massas populares saberá dar-lhe o golpe de misericórdia.

## O conceito de democracia segundo Pinochet

A Junta Militar fascista que oprime e desgoverna o Chile prorrogou por mais um semestre o estado de sítio imposto ao país em Setembro de 1973, logo após o assassinio de Allende. Pinochet e os seus comparsas começam, contudo, a enfrentar dificuldades inesperadas na própria área militar. A morte do general Hector Bonilla, que ocupava o Ministério da Defesa, criou à Junta o problema da escolha do seu sucessor. Acabou por ser designado para o cargo o general Herman Brady, mas essa decisão desagradou à ala ultradireitista das Forças Armadas. Brady, embora tenha participado na preparação do sangrento golpe de Estado de 73, foi



um dos poucos generais chilenos que na fase final da Unidade Popular fez declarações favoráveis à política do Governo, especialmente durante o «lock-out» dos camionistas, montado pela reacção e financiado pela CIA. Seria uma ilusão esperar desse general traidor qualquer atitude de desafio a Pinochet & Cia, mas a sua escolha parece, de qualquer forma, reflectir a existência de contradições crescentes no seio das Forças Armadas.

Enquanto aparecem os primeiros sinais de falta de unidade na cúpula militar fascista, Pinochet intensifica, no campo económico, a sua política de tração nacional. A Companhia Minera del Oro, filial de um monopólio americano, acaba de receber a primeira parcela de uma «indenização» de 1475 mil contos prometida pela Junta. No total, o governo fascista oferecerá aos monopólios mineiros cujas empresas foram nacionalizadas pela Unidade Popular 6,6 milhões de contos. Isso numa altura em que milhões de chilenos passam fome.

A Junta perdeu a tal ponto a vergonha e a noção do ridículo que no momento em que os órgãos de Informação de Santiago, com destaque para «El Mercurio», choram a derrota da intenção fascista em Portugal e lamentam que Salazar e Castano não tenham realizado uma repressão mais eficaz contra o PCP, Pinochet proclama que o Chile é hoje uma democracia quase modelar.

Quase simultaneamente, um chileno denunciava em Bogotá, na Colômbia, durante uma conferência de solidariedade das universidades latino-americanas com o Chile, os crimes cometidos pelos estúdios da Junta no campo de concentração de Hacinamiento e num navio também transformado em campo de concentração. Nesse barco — revelou — 9 pessoas foram mortas, das quais 3 num só dia. O professor Luis Sanguinetti foi atirado ao mar. Em Hacinamiento os choques eléctricos eram a tortura de rotina e a suspensão dos prisioneiros pelos pulsos ou pelos tornozelos (ou por ambos) era muito frequente. Alguns dos patriotas ali encarcerados foram lançados para um píteo, de uma altura de 20 metros.

São imagens do Chile, do conceito de democracia dos Pinochet.

## O imperialismo sofre novas derrotas no Sudeste asiático

A reacção que, com o apoio do imperialismo americano, tem ensanguentado as terras do Camboja e do Vietname do Sul está a sofrer sérias derrotas. As cidades de Ban Me Thuot, Buon Ho e Dan Tieng (perto de Saigão) foram conquistadas pelas forças do Governo Revolucionário Provisório do Vietname do Sul. O governo fantoche de Van Thieu evocou todos os homens e material do seu quartel-general em Pleiku, o que aconteceu pela primeira vez na longa guerra do Vietname. O aeroporto de Phnom Penh está sob o fogo das forças patrióticas do Camboja. O posto estratégico de Tuol Leap, a 10 quilómetros do aeroporto da capital cambojana, foi isolado.

O desmoralizado governo de Saigão ordenou uma mobilização à escala nacional. Lon Nol, o presidente títere do Camboja, esforça-se por conseguir de Washington mais dólares para manter por mais algum tempo o seu regime condenado.

Os esforços do imperialismo americano para manter o seu domínio no Camboja e no Vietname do Sul, através de governos fantoches, tem sofrido duros golpes. Os EUA sentem a situação escapar-lhes das mãos. O Senado norte-americano acaba de votar esmagadoramente contra a proposta de Ford de concessão de 5550 milhões de escudos ao governo de Lon Nol. Nem sequer foi aceite uma proposta de compromisso que reduzia essa soma para cerca de 2000 contos. O que prova que nos próprios órgãos de poder dos Estados Unidos se duvida da possibilidade de uma saída para o governo fantoche de Van Thieu. Por ironia, Lon Nol pede o auxílio militar americano em nome da paz. O Parlamento cambojano dirige ao Congresso americano «um apelo premente para que examine com benevolência a questão da ajuda suplementar à República Khmer» e acrescenta «estamos absolutamente convencidos de que este auxílio aumentará as probabilidades de paz». Será que Lon Nol comete o erro de cálculo político de admitir uma «paz» assente num esmagamento militar das forças patrióticas? Ou trata-se de palavras ditadas pelo desespero da derrota? De qualquer forma não é um raciocínio novo. Estamos habituados a ouvir o imperialismo falar na necessidade de se armar mais e melhor, para que seja preservada a paz no mundo.

A violência erigida em método sistemático de acção política é uma das armas das forças do capital. No Vietname do Sul, o governo de Saigão violou o cessar-fogo cerca de 10 000 vezes nos primeiros 10 dias de Março. Verificaram-se 8147 vagas da polícia, 635 bombardeamentos e 714 ataques aéreos e voos de reconhecimento. Os conselheiros militares americanos, cuja presença no Vietname do Sul ficou expressamente proibida pelos acordos de paz assinados em Janeiro de 1973, mantêm-se, de facto, sob as mais variadas máscaras.

No Camboja, os EUA são o grande pilar da manutenção da guerra. Pelos tratados assinados em Agosto de 73, os bombardeiros norte-americanos não podem espalhar a morte pelas terras do Camboja. Mas é com o dinheiro da Casa Branca que Lon Nol resiste às forças democráticas.

A despeito da violação sistemática dos acordos, a despeito de todas as máscaras utilizadas para lhes fugir, a reacção está a ser batida nesta zona nevrálgica da Ásia. Será mais uma derrota para o imperialismo e para o neocolonialismo. Os povos do Camboja e do Vietname do Sul saberão conquistar para as suas terras a paz. A verdadeira paz.

## A diplomacia de Kissinger fracassa no Médio Oriente

Entre Israel e o Egipto, Kissinger dança na corda bamba. É a décima primeira vez que o representante dos EUA se desloca ao Médio Oriente para tentar a negociação de um impossível acordo em que os interesses de Washington fiquem devidamente acautelados. O Gabinete israelita recusou-se a sancionar a retirada das suas tropas de ocupação para além dos trinta e cinco quilómetros previamente ajustados, em troca da exigência de concessões políticas do Egipto. O chefe de Estado-Maior israelita, Mordechai Gur, ameaça com um recomeço da luta na frente Norte.

A missão de Kissinger no Médio Oriente está a tornar-se complexa. Já não se trata de simples digressões diplomáticas, de banquetes em Pequim com ninhos de andorinha, para abrir caminho a visitas de Nixon à China. As manobras políticas dos EUA no Médio Oriente estão cada vez mais desacreditadas. Os esforços de Washington para jogar na divisão das forças árabes, que abriria campo a negociações parcelares, arredando da luta unida dos povos árabes os que manifestassem mais exaltações, têm fracassado. Não é só no campo militar e nos meandros da política diplomática que isso se tem verificado. O reforço da posição das forças progressistas árabes tem permitido que também no campo económico — decisivo — diversos países árabes estejam a proceder à nacionalização dos poços de petróleo.

A utilização da arma da sua principal riqueza natural — o petróleo — contra os países que apoiam Israel e contra os regimes coloniais e racistas, foi particularmente importante e expulso a intenção dos povos árabes de se manterem unidos contra o agressor comum.

Kissinger tenta aparecer aos olhos do Mundo com a expressão simpática de um arauto da paz. Mas a sua máscara já está demasiado estafada. Sem o apoio diplomático, político, militar e económico dos EUA, Israel não só já teria há muito retirado dos territórios que conquistou pelas armas como nem sequer teria podido emprender a sua ocupação. Israel tem a audácia de pretender exigir do Egipto «garantias de paz», garantias de que não tentará agredir o seu território. Quem desconhecesse a sequência dos factos seria levado a pensar que foi o Egipto o invasor, que são de Israel os territórios ocupados!

O que está em causa, de facto, é o domínio do imperialismo americano nesta zona. O que está em causa é a bancarrota do neocolonialismo e a sua persistência, é a posse do ouro negro. O que está em causa é a luta dos povos árabes pela livre utilização das suas riquezas, que têm vindo a encher os cofres das multinacionais.

Kissinger diz palavras de paz, mas da Casa Branca vêm ameaças de guerra, ainda que desmentidas à pressa. As suas tentativas de levar avante uma política de ramendos, de tentar manter, assim, mascarada, uma situação de dominação de facto, não conduzirá a qualquer resultado.

A verdadeira solução para a difícil situação criada pela agressão sionista, passa por negociações para a paz com a presença de todos os interessados, passa pela retirada de Israel de todos os territórios ocupados, pela solução do problema dos povos da Palestina. Esta a justa posição que tem vindo a ser defendida pela URSS e outros países socialistas, por todas as forças progressistas e amantes da paz.

## A África exige a libertação de Sithole

Ndebaningul Sithole, o mais destacado dirigente do Zanu, foi preso pelo governo fantoche da Rodésia. Os apelos para a sua libertação foram rejeitados. A Comissão de Libertação da Organização de Unidade Africana, OUA, protestou também contra a sua prisão. «Procurase confundir e dividir o povo do Zimbábue — afirma num comunicado — retardando portanto o acesso ao Poder da maioria negra.» Smith mantém-se surdo face aos protestos internacionais.

Entretanto, o general Peter Walls, comandante do Exército rodésiano, reconhece o recrudescimento da actividade dos patriotas de Zimbábue pela libertação do seu país da dominação neocolonialista branca, afirmando que «houve aumento considerável das actividades terroristas e de incidentes, demasiado numerosos para serem mencionados (emboscadas, minas, assassinios e intimidações) desde o começo de Janeiro».

Os governos de minoria branca da África do Sul e da Rodésia, que a coberto duma pretensa independência mantêm nestes dois países a mais feroz exploração da população africana, vêm com profunda preocupação a evolução da situação política em África. Perdaram, com o 25 de Abril, um importante aliado — o governo fascista e colonialista português. Acabaram as negociações, o mútuo apoio militar, a mão-de-obra escrava que as terras sob dominação colonial portuguesa forneciam para as suas minas, os apoios próximos para perseguição dos patriotas. Smith e Vorster, vêem-se obrigados a manobrar. Na Rodésia, o Governo fala de um entendimento com os patriotas, mas volta a prender Sithole, que se tinha visto obrigado a libertar em Dezembro. Na África do Sul, é libertado o camarada Bram Fischer, dirigente do Partido Comunista Sul-Africano, preso desde 1966 e condenado a prisão perpétua. Mas é libertado gravemente doente. É libertado talvez para morrer, após intensa campanha desenvolvida pela sua família. Mantém-se a vergonhosa segregação racial. Uma única escola abre as suas portas a meia dúzia de crianças africanas. A multiplicidade de Durban permite que as salas de espectáculo não sejam monopólio exclusivo dos brancos. Factos dispersos e insignificantes. Que pelas suas próprias ridículas dimensões são mais uma acusação à monstruosidade do «apartheid». Mas fase-se de factos como este como de uma abertura.

A verdadeira face dos regimes da Rodésia e da África do Sul é a exploração da população africana, a sua privação dos mais elementares direitos humanos.

Pouco depois da libertação dos dirigentes nacionalistas da Rodésia, Smith afirmou que enquanto fosse vivo não haveria governo de maioria negra. Essa a verdadeira face dos governos racistas de África. Smith mostra-se muito seguro. Mas a sua política sinuosa, o reforço da luta dos patriotas, aponta para uma realidade diferente.

A luta dos povos da África do Sul e da Rodésia varrerá do continente africano a vergonha do «apartheid», a drobrada exploração dos povos africanos que lhe está intimamente ligada.

## O povo dominicano denuncia a «ajuda» da AID

Durante uma conferência de Imprensa realizada na capital da Costa Rica, dirigentes do Partido Revolucionário Dominicano fizeram graves denúncias sobre a situação política e económica na República Dominicana. Esses dirigentes políticos, entre os quais figuram Manuel Jimenez Rodríguez, ex-presidente da Câmara Municipal de São Domingo, revelaram concretamente factos relacionados com a entrega ilegal pelo Governo de Joaquim Balaguer à Western and Gulf de uma área de cerca de 16 000 km2 no Leste do país. Essa empresa monopolista já controla mais de 80 empresas dominicanas e beneficia de privilégios incompatíveis com a soberania nacional. Jimenez e os seus companheiros informaram também actividades escandalosas da Aluminium Company of America (Alcoa), um dos monopólios da bauxite, da Falcon Brig e da Rosario Mining Corporation.

Os dirigentes do PRD apresentaram provas de que a repressão na República Dominicana está a ser organizada e financiada através do Military Assesory Group (MAAG) e dos programas de ajuda da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID).

Na República Dominicana, como se verifica, as coisas vão de mal a pior. A verdade torna-se conhecida apesar do esforço da Imprensa americana para apresentar o Governo de Balaguer como representativo e democrático. Desde que Balaguer assumiu a presidência em 1966 mais de 1000 pessoas foram assassinadas pelas forças da repressão. O «democrata» Balaguer é um continuador do general Trujillo de quem, aliás, foi um íntimo colaborador. Os liberais e social-democratas que o rodeiam e acumulam fortunas colossais em negociações com os monopólios americanos são, quase todos, políticos comprometidos com a ditadura de Trujillo. Os partidos têm nomes novos, mas os homens são os mesmos, inimigos do povo, instrumentos da política das grandes empresas estrangeiras. Balaguer não perde uma oportunidade para elogiar os benefícios da «ajuda generosa» da AID. Mas os factos demonstram que a tão discutida Agência Internacional para o Desenvolvimento — que age em colaboração com os imperialistas militares do MAAG — se preocupa sobretudo com a infiltração ideológica no meio universitário e com o financiamento da repressão. Os monopólios americanos acumulam lucros fabulosos enquanto a situação dos trabalhadores dominicanos se agrava de dia para dia. O nível de vida das massas populares é hoje inferior ao de 1965, ano da agressão militar americana. No país há meio milhão de desempregados, quase um sétimo da população total. O Governo «democrático» e «desenvolvementista» de Balaguer contraiu uma dívida externa equivalente a 20 milhões de contos. O custo de vida subiu, em 1974, cerca de 37 por cento, sem que os salários tivessem sido aumentados em proporção comparável.

O grupo de dirigentes do PRD visitará sucessivamente o Panamá, a Colômbia, o Peru, a Venezuela e Porto Rico a fim de expor a situação criada pelo regime de Balaguer, denunciar as manobras da AID e do MAAG e pedir a solidariedade das forças progressistas latino-americanas para a luta do povo dominicano.

Bancários: espírito de classe ao serviço da Revolução

DENUNCIADA A SABOTAGEM ECONÓMICA DOS BANCOS E A SUA LIGAÇÃO AOS PARTIDOS MAIS REACCIÓNARIOS

Neste momento cerca de 30 instituições bancárias são pertença do povo. O povo tem os olhos postos em nós — palavras de Anselmo Dias, presidente da direcção do Sindicato dos Bancários, na assembleia geral extraordinária daquele sindicato, realizada no Pavilhão dos Desportos. Várias e importantes revelações foram feitas durante a assembleia, que reuniu cerca de três mil trabalhadores e a que estiveram presentes, durante um breve período de tempo, o ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, e os secretários de Estado daquela pasta, dr. Carlos Carvahães, e do Emprego, eng. Balseiro Fragata, convidados a assistir pela direcção do sindicato.

A denúncia das ligações existentes entre as administrações da banca privada e as forças reacçãoárias atingiram o auge aquando da leitura de extractos do Relatório do Banco Espírito Santo, comunicado ao Governo, em Fevereiro, pela Comissão de Delegados do BESCL, acompanhados de uma nota em que se lê:

Para além dos factos já adiantados ao longo do relatório, devemos referir que se assiste no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa a uma prática de gestão de crédito que beneficia, em primeiro lugar, a família Espírito Santo, as empresas do Grupo, os amigos da família, as multinacionais e outras grandes empresas.

SABOTAGEM ECONÓMICA NA BANCA PRIVADA

Durante a sua intervenção, Anselmo Dias começou por chamar a atenção para o encerramento da banca, sob controlo sindical no dia 11, salientando que a vigilância exercida pelos bancários tanto após o 25 de Abril como agora, no 11 de Março, visava «impedir actos de sabotagem, fuga de valores e corridas dramáticas aos bancos, que mais não serviriam do que para desequilibrar a economia nacional.» «E continuou, afirmando:

«Conscientes de que a sabotagem económica não é uma mera ficção mas um acto contra-revolucionário, agiram com a rapidez necessária e com a eficácia possível, certos de que, assim, dariam o seu contributo para o fortalecimento do processo democrático.»

Em seguida, Anselmo Dias apontou os vários esquemas em que assentava a referida sabotagem: sonegação de lucros através de contas transitórias, de provisões, de amortizações e «sacos azuis» — de liberado meio de fugir ao pagamento de impostos; transferência fraudulenta de divisas para o estrangeiro; transferência de divisas através do «saco azul»; tentativas de transformar o Banco Pinto e Sotto Mayor, em França, num banco autónomo e completamente separado de Portugal, visando impedir a remessa de divisas de emigrantes e outros; retenção nos bancos estrangeiros dessas divisas; concessão de financiamento de grandes montantes a grupos associados, etc.; «sem querer referir as graves sabotagens existentes nos grupos Borges, Fonseca, BIP e Predilha», o presidente do sindicato acrescentou haver «conhecimento de investimentos do Espírito Santo para a intenção revolucionária do 28 de Setembro».

BANQUEIROS FINANCIAM PARTIDOS DE DIREITA

Falando em nome da Comissão de Delegados do Banco Espírito Santo, interveio, seguidamente, José Carvalho Antunes, que após salientarem o facto de os trabalhadores estarem em condições de substituírem os capitalistas na gestão dos bancos, apresentou um extenso relatório sobre as anomalias, fraudes e desvirtuamentos praticados pelas administrações de vários bancos, após o 25 de Abril. Referindo-se ao caso concreto do BESCL, José Antunes começou por dizer que «com a intenção do 28 de Setembro — a que a reacção pretendia chamar de inventona — o BESCL despendeu largos milhares de contos», afirmando em seguida que «com a nacionalização da banca dá-se um passo decisivo no caminho de uma sociedade socialista.»

E prosseguiu, revelando como a banca privada se presta «às mil maravilhas» para as manobras reacçãoárias:

A estratégia que conseguimos observar consistia em sacar, rapidamente, vultosos

capitais do Banco Central que, através dos bancos comerciais, eram canalizados para as empresas do grupo económico de que o banco é cabeça e para as mãos de membros das famílias que dominam cada um dos bancos ou de amigos dessas famílias.

Assistimos ao pôr em circulação mais 41 milhões de contos de pagamento, por parte do Banco de Portugal, fundamentalmente através do redesconto. As responsabilidades da banca comercial, perante o Banco de Portugal, eram, em 25 de Abril, de 9 milhões de contos. Elas elevaram-se a 50 milhões de contos. Foram, assim, postos à disposição da mesma banca mais 41 milhões de contos. Se tivessem sido devidamente canalizados ao serviço da economia portuguesa, ao serviço das massas trabalhadoras deste País, em investimentos que podemos calcular na base dos 250 contos por posto de trabalho, portanto investimentos de certa intensidade capitalista, ter-se-iam conseguido, a partir do 25 de Abril, mais 164 mil postos de trabalho. E o que verificámos é que os postos de trabalho diminuíram em cerca de duas centenas de milhares.

Quer isto dizer que os capitalistas deste País não só impediram que os capitais liberalmente postos à sua disposição fossem canalizados para o investimento, como ainda desinvestiram. Seguiram um verdadeiro processo de sabotagem à nossa economia e isto é um crime extremamente grave.

Comentando o relatório que apresentaram, José Carvahães Antunes principiou por referir o processo do Partido do Progresso, em que são intervenientes José Augusto Carneiro da Costa Deitado, empregado do Banco Borges & Irmão, Maria Helena Gomes Cipriano, Joaquim Gomes Ramos, Luís Semedo Fernandes de Sá Cunha, Vitor Manuel Figueira Martins, Pedro Roquette e Ferreira de Carvalho, «e ainda interveniente neste processo o administrador, José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, que fez o financiamento ao Partido do Progresso através de José Augusto Carneiro da Costa Deitado. Este processo apresenta-nos várias ligações com outros indivíduos, através do pagamento de cheques, como sejam Francisco Manuel Barbosa da Cunha, Consultores Rio Atlântico, Tipografia Mirandela, Rafael Torres, Ilídio da Costa Pereira, Domingos



Eugénio Ramos e José Magalhães Figueiredo. E haverá outras ligações que convém investigar.

AJUDAS AO PARTIDO DO PROGRESSO

A conta de José Augusto Carneiro da Costa Deitado, que seria o presidente da Comissão de Informação do Partido do Progresso, foi aberta em 2 de Setembro, na sede do Banco Espírito Santo, com um saldo devedor de 10500 — custo de dois livros de cheques. «Os únicos movimentos de créditos que apresentam são provenientes de dois financiamentos de 750 contos cada, feitos, respectivamente, nos dias 6 de Setembro e 3 de Outubro de 1974. Mostra claramente tratar-se de uma conta para funcionar exclusivamente para a concessão de crédito. Os titulares nunca fizeram qualquer depósito, limitando-se a passar cheques, muitos deles sem cobertura. A 3 de Outubro de 1974, a

conta apresenta, autorizada ainda pelo administrador José Manuel Espírito Santo, um saldo devedor de 113 contos, que, com o financiamento de 1500 contos, eleva para mais de 1600 contos a saída de fundos do BESCL para o 28 de Setembro, só através deste núcleo de conjurados.

Na primeira proposta de financiamento, a morada que encontramos referente ao sr. José Augusto Carneiro da Costa Deitado, é a morada do Partido do Progresso, na Avenida Infante Santo. Conseguimos detectar cheques que, no caso, por exemplo, da Tipografia Mirandela, se destinam a pagar propaganda da «maioria silenciosa» para a manifestação do 28 de Setembro.

NEGÓCIOS EM FAMÍLIA

Jorge de Melo e Faro Maldonado Passanha e Manuel Henrique Bacelar Sousa Machado abriram conta na sede do BESCL, com o n.º 61066, em 25 de Setembro de 1974, três dias antes da intenção. Foram apresentados pelo presidente do Conselho de Administração, Manuel Ricardo Pinheiro Espírito Santo Silva. No dia da abertura foram passados dois cheques sem cobertura, totalizando 325 contos. No dia 27, é feita uma transferência para o Porto a favor de Carlos Bettencourt (conta colectiva n.º 44375), na filial daquela cidade, na importância de 750 contos. A conta continuava sem cobertura. Foram passados mais alguns cheques, atingindo a conta, nesse dia 27, um saldo devedor de 1208 contos. Neste dia, foi-lhe feito um financiamento líquido de 1371 contos, portanto, penso que são 1500 contos para cobrir o «descoberto» em conta. O último movimento que registámos, nesta conta, é um cheque apresentado pelo Totta, no valor de 188 contos. A conta apresenta, nesta data, o saldo devedor de 24 contos.

Estamos perante uma das várias contas que, com a connivência da administração do BESCL, abriram com saldo devedor, tendo sido feitos, posteriormente, financiamentos para cobrir esses saldos. A conta não apresenta qualquer movimento de crédito, além do financiamento. Utilização dos fundos: transferência de 750 contos a favor de Carlos Bettencourt, dirigente do Partido do Progresso no Porto, para a organização da manifestação da «maioria silenciosa». O Carlos Bettencourt abriu conta, no Porto, com Artur Armando Camarate dos Santos e com Silvino de Castro Moreira. Abriam conta na nossa filial no dia 19-9-74. É significativo que esta conta — e ela mostra bem a connivência da administração no golpe do 28 de Setembro — foi aberta ao Carlos Bettencourt, no Porto, com uma transferência de 750 contos, com uma ordem telefónica emanada da sede. No dia 23 segue um «telex» a con-

tificados. É bem possível que, por esse motivo, o tenente-coronel não se queira ter implicado no movimento bancário, de maneira que é corrigido o nome do ordenante e passa para o Maldonado Passanha. Muito significativo é, também, que a conta abre no Porto com uma transferência telefónica de 750 contos e não aparece no Banco Espírito Santo nenhum débito referente a esta transferência telefónica. Estes 750 contos só são debitados no dia 27 na sede, numa conta que abre no dia 26. E isto que mostra a toda a evidência como é que eles estão enterrados, até ao presente, na organização da «manifestação da maioria silenciosa». E que nós, bancários, sabemos que não era possível creditar uma conta no Porto no dia 19, saindo o dinheiro de uma conta que não existia. A conta só existe sete dias depois e o respectivo débito só ao fim de oito dias se concretiza.»

«O Banco Espírito Santo não se limitou ao financiamento da «maioria silenciosa». O Banco Espírito Santo terá financiado todos os partidos de direita que têm aparecido na cena política deste País. Começou pelo Partido do Progresso, pelo Partido Liberal, pelo CDS e já vai neste momento no PPD. As afirmações que fazemos aqui em público são todas documentadas com fotocópia de documentos, documentos esses que serão, se necessário, amplamente divulgados.

Um caso: Pedro Luis Marçal ou Jorge Manuel da Silva (conta n.º 24331 na sede). Trata-se de uma conta suspeita pelos seguintes motivos: a correspondência fica no banco, não se verificando nem identificação, nem morada dos titulares. Na ficha de assinatura não há qualquer elemento identificativo de quem são estas duas personagens. As assinaturas foram abonadas pelo presidente do conselho de administração, Manuel Ricardo Espírito Santo. A conta abriu com um saldo devedor de 20500, custo de dois livros de cheques, em 23 de Agosto de 1974. Em 27, foi feito um financiamento de 5000 contos. Foram passados, imediatamente, cheques depois depositados no Banco Pinto & Sotto Mayor na conta n.º 65930 em nome da Associação Cívica Centro Democrático Social — CDS. O financiamento de 5000 contos foi reformado em 29/12/74 por um novo aceite bancário de 5500 contos. Todos os cheques são assinados por Jorge Manuel da Silva. Um director do banco chama-se Jorge Manuel Espírito Santo Silva, ex-FAC — e comandante de lanças da Legião Portuguesa.

No dia 5 de Novembro de 1974, logo a seguir ao assalto ao CDS, foi comunicado o extrativo dos cheques das seguintes importâncias: n.º 175342 — 192 contos; n.º 175343 — 42 000\$00; n.º 175344 — 85 000\$00. Vários cheques foram visados pelo presidente do conselho de administração, o que é anormal e leva a supor que o mesmo estará implicado, ou alguém a ele muito ligado, no financiamento ao CDS.

«A conta do Ultramarino está aberta em nome de uns quantos indivíduos ligados ao CDS. Um deles é Carlos Manuel M. S. Brás Santos, ex-empregado do Grã-Parré. Outros bancos citados: Pinto de Magalhães, Fonseca & Burnay, Pinto & Sotto Mayor.

«Também sai dinheiro para o PDC», acrescentou, antes de citar casos em que interveio Manuel João Pinheiro Ramos de Magalhães («empregado do Banco Espírito Santo, que pertence à Comissão Organizadora da manifestação da «maioria silenciosa» e desapareceu do banco após o 28 de Setembro»). Era titular de uma conta que apresenta um saldo devedor de 300 contos, autorizado pelo director José Manuel Espírito Santo. Pediu a demissão do banco a partir de 14 de Outubro de 1974. Contudo, o BESCL creditou-lhe, em 28 de Novembro de 1974, 36 369\$70 referentes ao vencimento de Novembro. Freqüentador do Frango Real, em Cascais, conhecido pouco de fascistas, onde deve ter estado no dia 28 de Setembro de 1974, da-

de um cheque sem cobertura de 225 contos. O depósito fez-se, na conta da «Soapl», de que é sócio «um tal senhor Feltor Pinto».

E TAMBÉM O PPD... «Agora, os casos de José S. Almeida e Manuel Arrochela. Quando estes indivíduos abrem conta, é muito difícil saber quem são, e, é tão difícil que o próprio director que visou as assinaturas até disse que não conhecia o titular da conta.»

«Na sequência do relatório que nos entregámos ao delegado do Banco de Portugal junto do BESCL, pedimos respostas para determinados financiamentos. Como as respostas do delegado do Banco de Portugal junto do BESCL não fossem satisfatórias, exigimos que a própria administração nos desse conta de determinados actos. Para essa reunião foram convocados os directores intervenientes. Ao interrogarmos o dr. Roquette, que abriu uma «facilidade», em conta, de 6000 contos aqueles dois senhores, o dr. Roquette afirmou: «O sr. Manuel Arrochela sei muito bem quem é (e nós também lá sabemos): é o sr. Manuel Alegria, do PPD. (Era, parece que depois saiu do PPD.)» Portanto, o sr. Manuel Arrochela, de seu nome completo é Manuel Arrochela Malheiro Alegria. E o sr. José S. Almeida, também já sabemos quem é. De seu nome completo é José Manuel Rodrigues Simões de Almeida, filho do administrador do Totta, Simões de Almeida, e director da Lisnave, também do PPD. O dr. Roquette diz que o sr. Manuel Arrochela foi lá pedir uma «facilidade» em conta de 6000 contos para despesas feitas com a doença do sogro. Ora o que acontece é que, da família, quem tinha dinheiro era o sogro e o sogro não precisava de ele pedir dinheiro emprestado para a doença dele. Isto parece que tem graça, mas não tem graça nenhuma, porque o dinheiro saiu para financiamento aos partidos políticos e depois quando é preciso dinheiro para as pequenas e médias empresas não há dinheiro, não há liquidez.

«Portanto, os dois senhores abriram conta na sede (com o n.º 60580), em 23 de Julho de 1974. A conta não regista qualquer movimento a crédito, apresentando neste momento um saldo negativo superior a 5800 contos. Pelo cartão de informações do banco sabe-se que o sr. Manuel Arrochela tem uma quota na Serfe, de 180 contos, e ganha 30 contos por mês, não tendo portanto condições para solventar um compromisso de tão grande importância. Por outro lado, não tinha saldos que justificassem o financiamento. Pelos cheques, conhecemos a natureza política da

aplicação dos fundos, que é a seguinte, daqueles que nós detectámos: s o n d a g e n s da opinião pública e publicidade, 37 contos; automóveis, 308 contos; Imprensa, 6 contos; viagens, 25 contos; material de propaganda, 290 contos; serviços de cobrança, 297 contos; pagamento de cheque do PPD, 250 contos. Há que investigar, portanto, os restantes montantes. Nós não tivemos oportunidade. Sabemos que este sr. José Manuel Rodrigues Simões de Almeida também tem uma conta no Totta. Talvez fosse bom ver se, no Totta, também há facilidades para este senhor. Possivelmente não será só o Espírito Santo e o Totta, possivelmente será uma associação de banqueiros com uma quota de seis mil contos cada um.

«Nos temos nos estado a rir, temos estado a achar uma certa graça, mas o que é ver-

mentos de carácter político, foi, a partir do 16 de Março, uma tentativa de colocar rapidamente nas mãos da família Espírito Santo, e das empresas do grupo, umas centenas de milhares de contos, dos quais nós suspeitamos que talvez já cá não parem grande parte. Num apanhado muito breve que fizemos, só numa repescagem de algumas contas devedoras da família Espírito Santo, elevava-se na altura o saldo devedor dessa família a 231 mil contos. Isso apenas de algumas contas que conseguimos apanhar. Estes números têm de ser entendidos como uma amostragem, uma amostragem que não corresponde efectivamente à realidade. A realidade está muito mais empolada. Todos os elementos da família Espírito Santo dispõem de contas devedoras de dezenas de milhares de contos ao Banco Espírito Santo. Além disso nota-se nas empresas do grupo um endividamento excessivo para com o banco. Vou referir, apenas, um exemplo flagrante disso. Da Sociedade Central de Cervejas, submetida neste momento a um inquérito, as suas responsabilidades totais para com o banco elevam-se ou ultrapassam já os 700 mil contos. Por outro lado, esta empresa fez largas participações financeiras no exterior e vários investimentos no estrangeiro aos quais dava uns nomes de código. Chamava aos investimentos no Brasil, Operação Brasil, e fazia operações «Brasil» na Alemanha e noutros pontos. O que acontece é que dos largos investimentos que a empresa tem feito no estrangeiro não têm aparecido na empresa lucros destes inves-

tiamentos. Portanto, o grupo monopolista, a nível mundial, vai colocar onde quer os lucros e vai fazer os seus investimentos onde tenha maior garantia. O que nós suspeitamos que acontece com a Sociedade Central de Cervejas e serve de paradigma para todo o grupo é terem-se feito financiamentos a empresas que o grupo Espírito Santo deve dominar em conjunto com o Grupo Rockefeller, ao qual aparece bastante interligado.

«Vejam os Interunido, em Angola, e o Libra Bank, isto para citar só dois exemplos de bancos onde aparece o Banco Espírito Santo e o Chase Manhattan Bank, de Rockefeller. Portanto, o Banco Espírito Santo, canalizando largas centenas de milhares de contos para as suas empresas, e essas empresas canalizando centenas de milhares de contos para o estrangeiro, vai conseguir colocar dinheiro em firmas que, através de outros investimentos, já domina no exterior. E estou convencido que, quando eles forem obrigados a sair do País, irão lá colher os louros da «tarefa brilhante» que têm estado a desempenhar.

Portanto, parece que os trabalhadores deste País têm muitas contas a pedir aos banqueiros que têm estado a canalizar os capitais da nossa economia para o estrangeiro. Parece que, se eles tiverem que se ir embora, não o podem fazer sem que o dinheiro venha primeiro.»

AVANÇAR PARA O SOCIALISMO

No decorrer desta importante assembleia dos bancários a nota dominante foi a unanimidade com que os trabalhadores apontaram a necessidade de caminhar para o socialismo «que não se constrói unicamente nacionalizando». Como disse um trabalhador do Totta & Acores, «há que avançar decididamente para a sociedade que os trabalhadores querem, para a sociedade socialista, tencionada de avançar, para a nacionalização de todos os sectores da economia».

A firme decisão dos bancários em prestar o seu valioso contributo à concretização do velho sonho — a banca ao serviço do povo — ficou igualmente bem expressa na manifestação de apoio à decisão do Conselho de Revolução de nacionalizar a banca privada.

Também o povo português soube, uma vez mais, responder à confiança do MFA, não se deixando ludibriar por especulações reacçãoárias, por falsos alarmes, e tem corrido aos bancos, depositando o seu dinheiro, inofensível prova da confiança popular na justiça do caminho da Revolução que tão dificilmente construímos.

O movimento bancário do passado — a ba da o, esperado com grande ansiedade, serviu de barómetro. O resultado ultrapassou todas as expectativas, a resposta popular foi inequívoca. Só no Porto, os depósitos efectuados ultrapassaram o dobro dos levantamentos! Mas também o ambiente que se vive nos bancos é digno de assinalar: há alegria, solicitude e, porque não dizê-lo, orgulho em trabalhar, enfim, ao serviço do povo. O trabalho pode — e deve — ser motivo de alegria; os bancários já o sabem, o povo português começa a descobri-lo.

POR UMA TELEVISÃO AO SERVIÇO DO POVO

Pugnando pela adopção de medidas necessárias e urgentes que definitivamente coloquem a televisão no caminho dos grandes avanços do processo revolucionário, a célula dos trabalhadores comunistas da RTP (Lisboa) apela num comunicado para todos os camaradas de trabalho no sentido de cerrar fileiras para a consecução dos grandes objectivos que agora se impõem às massas tra-

balhadoras; no sentido de repelir vigorosamente quaisquer manobras internas ou externas que, sob inocentes aparências, apenas se destinem, como dantes, a «dividir para reinar», a atirar trabalhadores contra trabalhadores, a subverter, em última análise, a unidade dos trabalhadores da RTP com o MFA no esforço supremo de construir uma televisão ao serviço do povo e do processo revolucionário português.

A SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS FAZ PARTE DA «FAMÍLIA»

E continuou: «Portanto o que nós notamos no BESCL, para além dos financia-



de um cheque sem cobertura de 225 contos. O depósito fez-se, na conta da «Soapl», de que é sócio «um tal senhor Feltor Pinto».

E TAMBÉM O PPD...

«Agora, os casos de José S. Almeida e Manuel Arrochela. Quando estes indivíduos abrem conta, é muito difícil saber quem são, e, é tão difícil que o próprio director que visou as assinaturas até disse que não conhecia o titular da conta.»

«Na sequência do relatório que nos entregámos ao delegado do Banco de Portugal junto do BESCL, pedimos respostas para determinados financiamentos. Como as respostas do delegado do Banco de Portugal junto do BESCL não fossem satisfatórias, exigimos que a própria administração nos desse conta de determinados actos. Para essa reunião foram convocados os directores intervenientes. Ao interrogarmos o dr. Roquette, que abriu uma «facilidade», em conta, de 6000 contos aqueles dois senhores, o dr. Roquette afirmou: «O sr. Manuel Arrochela sei muito bem quem é (e nós também lá sabemos): é o sr. Manuel Alegria, do PPD. (Era, parece que depois saiu do PPD.)» Portanto, o sr. Manuel Arrochela, de seu nome completo é Manuel Arrochela Malheiro Alegria. E o sr. José S. Almeida, também já sabemos quem é. De seu nome completo é José Manuel Rodrigues Simões de Almeida, filho do administrador do Totta, Simões de Almeida, e director da Lisnave, também do PPD. O dr. Roquette diz que o sr. Manuel Arrochela foi lá pedir uma «facilidade» em conta de 6000 contos para despesas feitas com a doença do sogro. Ora o que acontece é que, da família, quem tinha dinheiro era o sogro e o sogro não precisava de ele pedir dinheiro emprestado para a doença dele. Isto parece que tem graça, mas não tem graça nenhuma, porque o dinheiro saiu para financiamento aos partidos políticos e depois quando é preciso dinheiro para as pequenas e médias empresas não há dinheiro, não há liquidez.

OS «GRANDES» PARTIDOS DITOS DEMOCRÁTICOS

«Uma fonte fidedigna garantiu-nos que Manuel Alegria também é, neste momento, administrador (era) do Banco Micalense, dos Açores, e que estaria a tentar pressionar o Governo com o fantasma do MAPA — movimento reacçãoário e separatista dos Açores — para conseguir autorização de abertura de uma filial do Banco Micalense em Lisboa.

«Quando a Comissão de Delegados perguntou ao director Roquette para que foi destinada a concessão de crédito de 6000 contos ao sr. Manuel Arrochela, foi dito, como já referimos, que se destinava a despesas com a doença do sogro. Ora acontece que a mulher do Arrochela, de quem parece ter-se separado há algum tempo, pertence à família Reis, que dominava o «Diário de Notícias» e a Companhia Industrial Portugal e Colónias, família com muito maior poder económico que o Manuel Arrochela. Quando se perguntou aos directores José Roquette e Mosqueira do Amaral e aos administradores Manuel Ricardo e António Ricciardi, todos negaram, na presença do delegado do Banco de Portugal, Remédios, e das três Comissões de Delegados de Lisboa, Porto e Coimbra, comhecer este indivíduo. Quando se perguntou ao dr. Roquette porque é que tinha visado a assinatura de uma pessoa que não conhecia, disse que o tinha feito em confiança ao Manuel Alegria. Os dados de que dispomos, como, por exemplo, o facto de José Manuel Espírito Santo ser casado com uma Simões de Almeida, levam-nos a concluir que não foi esse o motivo. Eles conhecem, perfeitamente, o indivíduo. E conhecida a opção partidária do director Roquette pelo PPD, facto que não contestamos, o dinheiro posto à disposição de determinados partidos pelos ban-